



INTERAÇÕES SOCIAIS

REVISTA ELETRÔNICA INTERAÇÕES
SOCIAIS - REIS

ISSN 2594 - 7664

DOSSIÊ
EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS CRÍTICAS
|v.7| n.1| Jan.- Jun. 2023|



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE – FURG**

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

LEANDRO BUGONI

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

Editora da FURG

Campus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil

editora@furg.br

REIS

Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS

Editores

César Beras

Assistentes de Edição:

Karol Lima

Corpo Editorial

Cassiane de Freitas Paixão

César Beras

Cristiano Ruiz Engelke

Eliza Costa

Elizardo Scarpatti Costa

Lara Roberta Rodrigues Faccioli

Maciel Cover

Ricardo Gonçalves Severo

Rodrigo Marques Leistner

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio, Pontificia Universidad Católica da Argentina – UCA

Alex Pizzio, Universidade Federal do Tocantins – UFT

Breno Augusto Souto Maior Fontes, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Carlos Alberto Máximo Pimenta, Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI

Federico Traversa Tejero, Universidad de la República – UdelAR

Hermes Augusto Costa, Universidade de Coimbra – UC

Humberto José da Rocha, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Juliana Gonçalves Melo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Luis Inácio Germany Gaiger, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Luis Lourenço, Universidade Federal da Bahia – UFBA

Luiz Antônio Bogo Chies, Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Maira Baumgarten Corrêa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Manuel Angel Edeza, Universidad Autónoma de Occidente (UAdeO), México

Marcello Baquero, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Marcus Vinicius Spolle, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Paolo Totaro, Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Pedro Robertt, Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Rafael Bayce, Universidad de la República – UdelAR

Rochelle Felinni Fachinnetto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Integrante do PIDL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG



INTERAÇÕES SOCIAIS



ISSN 2594-7664

REIS	Rio Grande	v. 7 n.1	1-120	Jan-Jun.	2023
------	------------	----------	-------	----------	------

Direitos reservados desta edição: Editora da FURG

2023

Diagramação da capa: Murilo Borges

Diagramação: João Balansin

Imagem da capa: Mídia Ninja

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Carvalho Rodrigues, CRB 10/1411

R454 Revista Interações Sociais [recurso eletrônico] : REIS / Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. – Dados eletrônicos. – Vol. 7 n. 1 (Jan./Jun. 2023) – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022- .

Modo de acesso: <<http://www.seer.furg.br/reis>>
Semestral.

Editada pelos docentes da área de Sociologia da FURG.

Outro título: Revista Eletrônica de Ciências Sociais : REIS.

ISSN 2594-7664 (eletrônico)

1. Ciências sociais. 2. Sociologia. I. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

CDU, 2ª ed.:316

Índice para o catálogo sistemático:

1. Ciências sociais	316
2. Sociologia	316

Os textos publicados nesta Revista – no que se refere ao conteúdo, à correção ortográfica e linguística e ao estilo – são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

SUMÁRIO

DOSSIÊ

Apresentação do dossiê – “Empreendedorismo e Educação: perspectivas críticas” <i>Amanda Moreira e Cristiano Engelke</i>	6
Empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas <i>Ramon Mendes da Costa Magalhães e Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa</i>	10
A noção de empreendedorismo sob a perspectiva do liberalismo clássico de Cantillon e Say: uma análise crítica <i>Felipe da Silva Duque</i>	28
O processo de empresarização das emoções na Educação e as novas configurações do trabalho docente <i>Débora da Silva Olivo, Larissa Ferreira Tavares e Marcio Silva Rodrigues</i>	42
Os determinantes do empreendedorismo da OCDE: a ideologia neoliberal com uma nova roupagem <i>Luiz Henrique Fernandes dos Reis e Eneida Oto Shiroma</i>	58
A educação policial militar brasileira diante dos desafios do contemporâneo (período neoliberal e neoconservador): o caso do sudoeste paranaense em 2021 <i>Eduardo Nunes Jacondino e Rogério Gomes Pitz</i>	82

FLUXO CONTINUO

ETNOGRAFANDO O ANTROPOCENO: Aspectos Locais de um Fenômeno Global <i>Orestes Jayme Mega</i>	100
--	-----

Apresentação do Dossiê Temático “Empreendedorismo e Educação: perspectivas críticas”

- ◆ Amanda Moreira da Silva
- ◆ Cristiano Ruiz Engelke

O dossiê temático “Empreendedorismo e Educação: perspectivas críticas” da Revista Eletrônica Interações Sociais (REIS) propõe contribuir com reflexões fulcrais ao campo educacional, visando entender os novos aspectos e dinâmicas que a educação pública vem incorporando no dia a dia das escolas. O presente material apresenta cinco artigos, com diversidade teórica e metodológica, que abordam as problemáticas mais candentes no cenário atual acerca das influências no empresariado nas políticas educacionais, no interior das escolas, em redes específicas de educação do país, na dinâmica da educação das emoções e nas reconfigurações do trabalho docente. Além dessa materialização, os textos ainda contribuem com debates mais gerais sobre a noção de empreendedorismo e como esse determinante vem produzindo uma ideologia neoliberal com novas roupagens, apontando a necessidade de entendermos os desafios contemporâneos de uma educação pública inserida num contexto neoliberal e neoconservador.

Nas últimas décadas o avanço do capital sobre o trabalho se dá de forma cada vez mais profunda, seja através da imposição de políticas públicas de caráter neoliberal, seja através da formação de subjetividades a partir da lógica da razão neoliberal e seus empreendedores-de si. Como um marco de tal norma de conduta e modelo de subjetivação percebe-se a centralidade da noção de empreendedorismo. A empreendedorização do sujeito e das instituições educacionais converte o trabalho em capital humano, assim como corrói o tecido social em nome da liberdade, uma vez que esvazia de sentido as noções de sociedade, coletividade e cooperação. A educação como ferramenta de formação de cidadãos e cidadãs, de inclusão social e de formação de sujeitos emancipados se vê fortemente ameaçada pelo "espírito empreendedor" da razão neoliberal. É crescente nas instituições de ensino o número de projetos, espaços, disciplinas, atividades, discursos e práticas marcados pelo empreendedorismo, servindo de solo fértil para o aprofundamento de uma

educação empreendedora e uma sociedade cada vez mais desigual, competitiva e individualista.

As conexões entre educação e empreendedorismo dizem respeito às políticas educacionais, mas também remetem à uma lógica a partir dos sujeitos que constroem as instituições de ensino, as quais ganham espaço ano após ano, representando uma ameaça crescente a uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e voltada à sociedade. Os novos modos de subjetivação associados à ideia de “empreendedorismo” estão presentes em quase todos os textos, sendo que alguns destacam a intrincada problemática do empresariamento da educação, bem como as influências desse cenário educacional para a formação das crianças e jovens e também para o trabalhador docente.

Esse é o caso do artigo “Empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas” (Magalhães; Lamosa, 2024) que discute a temática a partir de uma perspectiva histórico-crítica, apontando como a noção de empreendedorismo se manifestou dentro das políticas educacionais e no interior das escolas públicas a partir das contrarreformas do Estado brasileiro iniciadas nos anos 1990, quando o neoliberalismo se instaura no Brasil. Os pesquisadores apontam nesse estudo como o movimento em prol da chamada “cultura empreendedora” vem interferindo na dinâmica das escolas e tem repercutido no trabalho docente, concluindo que essa formação para o empreendedorismo vem impactando as práticas pedagógicas e a formação dos estudantes.

Por seu turno, o texto intitulado “O processo de empresarização das emoções na Educação e as novas configurações do trabalho docente” (Olivo, Tavares;Rodrigues;2024) traz o debate voltado às subjetividades, para isso propõe uma aproximação inicial entre a Teoria da Empresarização e a Sociologia das Emoções, tendo assim o objetivo de construir a categoria empresarização das emoções e discuti-la a partir do contexto educacional. Com isso os autores trazem uma contribuição fundamental para pensarmos em como tem sido construídas e constituídas novas formas de trabalho docente baseadas na centralidade de suas emoções.

O texto de Reis e Shiroma (2024), intitulado “Os determinantes do empreendedorismo da OCDE: a ideologia neoliberal com uma nova roupagem” trata do tema a partir da visão da Organização e Cooperação do Desenvolvimento Econômico que vem impactando as políticas educacionais no Brasil há décadas. Por meio da análise de um documento do organismo multilateral, os autores investigam como as políticas da OCDE, embebidas em princípios neoliberais, vêm induzindo estratégias de mensuração do empreendedorismo nos países membros. Na discussão realizada, apontam o empreendedorismo como um preventivo ideológico contra revoltas populares.

Ainda compondo o dossiê, temos o artigo intitulado “A noção de empreendedorismo sob a perspectiva do liberalismo clássico de Cantillon e Say: uma análise crítica” (Duque, 2024), no qual o autor busca trazer a definição de empreendedorismo a partir dos seus principais formuladores, os

liberais clássicos Richard Cantillon e Jean-Bapstite Say, analisando, com viés crítico, a trajetória desses autores, assim como suas intenções, omissões e seus entendimentos sobre a classe operária e a relação com a burguesia, fechando assim, com um debate mais conceitual e geral o dossiê.

No campo dos desafios contemporâneos, o artigo de Jacondino e Rogério Gomes Pitz (2024) nos convoca a refletir sobre a educação inserida num período de avanço neoliberal e neofascista na realidade específica de um estado brasileiro. Com o artigo intitulado “A educação policial militar brasileira diante dos desafios do contemporâneo (período neoliberal e neoconservador): o caso do sudoeste paranaense em 2021”, o autor apresenta dados de uma pesquisa empírica que envolve a questão da educação policial, militar, bem como a problemática da condição profissional, demonstrando como a polícia militar se insere num cenário educacional que busca imprimir nesses profissionais determinadas conformações atitudinais, afeitas à determinadas ideologias.

Por fim, temos o artigo “Etnografando o Antropoceno: aspectos locais e de um fenômeno global”, de Mega (2024), que a partir de uma área específica, o município de Ipê, no Rio Grande do Sul, buscou tratar do fenômeno global de alteração de aspectos ambientais que estão causando mudanças climáticas e impactando a biodiversidade. Por meio de observação participante, observação flutuante e entrevistas semiestruturadas o autor demonstrou a necessidade de um maior entendimento de dinâmicas locais de mudanças ambientais disruptivas.

Em suma, a leitura atenta deste dossiê e dos demais artigos que compõe este número da Revista poderá contribuir significativamente para o debate acadêmico acerca do empreendedorismo e dos desafios contemporâneos na educação brasileira, possibilitando o diálogo com acadêmicos, pesquisadores, profissionais da educação e associações e sindicatos sobre as temáticas abordadas e para o surgimento de novas questões a serem investigadas e aprofundadas no sentido de compreender essa complexa realidade para buscar transformá-la.

Por fim, agradecemos aos editores da Revista Eletrônica Interações Sociais (REIS), aos autores dos artigos e, aos avaliadores, por todo o empenho que viabilizou a confecção desta edição do periódico.

Boa leitura!

Amanda Moreira da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Amandamoreira.uerj@gmail.com

Cristiano Ruiz Engelke

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil
crisengelke@hotmail.com

Empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas

Entrepreneurship in educational policies and schools

◆ Ramon Mendes da Costa Magalhães
◆ Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

RESUMO

Neste artigo procuramos demonstrar, numa perspectiva histórico-crítica, como o empreendedorismo se manifestou dentro das políticas educacionais e na escola a partir das contrarreformas do Estado brasileiro iniciadas na última década do século XX. Nossas análises são sustentadas no materialismo histórico-dialético enquanto método para compreensão da realidade. O empreendedorismo vai aos poucos se inserindo nas políticas e currículos educacionais, através da articulação do SEBRAE com o Estado brasileiro, até se estabelecer como um eixo estruturante dos itinerários formativos previsto pela contrarreforma do Ensino Médio e pelas atualizações das DCNEM. Esse movimento em prol da chamada “cultura empreendedora”, principalmente sobre a direção do SEBRAE, tem repercussão nas práticas docentes dentro da escola. Concluímos que essa formação para o empreendedorismo tem alterado as práticas pedagógicas e a formação dos estudantes.

Palavras-chave

Educação empreendedora; Itinerários formativos; Contrarreforma do Ensino Médio.

ABSTRACT

In this article we seek to demonstrate, from a historical-critical perspective, how entrepreneurship manifested itself within educational policies and at school from the counter-reforms of the Brazilian State initiated in the last decade of the 20th century. Our analyzes are based on historical-dialectical materialism as a method for understanding reality. Entrepreneurship gradually finds its way into educational policies and curricula, through SEBRAE's articulation with the Brazilian State, until it establishes itself as a structuring axis of the training itineraries foreseen by the Secondary Education counter-reform and by the updates of the DCNEM. This movement in favor of the so-called “entrepreneurial culture”, mainly under the direction of SEBRAE, has repercussions on teaching practices within the school. We conclude that this training for entrepreneurship has changed the pedagogical practices and training of students.

Keywords

Entrepreneurial education; Training itineraries; High School Counter-Reform.

Introdução

Os atuais contextos produtivos e sociais, imersos na crise estrutural do capital, tem produzido novas demandas na relação entre capital e trabalho. Nesse contexto têm se destacado a busca pelo desenvolvimento do autoemprego, marcado, principalmente, pela ideologia do empreendedorismo. Esta nova demanda está relacionada ao padrão de acumulação toyotista, ou da acumulação flexível, associada às políticas neoliberais, no qual as noções de empregabilidade, competências e empreendedorismo se correlacionam no projeto de formação humana e social. Desta forma, Dias (2010, p. 149) ressalta que “o discurso do empreendedorismo vem sendo propalado via setores dominantes da sociedade capitalista com o intuito de adequarem a classe trabalhadora com o projeto capitalista neoliberal de sociedade”.

Assim, as forças políticas neoliberais atuaram em favor da ideologia do empreendedorismo, propagando-o como alternativa para melhorar a condição de vida dos trabalhadores, levando o trabalhador a criar para si o seu próprio ofício, pois não há mais garantias de estar empregado (NOZAKI, 2015). Nessa mesma linha de pensamento, Dias (2010), salienta que, para atender às novas demandas decorrentes das mudanças constantes do mercado de trabalho, se faz necessário uma nova educação do trabalhador, pois a inserção do mesmo no mercado não acontece, agora, somente pela via do emprego, mas também pelo autoemprego.

Diante disso, neste artigo procuramos demonstrar, numa perspectiva histórico-crítica, como o empreendedorismo se manifestou dentro das políticas educacionais e na escola a partir das contrarreformas do Estado brasileiro iniciadas na última década do século XX. Cabe ressaltar que inicialmente a chamada “educação empreendedora” não é pautada diretamente nas políticas educacionais, apenas de forma complementar como fomento ao chamado “espírito empreendedor”. Somente com a contrarreforma do Ensino Médio em 2017, e com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM) em 2018, é que o empreendedorismo aparece de forma direta nas legislações nacionais para a educação básica, tendo o eixo estruturante do empreendedorismo como grande destaque.

Nossas análises são sustentadas no materialismo histórico-dialético enquanto método para compreensão da realidade. A partir dele, buscamos alcançar um conhecimento que nos permita avançar além das aparências fenomênicas, na progressiva e histórica compreensão da realidade (KOSIK, 1976). O método nos possibilita desvelar as formas fetichizadas que se encontram os fenômenos educacionais, demonstrando as possíveis intencionalidades presentes nos documentos

para a formação dos indivíduos e para a consolidação de políticas educacionais. Deste modo, apresentaremos a seguir nossos apontamentos históricos do empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas e finalizaremos com nossas considerações finais.

Apontamentos históricos do empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas

Um dos primeiros apontamentos para a adoção do empreendedorismo nas políticas educacionais brasileiras, seguindo a agenda de contrarreforma da educação adotada no país, se expressa no relatório Jacques Delors (1998). Ao tratar da educação para o desenvolvimento humano, o relatório indica que, para que esse desenvolvimento ocorra, é preciso uma participação responsável de todos os membros da sociedade, incitando à iniciativa, o trabalho em equipe e as sinergias entre as pessoas, bem como o desenvolvimento do auto-emprego e do chamado “espírito empreendedor”. “É preciso ativar os recursos de cada país, mobilizar os saberes e os agentes locais, com vista à criação de novas atividades que afastem os malefícios do desemprego tecnológico” (DELORS, 1998, p. 83).

Em síntese, o relatório indica com pistas e recomendações aos países, a necessidade de:

Estabelecer novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer nos países em causa: estimular a iniciativa, o trabalho em equipe, as sinergias realistas, tendo em conta os recursos locais, o auto-emprego e o espírito empreendedor. (DELORS, 1998, p. 85).

A análise dessas pistas e recomendações nos leva a concluir que há uma forte investida em prol da chamada “educação empreendedora”, sob a justificativa de que ela promove o desenvolvimento humano e dos países, bem como a superação do desemprego estrutural, que no discurso seria produto do avanço da tecnologia e não do próprio modo de produção capitalista. Assim sendo, a “educação empreendedora” ganha força com o relatório Jacques Delors, que tem suas bases pautadas no desenvolvimento dos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) e que, mais tarde, é acrescido do pilar “aprender a empreender” pelo Projeto PRELAC (2004). Segundo Coan (2013), é a partir do PRELAC que o empreendedorismo alcança uma maior abrangência na educação.

Todo esse discurso propagado pelo relatório busca criar um consenso e materializar nas legislações educacionais o projeto de educação empreendedora, convencendo tanto a sociedade política quanto a civil que esse projeto permitirá o desenvolvimento educacional, econômico e

social dos países. Michael Manley, um dos membros da comissão elaboradora do relatório Jacques Delors (1998) em uma seção do relatório (Epílogo) destinada para que os membros trouxessem sua contribuição pessoal ao relatório, comenta sobre a necessidade de se criar um consenso sobre o relatório, estabelecendo-se um “contrato social”.

Para que o sistema educativo seja eficaz tem de funcionar no quadro de um contrato social, compreendido e defendido por todos. Aos governos cabe a enorme responsabilidade de fazer aceitar este contrato de acordo com um processo que devia começar no seio da própria classe política. É indispensável que os dirigentes políticos o aprovelem para que a sociedade em geral o possa fazer também. É o único meio que nos resta de fazer com que a educação dê resposta, quer à necessidade de normas, quer ao imperativo de um amplo consenso nacional sobre justiça social. (DELORS, 1998, p. 242).

Como podemos analisar neste comentário, o relatório tem a intencionalidade de agir enquanto uma referência universal, cuja responsabilidade é dos governos em “fazer aceitar” este contrato social. E, sendo este relatório produto dos interesses da classe dominante sob a chancela de organismos multilaterais como a UNESCO, nada mais oportuno do que pautar e desenvolver políticas públicas de educação que tenham como referência esse documento, além de disseminar os pilares para a educação que ele propõe, complementando-os com o “aprender a empreender” e buscando, assim, materializar um consenso sobre toda a sociedade política e civil.

Em nível nacional, Dias (2019) ressalta que o Parecer CNE/CEB nº16/99, que Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, e as Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (2000), já apresentam em suas formulações estímulo ao empreendedorismo. Segundo o autor, as formulações carregam traços característicos à perspectiva empreendedora. Criatividade, responsabilização pelo percurso de vida, risco e ousadia são mencionados constantemente mencionados, sendo essas características associadas ao indivíduo empreendedor.

Já em 2001, foi estabelecida uma relação entre o Ministério da Educação (MEC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para o lançamento do Programa de Formação em Empreendedorismo na Educação Profissional (Técnico Empreendedor), de modo a fomentar o ensino do empreendedorismo nas escolas de Ensino Médio e de Educação Profissional. Em 2002, é lançado o Programa de Educação Empreendedora no Ensino Médio Brasileiro, programa esse também firmado entre SEBRAE e MEC, que estreitou a relação entre esses agentes no estabelecimento da assim chamada “cultura empreendedora” no Brasil. Os dois programas juntos levaram a ideologia do empreendedorismo a aproximadamente 7,2 milhões de alunos e 310 mil professores (PANDOLFI, 2015).

Segundo Dias (2019), apesar dessas investidas do empreendedorismo nas formulações educacionais e no estabelecimento de programas para o seu desenvolvimento na educação profissional, ainda não havia uma política específica que instalassem mudanças permanentes nas formações educacionais ou nas estruturas curriculares. Assim sendo, no final do século XX e nos anos iniciais do século XXI, constatamos os passos iniciais para a construção de uma educação empreendedora que atendesse os interesses da classe dominante e trabalhasse para o seu projeto de formação humana.

Nos anos posteriores, o empreendedorismo vai avançar ainda ligado à formação profissional, principalmente aos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFETs), que tiveram grande expansão e investimento nos governos Lula (2003-2010). O empreendedorismo vai aparecer nas formulações do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, que sofreu grande influência do Todos Pela Educação (TPE) nas suas formulações, resguardando, assim, os interesses da classe dominante, principalmente a fração empresarial que compõe o TPE. No entanto, Dias (2019) reforça que ainda não se verificou uma política educacional específica que trate do que pode ser denominado de formação para o empreendedorismo.

Em 2009, o governo federal lançou um novo programa de estímulo e fortalecimento do Ensino Médio nacional, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). Esse programa apontou para a formação da assim chamada “cultura empreendedora”, apresentando uma proposta para diversificar as atividades curriculares em direção a ampliação da jornada escolar. Em relação aos objetivos da portaria do ProEMI, Dias (2019) faz importantes considerações que devemos nos ater:

O primeiro é com relação ao aspecto da inovação, elemento central do discurso empreendedor. A perspectiva deste Programa é o redesenho do currículo, de modo que este possa ser mais atrativo e interessante ao aluno. Neste caso, também a escola e o professor deveriam se imbuir do espírito empreendedor, para poder, de forma inovadora, criar novas estratégias curriculares. (DIAS, 2019, p. 306).

Mais adiante o autor acrescenta uma nova consideração sobre outra formulação da portaria:

[...] observam-se expressões como “espírito inventivo”, “resolução de problemas”, “aprendizagem criativa”, “iniciativa”, “atividades de gestão” e “iniciativas empreendedoras”. Todas estas compõem direta e indiretamente o universo do ser empreendedor e que passam a fazer parte das mudanças que as redes escolares das esferas estaduais, municipais e privadas, deveriam promover para terem acesso aos recursos, via o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). (DIAS, 2019, p. 307).

Assim sendo, a análise do autor considera que o ProEMI aponta direta e indiretamente para legitimar a ideologia do empreendedorismo. Além dessas considerações, o autor faz mais um

destaque ao tratar da citação direta no texto da Portaria do Sistema S, que demonstra a relação próxima das instituições que o compõem, entre elas, o SEBRAE, que estabelece uma relação com o MEC para o desenvolvimento da ideologia do empreendedorismo. Em nossa análise, a presença do Sistema S no corpo da portaria aponta para uma relação e vinculação quase que “obrigatória” das instituições públicas com os Estados, para essas possam receber os recursos do ProEMI, como salientou Dias (2019), favorecendo, assim, as organizações que, ligadas ao Sistema S, seriam protagonistas na “promoção dos seus ideais de formação humana, na lógica do mercado, além de perquirir os recursos públicos” (DIAS, 2019, p. 307).

Neste sentido, incentivar essas articulações e relações entre as instituições públicas e o Sistema S se torna um meio eficaz de propagação dos projetos de formação humana proposto pelo SEBRAE, atuando para a formação de um determinado tipo de trabalhador necessário ao projeto do capital, bem como abrindo espaço para a mercantilização da educação e capitação do fundo público para realização dos projetos da classe dominante.

Além dessas formas de fomento à chamada “educação empreendedora”, Dias (2019) faz um levantamento de algumas propostas encaminhadas à Câmara dos Deputados, que tratam do período de 2009 a 2015. Em termos gerais, baseados no levantamento de Dias (2019), foram rejeitadas todas as indicações para criação de projetos enquanto disciplina específica nos diferentes níveis de educação. Entretanto, o empreendedorismo deveria ser desenvolvido, enquanto tema transversal, a partir de argumentos que valorizam as competências empreendedoras para a formação dos futuros trabalhadores e cidadãos. Segundo Araújo (2018) essa aplicação, de forma transversal ou integrada a outras disciplinas, é respaldada pelas DCNEM de 2012.

Chamamos a atenção para o Projeto de lei do senado (PLS) nº 772, de 2015, que tramitou no senado e foi extremamente aguardado “por teóricos da área da educação empreendedora, como um verdadeiro marco para disseminação da cultura empreendedora em nível nacional e em larga escala” (DIAS, 2019, p313), visto que o projeto de lei apontava para a disseminação do empreendedorismo como diretriz dos conteúdos curriculares. No entanto, o PL foi arquivada em 2018.

Silva (2018) acrescenta que

[...] os pressupostos desta matéria compartilham interesses dos empresários que defendem transformar a educação em um negócio lucrativo, e por isso que, a recorrência dessa temática atende um projeto, cujos fundamentos estão direcionados aos horizontes corporativos, e suas finalidades relacionam-se ao processo de inovação e competitividade do mercado econômico e financeiro. (SILVA, 2018, p. 63).

Com essas amplas propostas para a chamada “educação empreendedora” dentro da sociedade política, temos o avanço no “contrato social” (consenso), que Michael Manley relatou ser necessário no relatório Jacques Delors (1998), para que esse consenso seja também aceito e perpetuado dentro da sociedade civil. Dias (2019) acrescenta que as

propostas de reformulação curriculares (via pareceres e diretrizes), orquestradas desde a década de 1990 e as propostas apresentadas por parlamentares desde o governo Lula até o governo Dilma; observa-se que o discurso do empreendedorismo veio sendo aprimorado e insistentemente apresentado, como forma de atender as demandas postas pela dinâmica do capitalismo monopolista, sob os imperativos da fração financeira, que por meio da contrarreforma do Estado, do processo de neoliberalização (ainda que de face humanizada) e da reestruturação produtiva, impuseram a necessidade de um novo tipo de trabalhador. (DIAS, 2019, p. 313-314).

A materialização de pressupostos da ideologia do empreendedorismo nas legislações e diretrizes curriculares ocorre, de maneira mais incisiva, com o Pronatec Empreendedor e, posteriormente, com a contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e com as DCNEM (BRASIL, 2018a). Segundo Dias (2019), somente com a implementação do Pronatec Empreendedor “é que se pode falar numa política específica voltada à educação empreendedora, sendo esta ocorrida dentro do ensino técnico” (p. 314). Essa observação sobre o ensino técnico é importante, pois com a contrarreforma do Ensino Médio, o empreendedorismo avança para o Ensino Médio Regular, sendo previsto enquanto um eixo estruturante para os itinerários formativos nas DCNEM (BRASIL, 2018a).

Além disso, Malvestiti, Castro e Rezende (2014) ressaltam que o Pronatec Empreendedor “permitiu que pela primeira vez no Brasil, o empreendedorismo fosse inserido de forma curricular e obrigatória na formação de jovens, um marco para o trabalho de fomento ao empreendedorismo do Sebrae (p. 41)”. O Pronatec Empreendedor “constituiu-se num marco, na história da educação empreendedora no Brasil, sendo posto como o primeiro esforço notório, já concretizado, de formar o espírito empreendedor via educação escolar” (DIAS, 2019, p. 314).

Segundo Dias (2019), os pressupostos sobre o empreendedorismo foram incorporados aos cursos técnicos, sendo ministrados por professores capacitados pelo SEBRAE. Esses cursos técnicos têm carga horária de conteúdo sobre empreendedorismo de 24 a 52 horas e tratam de 4 competências:

- a) Compreender o mercado de trabalho e o mundo do trabalho para o desenvolvimento do seu projeto de vida;
- b) Identificar os tipos de empreendedorismo e suas características;
- c) Reconhecer a importância do

desenvolvimento de atitudes empreendedoras para o seu projeto de vida e d) Desenvolver um plano de vida e carreira (DIAS, 2019, p. 370).

Neste sentido, o Pronatec Empreendedor reforçou o discurso do SEBRAE sobre os benefícios da assim chamada “cultura empreendedora” na educação, de modo que os alunos tenham uma compreensão do mercado de trabalho, não se limitando a adquirir competências para determinado posto de trabalho, mas para produzir um empreendimento, tornando-os os próprios responsáveis pelo sucesso ou fracasso na vida produtiva ou social.

Cabe ressaltar que, dentro da esfera pública, “os Institutos Federais têm sido os maiores participantes da realização do Pronatec Empreendedor, com a chancela do SEBRAE” (DIAS, 2019, p. 370), o que talvez mude com o eixo estruturante do empreendedorismo, estabelecido pelas DCNEM (BRASIL, 2018a), que leva a todas as escolas do país, sejam públicas ou privados, a possibilidade da “educação empreendedora”.

Como podemos analisar, há um esforço para que a ideologia do empreendedorismo ocupe um espaço obrigatório na formação básica dos alunos em todo o território nacional, tendo o SEBRAE como o principal protagonista desse avanço através da sua relação com o Estado brasileiro.

A partir das orientações do SEBRAE, a ideologia do empreendedorismo ganhou força material no discurso e nas práticas materiais concretas em escolas de Ensino Médio do país. O próprio SEBRAE demonstra empolgação com a contrarreforma do Ensino Médio, pois esse processo retrógrado teria facilitado a adesão das escolas à chamada “cultura empreendedora”. Isso pode ser identificado no seguinte excerto: “abriu portas para o ensino focado nas competências, uma grande prerrogativa da educação empreendedora, e para a importância do foco nas carreiras técnicas”. (SEBRAE, s/d1, p. 3). Tão grande foi a atenção dada pelo SEBRAE a contrarreforma do Ensino Médio e as DCNEM, que ele produziu, em 2020, um documento de 46 páginas dedicado à temática do “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio”, título do documento.

Segundo as DCNEM (BRASIL, 2018a), o eixo estruturante do empreendedorismo “supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (BRASIL, 2018b, p. 7). Além disso, o eixo teria “como ênfase expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida” (BRASIL, 2018c, p. 94). A justificativa apresentada para se instaurar esse eixo nas redes e escolas seria:

Justificativa: Para participar de uma sociedade cada vez mais marcada pela incerteza, volatilidade e mudança permanente, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam se adaptar a diferentes contextos e criar novas oportunidades para si e para os demais (BRASIL, 2018c, p. 94).

Ao analisar a justificativa e as ênfases que esse eixo sugere, constatamos que ele buscaria supostamente preparar os alunos para a instabilidade da vida, no entanto, sem ressaltar que essa volatilidade, incerteza e mudança permanente são produzidas pelas relações produtivas e sociais capitalista, cujo objetivo é a acumulação de capital e manutenção da ordem dominante, o que coloca a classe trabalhadora e seus filhos, estudantes das escolas públicas que terão como itinerários o eixo do empreendedorismo, como responsáveis por seu projeto de vida e por se adaptar às demandas do capital, de modo que eles próprios criem oportunidades para si, como o próprio documento expressa, e não que sejam dadas oportunidades iguais a todos.

Destacamos que esse eixo abre espaço para que a ideologia do empreendedorismo atue em diferentes áreas de conhecimento e em diversos itinerários formativos, visto que ele não se reduz a uma disciplina específica, podendo atuar de forma transversal dentro dos itinerários formativos, ou diretamente, como no caso das escolas de tempo integral do estado do Rio de Janeiro, que oferecem um itinerário técnico (Curso de Ensino Médio Técnico em Administração com Ênfase em Empreendedorismo). Esse interesse de se tornar um eixo específico para os itinerários ou ser transversal aos outros itinerários, fica explícito no próprio documento do SEBRAE. No E-book Itinerários Formativos: entenda o que são e como impactam os currículos de ensino médio”, produzido pelo Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER) (SEBRAE, s.d.2), o SEBRAE ressalta que:

Com a possibilidade de diferentes combinações [**entre os eixos**] em sua formação, o aluno poderá escolher trabalhar o Empreendedorismo de forma mais próxima a seus interesses pessoais, criando soluções que façam sentido para a sua realidade e a de sua comunidade (SEBRAE, s.d.2, p. 14, **acréscimo nosso**).

Assim sendo, podemos constatar que é intenção do SEBRAE que a noção do empreendedorismo não fique limitado ao seu eixo específico nos itinerários, mas que venha a perpassar transversalmente os outros eixos e itinerários.

Além disso, a partir de nossa análise da Portaria do Ministério da Educação nº 1.432 (BRASIL, 2018c), observamos que os demais eixos também buscam, de forma indireta, competências empreendedoras, como: “criar e propor soluções para problemas diversos”, presente no eixo investigação científica; “questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas,

obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática”, presentes no eixo de processos criativos, e; “compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade”, presente no eixo mediação e intervenção sociocultural (BRASIL, 2018c, p. 95).

Segundo a Portaria do Ministério da Educação nº 1.432 (BRASIL, 2018c), a Tabela 2 apresenta as habilidades de natureza mais específica, associadas a cada uma das Áreas de Conhecimento e Formação Técnica e Profissional e que se relacionada ao eixo estruturante do empreendedorismo para tornar mais claras as habilidades que o eixo do empreendedorismo pretende desenvolver.

A Tabela 2 nos mostra que identificar oportunidades, conhecimentos ou recursos vinculados à área de conhecimento para desenvolver projetos pessoais, produtivos, ou de vida, é a grande estratégia do eixo para se fomentar a chamada “cultura empreendedora”. Assim sendo, constatamos que o eixo do empreendedorismo busca a construção de um novo tipo de trabalhador, que adote uma nova maneira de ser, agir e pensar na sociedade, de modo que, em qualquer área de conhecimento, o aluno procure oportunidades para que ele mesmo construa um projeto individual que o insira na vida produtiva, mas também na social, se responsabilizando, assim, pelas suas condições materiais de existência sem que esse percurso o leve a refletir sobre as condições materiais que engendram a realidade.

Além disso, este eixo busca fomentar que os alunos desenvolvam por si próprios empreendimentos diversos como forma de se tornarem protagonistas da sua vida produtiva e social, atuando na prestação de serviços ou no desenvolvimento de novos produtos a partir do uso das tecnologias. No entanto, dadas as condições materiais das escolas e dos estudantes, questionamos se esse protagonismo e o uso das tecnologias estão disponíveis às classes trabalhadoras na escola, para que haja essa possibilidade. Pela materialidade da realidade concreta, podemos afirmar que essas tecnologias não estão disponíveis na maioria das escolas de Ensino Médio, muito menos nas escolas públicas, o que inviabiliza a produção de produtos e prestações de serviços inovadores por esses sujeitos em formação.

A partir de nossas análises, compreendemos que há uma intencionalidade em produzir um consenso de que a ideologia do empreendedorismo leva ao desenvolvimento individual e coletivo, e ao desenvolvimento de produtos e serviços capazes de inovar a vida social e produtiva desde a escola. No entanto, na realidade concreta da classe trabalhadora, esse discurso não se materializa, pois sem os meios de produção e os conhecimentos científicos mais desenvolvidos, que são negados

aos alunos quando submetidos a uma educação pautada em pedagogias pragmáticas e relativistas, a classe trabalhadora é impedida de transformar suas condições materiais de existência determinadas pelo modo de produção capitalista. Assim sendo, esse discurso se torna apenas idealista e reprodutor das relações sociais de produção, com um forte poder de “sedução” e convencimento, haja vista atrativos exemplos utilizados para apresentar os empreendedores de sucesso. A disseminação dessa ideologia busca conservar as relações de classe e a manutenção dos meios de produção sobre domínio privado da burguesia.

Chamamos atenção para a formulação presente na contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), que trata da formação com ênfase técnica e profissional e que busca incluir vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, através de parcerias, o que possibilita a continuidade das relações entre o SEBRAE e as instituições públicas no desenvolvimento da chamada “cultura empreendedora”, como já vem sendo realizado desde o final do século XX até os dias atuais.

Diante do exposto, podemos concluir que o empreendedorismo vai aos poucos se inserindo nas políticas e currículos educacionais, através da articulação do SEBRAE com o Estado brasileiro, até se estabelecer como um eixo estruturante dos itinerários formativos previsto pela contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e pelas atualizações das DCNEM (BRASIL, 2018a). Esse movimento em prol da chamada “cultura empreendedora”, principalmente sobre a direção do SEBRAE, tem repercussão nas práticas docentes dentro da escola, conforme discutimos a seguir.

O discurso da assim chamada “educação empreendedora” vai disseminar que os docentes tenham um novo perfil profissional para promover o desenvolvimento das competências empreendedoras. Segundo Raimann (2015), a formação de professores terá um caráter técnico-instrumental, fomentando o desenvolvimento das habilidades “para a inovação, criatividade/adaptação, práticas investigativas e competências pautadas em valores morais, como dedicação, persistência, dentre outros” (p. 206). Portanto, os próprios professores devem se tornar empreendedores de si mesmos.

Esse discurso, assim como na educação básica, busca reproduzir os pilares da educação demandados pelo relatório Jacques Delors (DELORS, 1998), acrescidos do aprender a empreender, que foi introduzido pelo PRELAC (2004) no trabalho docente dos professores.

Para Raimann (2015), a disseminação da noção do “espírito empreendedor” para o trabalho docente vai se apresentando de forma sutil nos documentos para a formação de professores e para a educação básica, imersos na discussão de competências e habilidades, bem como vão se inserindo em diversos projetos educacionais desenvolvidos nas escolas.

Houve, assim, uma instrumentalização e racionalização do conhecimento, do trabalho

docente e da escolarização dos sujeitos, pautada em um neoprodutivismo e neotecnicismo que leva a um modelo de ensino referenciado em uma formação técnica profissional que não permite superar as condições precarizadas de trabalho e voltada para uma formação emancipatória dos sujeitos. Temos, assim, um trabalho docente pautado em aspectos teórico-práticos, didáticos e metodológicos que reproduzem os interesses burgueses para manutenção da sua hegemonia tanto educacional quanto social.

Em relação aos projetos desenvolvidos nas escolas, o SEBRAE tem grande relevância, pois desde o final do século XX atua junto às instituições públicas, capacitando e desenvolvendo projetos para a educação empreendedora. “Os projetos e narrativas da agência têm buscado atingir diferentes públicos com vistas a educar os sujeitos para uma “nova ordem” capitalista” (DIAS, 2018, p. 412). Silva (2018) traz um panorama estruturado dos projetos da educação empreendedora desenvolvidos pelo SEBRAE, tanto para educação básica como para a educação superior, que vai capacitar os docentes para desenvolver o empreendedorismo na formação dos alunos.

Segundo Silva (2018), as atividades de formação docente se dividem em atividades presenciais e semipresenciais, envolvendo 40 horas de carga horária para os professores do Ensino Fundamental e Médio, 32 horas para o Ensino profissional e 24 horas para o Ensino Superior. Podemos notar, ainda, que a formação docente, em muitos projetos, se aproxima bastante da carga horária que os professores irão ministrar nas aulas sobre empreendedorismo, o que nos leva a pensar que essa formação é bem aligeirada e instrumental, sem reflexões profundas sobre a formação do empreendedor e sua prática social dentro da realidade.

Silva (2018) relata que os docentes entrevistados em sua pesquisa:

[...] apresentaram dificuldades para expor a origem histórica do empreendedorismo, ou seja, seus fundamentos teóricos, ideologia e finalidade. Predominou no entanto, uma coerência entre o plano teórico e o plano prático desenvolvido pela metodologia da educação empreendedora, pois reproduziram as atividades pedagógicas proposta pelo material didático, seguindo o passo a passo, sem perceberem seus condicionantes, históricos, políticos e econômicos. (SILVA, 2018, p. 102).

Essa reprodução direta dos projetos e das orientações dos materiais didáticos representam, no campo da educação e na atuação docente, a adoção de pedagogias neotecnicistas, que destituem o trabalho pedagógico de sua dimensão criadora, contextual e transformadora (SANTOS, 2012). Essa reprodução também é relatada em outros trabalhos por diversos autores que tratam do ensino do empreendedorismo ofertado pelos projetos do SEBRAE. De uma forma geral, os projetos do SEBRAE para a educação básica, Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), Formação de

Jovens Empreendedores (FJE), Despertar, Crescendo e Empreendendo e Pronatec-Empreendedor, trazem importantes elementos para se pensar o trabalho docente e a formação para o empreendedorismo.

As pesquisas de Castro (2019) e Cruz (2018) apontam para um engessamento da ação pedagógica dos docentes diante da estrutura e dos materiais do curso JEPP, assim como as pesquisas de Camargo (2018) e Dias (2018) indicam o caráter reprodutivista da ideologia empreendedora no mesmo curso, com a intenção de “naturalizar” a assim chamada “cultura empreendedora” na escola. Com relação ao Programa de Formação de Jovens Empreendedores (FJE), Dias (2007) ressalta que o professor se torna um multiplicador da ideologia do empreendedorismo ao enaltecer as noções a ela vinculadas sobre as mudanças no mundo do trabalho.

Em relação ao Projeto Despertar, Liberato (2016) nos ajuda a compreender que a proposta do SEBRAE buscava individualizar os projetos de vidas, tanto no que diz respeito à abertura de um negócio como em ações individuais na comunidade ou mesmo no país. Além disso, o SEBRAE buscava professores com perfil empreendedor, dotados de criatividade, ousadia, predisposição ao novo e com entusiasmo para se comunicar e motivar os alunos a aderirem à assim chamada “cultura empreendedora”. Por último, o PRONATEC EMPREENDEDOR teria como objetivo tornar o professor o protagonista do sucesso desse projeto, como aponta Dias (2019), no qual o professor se tornaria o difusor e organizador da ideologia do empreendedorismo dentro e fora da escola devido ao seu papel de intelectual que deve difundir e organizar determinada concepção de mundo.

Todos esses projetos demonstram uma ofensiva do SEBRAE sobre a educação básica. Com a contrarreforma do Ensino Médio aprovada em 2017, isso se tornou mais evidente, o que levou, inclusive, o SEBRAE a publicar um documento, em 2020, intitulado “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio” (SEBRAE, 2020). Na análise desse documento, Magalhães e Lamosa (2021), concluíram que:

[...] o SEBRAE tem atuado para se consolidar como principal difusor da cultura empreendedora no Brasil através de seu projeto de “educação empreendedora”. Destaca-se a ofensiva dessa organização sobre as instituições educacionais brasileiras, sejam públicas ou privadas, após a inserção do empreendedorismo como eixo estruturante para o ensino médio e seus itinerários formativos, e principalmente com a publicação do documento analisado. (MAGALHÃES; LAMOSA, 2021, p. 138).

Além disso, os autores apontaram que o SEBRAE tem utilizado de diversas estratégias de convencimento na difusão da ideologia do empreendedorismo, que envolvem a experiência junto a

micro e pequenas empresas, o alinhamento às normatizações educacionais internacionais e a defesa de que a assim chamada “cultura empreendedora” seria fundamental para o desenvolvimento de projetos de vidas dos alunos, para se adaptarem às instabilidades e incertezas da vida contemporânea, tanto nos aspectos produtivos como sociais.

Considerações finais

O presente artigo buscou explicitar numa perspectiva histórico-crítica como o empreendedorismo vem galgando espaço nas políticas públicas educacionais e se inserindo nas escolas. Documentos multilaterais de organismos internacionais têm orientado a formação educacional em nosso país, bem como as políticas públicas educacionais sofrem grande influências de instituições e organismos da sociedade civil ligadas aos interesses da classe burguesa.

Nesse contexto, o SEBRAE se destaca por estabelecer relações com as instituições públicas e privadas para o desenvolvimento da ideologia do empreendedorismo, produzindo, formulando, treinando e disseminando a chamada “educação empreendedora”. Sua atuação produziu ao longo dos últimos anos projetos e programas que adentraram a educação básica e superior, seja de forma complementar ou influenciando diretamente políticas públicas, como a contrarreforma do Ensino Médio e as DCNEM de 2018, nas quais o empreendedorismo aparece como eixo de formação e itinerário formativo.

Essa formação para o empreendedorismo tem alterado as práticas pedagógicas e a formação dos estudantes. Professores tem sido instrumentalizados e cooptados a reproduzir a ideologia empreendedora e a desenvolverem em si próprios o dito “espírito empreendedor”. Alunos, futuros trabalhadores, são imergidos na chamada “cultura empreendedora” para que por si próprios desenvolvam seus projetos de vida profissionais e pessoais, assumindo riscos e se conformando com as incertezas e instabilidades produzidas pelo modo de produção capitalista. O sucesso ou o fracasso devem ser visto pela ótica do esforço, da resiliência e da obtenção de competências empreendedoras e socioemocionais, e não como parte de um todo estruturado que engendra as condições materiais de vida dos sujeitos sociais dentro da sociedade de classes, nas quais os meios de produção estão sob o domínio da classe burguesa, a qual explora e condiciona a condições matérias de vida da classe trabalhadora.

Referências

ARAUJO, F. F. C. **Educação empreendedora: possibilidades e limites de relação com o currículo do ensino médio.** 2018. 115 fl. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, nº35, 2017a. Disponível em: http://prograd.uesb.br/proreitorias/prograd/wp-content/uploads/lei_da_reforma_do_ensino_medio.pdf Acesso em: 07 de jan. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018.** Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Brasília: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2636/parecer-cne-ceb-n-3>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622 Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **PORTARIA Nº 1.432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.** Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. 2018c. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199 Acesso em: 11 mar. 2021.

CAMARGO, G. B. **O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE e a divulgação do empreendedorismo na educação.** Cascavel-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, 2018. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3840> Acesso em: 6 jan. 2021.

CASTRO, L. F. **“Aprender a empreender”:** o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. Juiz de Fora - MG. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10264> Acesso em: 6 jan. 2021.

COA, M. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista LABOR**, nº 9, v.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833> Acesso em: 12 de out. 2017.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 49, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383> . Acesso em: 15 jan. 2023.

CRUZ, M. C. **Empreendedorismo na escola: uma análise crítica do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”.** Florianópolis-SC. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198664> Acesso em: 6 jan. 2021.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão

Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DIAS, G. P. Educação e Empreendedorismo: Uma “nova” noção para a (con) formação humana aos interesses do capital. **Estudos do Trabalho**. Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho. Ano I, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/Dias_RET01.pdf Acesso em: 6 jan. 2021.

DIAS, G. P. Empreendedorismo e educação física: reflexões à sua apreensão/implementação na formação humana. **Motrivivência**, Ano XXII, nº 35, p. 147-165 dez./2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/19731> Acesso em: 12 de jul. 2018.

DIAS, G. P. Empreendedorismo, educação e sociabilidade: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si. Juiz de Fora - MG. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. (Tese de Doutorado em Educação). Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/10755> Acesso em: 22 de out. 2020.

DIAS, V. T. A “miséria” da educação: análise de um manual de “empreendedorismo” do SEBRAE para professores do ensino fundamental. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.8, no 1, p. 379-416, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35678> Acesso em: 6 jan. 2021.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBERATO, A. C. T. **O saber empreendedor docente: a experiência do Projeto Despertar - parceria SEBRAE-RN / SEEC-RN**. Natal-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 2016. (Tese de Doutorado em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23054> Acesso em: 6 jan. 2021.

MAGALHÃES, R. M. DA C.; LAMOSA, R. DE A. C. A ofensiva do SEBRAE sobre o Ensino Médio. **Revista Labor**, v. 1, n. 25, p. 121-142, 27 abr. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/62709> Acesso em: 16 jan. 2023.

MALVESTITI, M. L; CASTRO, O. M. R.; REZENDE, T. A. Capacitação empresarial – novas demandas, grandes desafios. In: SANTOS, Carlos Alberto (org.). **Pequenos Negócios: desafios e perspectivas**. Avanços 2011- 2014. Brasília: SEBRAE, p. 31-48, 2014.

NOZAKI, H. T. Políticas educacionais no movimento das mudanças no mundo do trabalho: o caso do trabalho do professor de educação física. In: SOUZA, M. S.; RIBAS, J. F. M.; CALHEIROS, V. C (Org.). **Conhecimento em educação física: no movimento das mudanças do mundo do trabalho**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015, p.60-79.

PANDOLFI, M. A.. **“Admirável mundo do empreendedorismo”**: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no curso técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo, 2015. 338 fl. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos/RS, 2015.

PREALC. Programa de Reforma Educativa da América Latina e Caribe. PRELAC, uma trajetória para Educação para a Todos. Panorama Socioeducacional: cinco visões sugestivas para a América Latina e Caribe. **Revista PRELAC**. Santiago: Escritório Regional de Educação da Unesco para a América Latina e Caribe. Ano 1, n. 0, ago. 2004.

RAIMANN, E. G. **Concepções de trabalho e profissionalização docente**: sua redução à ação empreendedora. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13688/1/ConcepcoesTrabalhoProfissionalizacao.pdf> Acesso em: 11 jan. 2021

SANTOS, A. F. T. **Pedagogia do mercado**: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012. 216 p.

SEBRAE. Empreendedorismo no currículo do Ensino Médio. 2020 Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-no-curri%CC%81culo-do-Ensino-Me%CC%81dio.pdf> Acesso em: 11 mar. 2021

SEBRAE. A Reforma do Ensino Médio: o que é e como pode impactar a educação empreendedora. s/d.1. Disponível em: <https://materiais.cer.sebrae.com.br/reforma-do-ensino-medio> Acesso em: 11 jan. 2021.

SEBRAE. Itinerários Formativos: entenda o que são e como impactam os currículos de ensino médio. s/d.2 Disponível em: <https://materiais.cer.sebrae.com.br/itinerarios-formativos> Acesso em: 11 mar. 2021.

SILVA, M. R. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.

Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) pid=S0102-46982018000100301 HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) lng=pt HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) nrm=iso . Acesso em: 10 jul. 2020.

Ramon Mendes da Costa Magalhães

Professor do Departamento de Educação, Linguística e Letras da UEMG
Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.
e-mail: ramon_mc_magalhaes@hotmail.com

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Professor Adjunto do Departamento Educação e Sociedade da UFRRJ
Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ)
e-mail: rodrigo1281@yahoo.com.br

A noção de empreendedorismo sob a perspectiva do liberalismo clássico de Cantillon e Say: uma análise crítica

The notion of entrepreneurship under the perspective of Cantillon and Say's classical liberalism: a critical analysis

◆ Felipe da Silva Duque

RESUMO

O avanço da discussão sobre empreendedorismo tem tomado a centralidade dos debates no mundo contemporâneo. Em contrapartida, a falta de uma definição conclusiva sobre o objeto inibe suas reais intenções e omite a quem serve e serviam os seus principais formuladores. Ciente disso, o presente trabalho busca resgatar o desenvolvimento da noção sob a ótica de dois liberais clássicos, Richard Cantillon e Jean-Baptiste Say. A trajetória dos autores e suas intenções e omissões em seus escritos são analisadas sob um viés crítico com destaque aos seus entendimentos sobre a classe operária e a relação com a burguesia.

Palavras-chave

Empreendedorismo, liberalismo, burguesia

ABSTRACT

The advancement of the discussion on entrepreneurship has taken center stage in debates in the contemporary world. On the other hand, the lack of a conclusive definition of the object inhibits its real intentions and omits who serves and served its main formulators. Aware of this, the present work seeks to rescue the development of the notion from the perspective of two classical liberals, Richard Cantillon and Jean-Baptiste Say. The authors' trajectory and their intentions and omissions in their writings are analyzed from a critical point of view, highlighting their understandings of the working class and its relationship with the bourgeoisie.

Keywords

Entrepreneurship, liberalism, bourgeoisie

Introdução

A presença da noção *empreendedorismo* é acionada de forma rotineira nos mais variados debates contemporâneos, incluindo o campo das políticas públicas, portanto o mesmo ainda carece de uma melhor definição por parte de seus defensores e críticos. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é contribuir criticamente à centralidade da discussão ao resgatar contribuições de dois economistas liberais clássicos: Richard Cantillon e Jean-Baptiste Say. A opção por ambos se deu por compreender que os autores introduziram e buscaram trazer uma caracterização definitiva sobre o empreendedorismo nos seus escritos e que balizaram debates posteriores.

Enquanto o irlandês Cantillon (1680-1734) viveu numa França monárquica absolutista do início do século XVIII, Jean-Baptiste Say (1737-1832) já experimentou alguns ares de mudança com a decadência desse tipo de regime político e o processo de ascensão da burguesia ao poder na segunda metade do XVIII e início do XIX. Notadamente, tais contextos influenciaram as obras desses autores que, apesar de não dialogarem entre si, traçaram entendimentos diferenciados acerca de suas pretensões do que se entende hoje como empreendedorismo.

Conclusivamente, tais premissas devem ser entendidas à luz do materialismo histórico-dialético e, portanto, abordadas numa análise crítica dos autores compreendendo-os não só como fruto de seu tempo histórico, mas como formuladores intelectuais de uma classe social que despontava: a burguesia. Por isso, a proposta aqui é trazer a noção de empreendedorismo desenvolvida por esses liberais clássicos e pontuar suas limitações quando optaram por pormenorizar a classe operária afetada pela miséria e destituída de direitos.

Empreendedorismo: da gênese por Richard Cantillon

A noção de empreendedorismo sofreu uma série de transformações na história a partir de suas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais. Introdutoriamente, quando buscamos a etimologia do vocábulo, recorreremos a Degen (2009, p. 6) que determina o lexema “empreendedor” como originado da palavra inglesa *entrepreneur*, que traz, anteriormente, a derivação do francês arcaico, resultado da formação de duas palavras: *entre*, do latim *enter* – reciprocidade –, e *preneur*, do latim *prehedere* – comprador. A combinação das duas palavras (*enter* + *preneur*) se desdobraria em algo próximo a **intermediário**.

Para melhor elucidar tal significação no francês arcaico, o autor usa como exemplo o

navegador veneziano Marco Polo¹, ainda no século XIII. O sentido de *empreendedor* como **intermediário** se evidencia ali, quando Polo apresenta seu projeto ambicioso de viagem comercial para os “protobanqueiros” venezianos que exigem, na contrapartida, a venda exclusiva dos produtos adquiridos na viagem, além do pagamento de juros a 22% em relação aos empréstimos. Os navegadores-aventureiros deviam arcar com todos os riscos da viagem, portanto, o *empreender* era, inicialmente, uma intermediação que favoreceria “protobanqueiros” e navegadores-aventureiros.

Conforme o período denominado Revolução Comercial (XII-XVIII) avança conclui-se na sofisticação de trocas comerciais fortalecidas pela monetarização, assim como o desenvolvimento de cartas de crédito determinadas pelas Grandes Navegações (no final do século XV). Nesse período ocorreram tentativas de racionalizar economicamente os embrionários Estados-nações em doutrinas como, por exemplo, o mercantilismo.

Inicialmente, os tímidos comerciantes que realizavam trocas para a mera subsistência, agora, ampliam essas transações e assumem, crescentemente, a condição de uma nova classe social: a burguesia. Classe essa que, fundamentada numa condição perseverante de estruturar o seu crescimento na defesa da propriedade privada e da liberdade comercial para ampliação de lucros. Isso se dimensiona, intelectualmente, no avanço da economia clássica a partir do século XVII até o XVIII protagonizada, principalmente, por autores de viés liberal, como John Locke (1632-1704); Montesquieu (1689-1755); Kant (1774-1804); Adam Smith (1723-1790); Humboldt (1767-1835); Benjamin Constant (1767-1830); Alexis Tocqueville (1805-1859); e John Stuart Mill (1806-1873).

O espectro resoluto em prover a “liberdade” das relações comerciais, toma corpo nesse período e novas noções e categorias para fortalecer tal proposição se avolumam no contexto apresentado; o *empreendedorismo* é uma dessas novidades. Um dos introdutores de tal categoria, no âmbito da economia política de matriz liberal, chama-se Richard Cantillon (1680-1734), conhecido como um dos pioneiros da prática de especulação imobiliária no mundo. Próximo ao economista John Law² (1671-1729), o irlandês Cantillon desenvolve seus propósitos no *Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral*³, escrito em 1730 e publicado em 1755, após censura da monarquia francesa.

¹ Marco Polo (1254-1324) se consagrou ao buscar efetivar uma rota terrestre que interligasse o comércio entre a Europa e o Oriente, pois seria o primeiro europeu a chegar à China. Seus manuscritos, popularmente conhecidos como “As viagens de Marco Polo”, narravam, em detalhes, suas experiências e contato com os orientais. Posteriormente, os mesmos seriam explorados, séculos depois, pelos protagonistas do movimento histórico que ficou conhecido como “Grandes Navegações” (XV-XVII), em destaque, Cristóvão Colombo.

² Law é considerado o pai do sistema moderno bancário. Caracterizou-se por defender, em seus estudos, a introdução do papel-moeda único, junto ao Estado, num contexto de moedas diversas, algo que limitava para as transações comerciais, além de compreender terras como um potencial derivado do crédito.

³ Publicado originalmente em francês, com o título *Essai sur La Nature Du Commerce em Général*, ficou conhecido, familiarmente, entre os economistas da época e posteriores, como *Essai*.

Situado num período histórico caracterizado pelo regime absolutista, o autor sentia os impactos das medidas repressivas daquele modelo de governo. Como teórico da burguesia, Cantillon vislumbra, em sua obra, esboços de uma sociedade experimentada num modelo que se julgue norteado pelo que os liberais entendiam como “liberdade”, portanto, a defesa da propriedade privada individual.

O economista crê que o trabalho investido na propriedade é o que determina o valor dela, ou seja, o que é empregado na sua transformação e a modalidade (matéria-prima) do que é produzido ali. Portanto, ele indica a movimentação das relações comerciais e como a terra deve ser regulada a fim de estar sintonizada à intenção do proprietário:

Ainda que as terras fossem deixadas ao primeiro que as ocupasse quando de uma nova conquista, ou quando do descobrimento de um novo território, mesmo assim, se acabaria tendo que recorrer a uma regra que fixasse a propriedade para poder chegar a estabelecer uma sociedade de homens. Neste caso, pouco importa que seja a força ou ordem política que decidam desta regra (CANTILLON, 2002, p. 23).

A “sociedade de homens”, que o economista cita, trata-se, exclusivamente, do avanço da produção organizada, no contexto ali estabelecido, principalmente, da agricultura. Cantillon compreendia que a terra deveria sempre exercer alguma função no mundo produtivo, seja para a criação de animais, cultivo de alimentos ou, em aspectos mais desenvolvidos, construção de aldeias, burgos e cidades; estes, segundo ele, fundamentais para o avanço de sujeitos caracterizados como empreendedores⁴ e pequenos comerciantes, o que, para Cantillon (2002), não seriam antagonistas dos proprietários de terras, mas sim, complementares:

Se um príncipe ou senhor, que recebeu grandes concessões de terras quando da conquista ou descoberta de um território, fixa sua residência em algum lugar agradável, e se muitos outros vêm nele estabelecer também a sua residência para estar em condições de verem-se frequentemente e gozar de uma companhia agradável, este lugar tornar-se-á uma cidade. Serão construídas grandes casas para estes senhores viverem [...]. Para atender a esses senhores serão necessários padeiros, açougueiros, cervejeiros, mercadores de vinhos, fabricantes de vinho de toda espécie. Estes empresários [empreendedores] construirão suas casas no local em questão ou alugarão casas construídas por outros empresários [empreendedores] (Ibidem, p. 27).

Para o autor, a sobrevivência do empreendedor se dá na forma que os proprietários de terra conduzem a sua produção; caso contrário, devem recorrer em última instância ao comércio exterior

⁴ Na referida tradução de 2002 do *Essai sur nature Du commerce en general*, pela editora francesa do *Institut National d'Études Démographiques*, de 1952, a palavra *entrepreneurs* é registrada como “empresários”. A noção de “empreendedorismo” toma forma mais ampliada no Brasil a partir do aprofundamento do neoliberalismo nos anos 1990. Diante disso, opto pela tradução mais recente, logo, nas citações diretas as coloco entre colchetes.

caracterizados pelas peculiaridades de gastos excessivos nas transações. E é a partir dessa compreensão que Cantillon (2002) procura explorar uma determinação mais concreta do que reconhece como empreendedor. Para ele, são aqueles que conduzem a circulação, a troca de gênero e mercadorias, assim como a produção, o que se distingue, consideravelmente, do proprietário⁵.

Cantillon (2002) definiria o empreendedor como um formulador dos riscos das suas conduções em meio às incertezas. Ele traz, como exemplo inicial, o arrendatário:

O arrendatário é um empresário [empreendedor] que se compromete a pagar ao proprietário, pelo arrendamento da terra, uma soma fixa em dinheiro que, em geral, se supõe igual ao valor de um terço do produto da terra, sem, contudo, ter certeza do lucro que auferirá com a empresa. Ele usa parte desta terra para criar gado, produzir, a seu critério, vinhos, cereais, feno, etc., sem, no entanto, poder prever qual destes produtos lhe renderá um preço melhor. O preço destes gêneros dependerá em parte das estações e, em parte, do consumo. Se houver excesso de trigo em relação ao consumo, seu preço será muito baixo; se houver escassez, o preço será muito alto. Quem pode prever o número de nascimentos e mortes no decorrer do ano? Quem pode prever o aumento ou redução dos gastos que pode sobrevir nas famílias? [...] é em meio a incertezas que ele leva a cabo seu empreendimento (Ibidem, p. 43-44).

Sinteticamente, o citado autor distingue o proprietário do arrendatário pela particularidade dos riscos que o último assume. Enquanto o primeiro conserva uma estrutura sem riscos, engessada numa propriedade estabelecida, o segundo lida com as incertezas que envolvem desde questões climáticas, demográficas e oscilações econômicas, ou seja, situações reticentes que definirão o futuro dos seus empreendimentos. Para aprofundar sua exemplificação à noção do empreendedorismo, o autor recorre aos que impulsionam a circulação de gêneros e mercadorias nas cidades:

É a cidade que consome mais da metade dos gêneros do arrendatário. Ele mesmo os leva para serem vendidos no mercado da cidade ou os vende no mercado do burgo mais próximo, ou, então outros se erigem empresários [empreendedores] para efetuar este transporte. Estes últimos obrigam-se a pagar ao arrendatário um determinado preço por estes gêneros – o preço do dia – enquanto arriscam-se a só conseguir, na cidade, um preço incerto, o qual, no entretanto, tem que ressarcir-lhes das despesas do transporte, além de deixar-lhes um certo lucro pelo empreendimento. Não obstante, a variação diária dos preços dos gêneros na cidade, mesmo não sendo considerável, torna seu lucro incerto. [...] Isto leva muitas pessoas, na cidade, a se converterem em mercadores ou empresários [empreendedores]. [...] São atacadistas se lã, dos cereais, os padeiros, açougueiros, manufactureiros, mercadores de todas as espécies que compram os produtos para elaborá-los e revendê-los à medida que deles têm necessidade os habitantes da cidade. [...] Tudo isto causa uma tal incerteza entre estes empresários [empreendedores] que diariamente alguns vão à bancarrota (Ibidem, p. 43-44).

⁵ Cabe um ressaltado, que proprietário, na presente obra, tem o devido peso dado o contexto histórico do século XVIII, numa Europa ainda majoritariamente rural e com resquícios de servidão.

Cantillon (2002) avança na sua caracterização de empreendedor como todos os que vivem das incertezas junto às suas possibilidades de renda, incluindo aqueles que ele define como que “empresam o próprio trabalho nas artes e ciências”, como “pintores, médicos, advogados”, ou seja, “todos os habitantes de uma cidade” (Ibidem, p. 46), inclusive, ladrões e mendigos. Resumidamente, qualquer um que retire “sua subsistência do fundo dos proprietários de terra” e a eles “são dependentes” de alguma forma (Ibidem, p. 47).

Proprietários de terra e o Príncipe, Cantillon (2002) descreve como não empreendedores assim como aqueles que a) recebem salários estáveis e os b) herdeiros e ex-empreendedores que adquiriram propriedades. Em relação a estes últimos, ele cita:

- a) O general que recebe um soldo, o cortesão que tem uma pensão, o criado que recebe um salário;
- b) Algum habitante que dispõe de grandes rendas ou algum ex-empreendedor que poupou bens e riquezas, isto é, se “ele tem armazéns de trigo, de lã, cobre, ouro e prata, ou qualquer outro gênero ou mercadoria de grande consumo no país” que lhe permita adquirir hipotecas (Ibidem, p. 46-47).

O economista prossegue em sua exposição com um destaque pertinente à questão dos juros, ou seja, o vínculo que se estabelece do empreendedor e seus riscos, numa relação natural com os proventos. Cantillon (2002) é “encaminhativo” ao afirmar que o modelo ideal de empréstimo a juros é aquele dado ao empreendedor sem posses, que propõe, em sua defesa, uma perspectiva de empreender um novo negócio. O autor liberal abomina os empréstimos encaminhados aos homens de negócios que estão à beira da bancarrota:

Para determinar o lucro de um empreendimento é preciso sempre abater o montante necessário à subsistência do empresário [empreendedor], [como, por exemplo o] arrendatário e o chapeleiro, mas que não conseguimos distinguir de modo nenhum com um microempresário⁶. Estes, quando devem, quase sempre vão à bancarrota (Ibidem, p. 121-122).

Categoricamente, podemos compreender a impulsão dada por Cantillon à noção do empreendedorismo: ele define empreendedor como o sujeito que assume riscos em seus negócios, seja pela possibilidade de acumulação ou da bancarrota, em distinção ao dono dos meios de produção já estabelecidos, que quando se propõe a fornecer seu capital exige contrapartidas. Essa distinção, dada por Cantillon, traz consigo aspectos inovadores, pois viria balizar, séculos posteriores, um dos maiores dogmas da doutrina neoliberal reafirmado pelo empreendedorismo no mundo contemporâneo: a meritocracia.

⁶ Entende-se microempresário como comerciantes estabelecidos no período. Ele dá, como exemplo, os taberneiros.

A percepção do empreendedorismo de Jean-Bapstite Say

Se o irlandês Cantillon rascunhou seus escritos na França, é de lá, também, que outro economista viria explorar a noção de empreendedorismo: trata-se de Jean-Baptiste Say (1767-1832). Como veremos, Say expõe uma análise distinta à noção do empreendedorismo, compreendendo-o dinamizado, na cadeia produtiva, em vínculo com as ideias do *laissez-faire*, ou seja, a lógica que o mercado se autorregula. Cabe um ressaltado, pois Say era o caçula da emergente tropa de economistas clássicos e admirador de Adam Smith. Diferente de Cantillon, forjado pela atuação prática de banqueiro e especulador, Say transita da condição de comerciante para acadêmico e inova ao criar o ensino de Economia na França: no *Athénée* (1815-1816), no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (1820) e, finalmente, no *Collège de France* (1831). Tal demarcação, expande a ciência econômica de “muleta” teórica para orientação do principado⁷ e avança como manual de coordenações para produtores. Sua principal obra *Tratado de Economia Política* (1803), é caracterizada, por ele, como uma forma de “popularização da economia política” (SAY, 1983, p. 7).

Sua referência, ancorada em Adam Smith, o orienta à defesa das novas condições do trabalho como a sua divisão, por exemplo, já no contexto da Primeira Revolução Industrial. Sua empolgação com a manufatura e as transformações por ela que impactavam o mundo produtivo, faz Say menos prezar as teorias fisiocratas que se restringiam à defesa isolada da terra. Say providencia uma explicação global da produção ao discutir que a agricultura dialoga, por exemplo, com todo um emaranhado de outras produções, onde alerta que uma indústria apartada, sem relação com outros setores, é inativa. Para isso, ele sugestiona a existência um capital produtivo que seria dividido da seguinte forma:

- 1) Os utensílios, os instrumentos das diferentes artes. O agricultor nada poderia fazer sem sua enxada ou sua picareta, o tecelão sem seu tear, o navegador sem seu navio;
- 2) Os produtos que devem propiciar a manutenção do homem industrial até que o mesmo tenha terminado sua parcela de trabalho na obra da produção. O produto de que ele se ocupa ou o preço que com ele obterá deve, na verdade, reembolsar tal manutenção; mas ele está obrigado a antecipá-la continuamente;
- 3) As matérias-primas que sua indústria deve transformar em produtos acabados. É certo que essas matérias, algumas vezes, lhe são fornecidas gratuitamente pela natureza. Em grande parte, entretanto, elas são produtos anteriormente criados pela indústria, como as sementes fornecidas pela agricultura, os metais devidos à indústria do mineiro ou do fundidor, as drogas trazidas pelo comerciante dos mais longínquos pontos do globo. O industrial que as trabalha também se encontra obrigado a adiantar o correspondente a seu valor (SAY, 1983, p. 77).

⁷ A influência do Iluminismo e da Revolução Industrial tem uma importância fundamental nessa condição.

Nesse sentido, para Say, toda produção decorre de uma sofisticada teia onde cada setor da economia tem relações recíprocas e, conseqüentemente, o capital produtivo fortalece esta condição, pois no intercâmbio das trocas comerciais se encontram ligeiramente vinculadas à dinâmica que concilia oferta e demanda. Sinteticamente, ele compreende períodos recessivos economicamente como o desdobramento da falta de um planejamento de toda a produção e não por entender a insuficiência de demanda como desdobramentos naturais de um sistema que se norteia pelo capital.

Ao partir da premissa que o detentor do capital produtivo através do trabalho⁸ influencia diretamente na criação da demanda, Say dará uma nova abordagem para a noção de empreendedorismo. Diferente de Cantillon (2002), que reduzia o empreendedor a um sujeito envolvido em negócio de riscos e distinto do capitalista-proprietário, Say (1983) vai reformular a noção, dando-a uma maior ambição para essa caracterização, principalmente, quando procura demarcar, criteriosamente, o que compreende como empreendedor.

A terra, o capital e a indústria encontram-se, às vezes, reunidos nas mesmas mãos. Um homem que cultiva às suas próprias expensas o pomar que lhe pertence possui a terra, o capital e a indústria. Ganha sozinho os proveitos do proprietário, do capitalista e do homem industrioso [trabalhador].

O amolador de facas ambulante, que exerce uma atividade para a qual não necessita em absoluto de propriedade fundiária, carrega em suas costas todo o seu capital e traz toda a indústria na ponta dos dedos: é simultaneamente empresário [empreendedor], capitalista e operário (Ibidem, p. 83).

Say está, num contexto diferenciado, apregoadado às ideias iluministas que orientavam para uma nova era em que o modelo de classes estamentais estava a se corroer; logo, há essa romantização da classe de trabalhadores e burguesia, muitas vezes os identificando como equivalentes. Na presente obra, o economista é crítico, inclusive, aos principados e desenvolve um capítulo específico que proporciona, aos nascentes governos, algumas bases no que compete à administração pública no âmbito da economia, com tópicos específicos às despesas, não só com a administração civil e judiciária, mas também ao exército, ensino público, instituições de caridade e prédios públicos. Conjuntura distinta a de Cantillon, que se localizava numa sociedade monárquica, onde os principados determinavam, administrativamente, o uso dos impostos de seus súditos quase sempre canalizados para os luxos da nobreza. Enquanto Cantillon (2002) explorara um contexto de pequenas aberturas, em que o “aventurismo” do empreendedor de riscos era exaltado, Say fugia dessa noção e encarava o empreendedor como uma peça de constituição responsável da estrutura econômica racional de Adam Smith.

⁸ Essa concepção de trabalho dos liberais clássicos, como vinculado ao capital, seria contestada por Marx, que o apresentaria o trabalho como gerador de valor.

Jean-Baptiste Say (1983, p. 153) reforça que “a natureza dos produtos adapta-se sempre, naturalmente, às necessidades da sociedade”. Para o autor, a dinâmica da demanda é induzida pelo consumo da população e é o que molda, portanto, a racionalidade da produção, daí sua recusa na intervenção governamental nos assuntos pertinentes à economia, pois desequilibraria as relações de oferta e procura. A anterioridade diagnosticada pelo economista em relação ao consumo, que desenvolveria racionalmente a estrutura econômica e moldaria as demandas, é fundamental para definir o tipo de empresário que o modo de produção capitalista necessita.

Conforme abordado, Say vê o empreendedor incorporado a uma estrutura racional e que, portanto, quando ele sucumbe à bancarrota, trata-se, fundamentalmente, não de possíveis resultados naturais que os “aventureirismos” de incertezas podem proporcionar, conforme Cantillon (2002) explorou, mas sim, da inoperância em diagnosticar a mecânica da produção originada a partir da demanda.

O empresário [empreendedor] de Say é um agente econômico racional e dinâmico que age num universo de certezas. Ele procura alcançar não só o equilíbrio financeiro de sua empresa, como também, e sobretudo, o máximo de lucro e vendas. No centro do processo produtivo, o empresário constitui, em definitivo, o verdadeiro “aval”. A racionalidade do empresário [...] é, sem dúvida, a condição que determina o bom funcionamento do sistema de Say (SAY, 1983 *apud* TAPINOS, 1983, p. 16).

Jean-Baptiste Say aborda outra questão característica de seus estudos: trata-se do desenvolvimento técnico, elemento condicional para o êxito do empreendedor. Ao ilustrar o empreendedor como “o intermediário entre todas as classes de produtores e entre os produtores e consumidor” e compreender “crises de superprodução” (SAY, 1983, p. 376) como desequilíbrios parciais e temporários do sistema, esse economista enxerga o progresso técnico como fundamental para a estabilidade sistêmica e potencialização do papel do empreendedor. O avanço técnico para Say promove desenvolvimento, induz ao aumento da empregabilidade e barateia o produto. Para exemplificar sua questão, ele apresenta a máquina de impressão:

No momento em que foi empregada, um grande número de copistas, viram-se desocupados, pois se pode estimar que um único operário gráfico faz um serviço igual ao de duzentos copistas. É forçoso então pensar que 199 entre duzentos operários ficaram sem emprego. Pois bem, a maior facilidade de ler as obras impressas, em comparação com as manuscritas, o reduzido preço alcançado pelos livros, o estímulo que essa invenção deu aos autores para redigirem livros em muito maior número, seja de instrução, seja de divertimento, todas essas causas fizeram com que, ao fim de muito pouco tempo, houvesse um maior número de operários gráficos empregados do que o número de copistas antes existente. E se atualmente fosse possível calcular com exatidão, não somente o número de

gráficos, mas ainda dos industriais que a imprensa põe a trabalhar, tais como os que gravam caracteres, os que fundem, os fabricantes de papel, os transportadores, os revisores, os encadernadores, os livreiros, constataríamos talvez que o número de pessoas ocupadas pela fabricação dos livros é cem vezes maior que ela ocupava antes da invenção da imprensa (Ibidem, p. 93).

Esse otimismo com o desenvolvimento técnico, é o último encaixe à sua teoria de racionalização sistêmica a partir do consumo. E, nessa perspectiva, para o autor, o empreendedor tem um papel fundamental no que compete à intermediação desse processo, afinal é ele que antecipa o equilíbrio e dinamiza as relações de produção. Nessa ordem, Say não discrimina quem é o potencial empreendedor, pois, ao racionalizar o sistema, conforme vimos, todos cumprem um papel de incorporar a noção do empreendedorismo em si, o que se evidencia nos seus escritos quando não diferencia, de forma explícita, trabalhador, capitalista e empreendedor. Curiosamente, o primeiro, é somente referenciado em partes que tratam de aspectos ludistas⁹ do período ou de pauperização¹⁰.

O autor (SAY, 1983, p. 92) reconhece, inclusive, a incongruência de interesses entre patrão e operário, mas delega ao governo tratar desses conflitos. Ao justificara miséria dos operários recorre a argumentação que centraliza sua teoria, onde defende que esses trabalhadores não entendem a racionalidade do sistema, pois agem “impulsivamente” na destruição de máquinas “desconhecendo o progresso técnico”, portanto, são incapazes de intervir no conjunto da produção.

Elementos críticos à definição de empreendedorismo de Cantillone Say

Os citados autores que trataram da temática do empreendedorismo, trouxeram consigo uma abordagem exclusivamente vinculada à naturalização e naturalização do emergente modo de produção capitalista, principalmente, em virtude do contexto histórico vivenciado, quando sequer havia sido organizado de forma mais complexificada qualquer teoria pertinente ao conjunto da emergente classe que se desenvolvia: o proletariado.

No caso de Cantillon (2002, p. 22), um ardoroso defensor do “sagrado direito de propriedade”, há referências curiosas, como compreender qualquer sujeito sem previsão de futuro a um empreendedor, equalizando um mendigo a um proprietário de terras. O contraditório é que o autor oferece subsídios teóricos para promover características “empreendedoras” no uso da terra para os arrendatários, ou seja, uma espécie embrionária de marketing para investimento em

⁹ Os ludistas se referem aos trabalhadores ingleses do ramo da fiação no início do século XIX que se notabilizaram pela destruição de máquinas como forma de protesto à superexploração dos operários na Primeira Revolução Industrial.

¹⁰ Mesmo aqui, o autor recorre a um rodapé e alerta que operário e empreendedor são termos similares.

propriedades, enquanto ele administrava uma companhia de especulação de terras, denominada *Companhia de Mississipi*, criadora de uma bolha especulativa que o levou a ser ameaçado, constantemente, por seus credores.

Porém, o maior agravante de Cantillon, é naturalizar a propriedade privada agrícola como algo quase democrático e omitir todo o processo de acumulação primitiva, que se destacou pela expropriação compulsória de camponeses na Inglaterra através das políticas de cercamentos, processo que seria descrito posteriormente por Marx:

Os yeomen, os abastados camponeses independentes, foram substituídos por pequenos arrendatários, com contratos anualmente rescindíveis, gente servil, dependente do arbítrio do grande proprietário. Demais, o roubo sistemático das terras comuns, aliado aos furtos das terras da Coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de fazendas de capital ou fazendas comerciais, e que tornaram a população agrícola disponível para a indústria (MARX, 2008, p. 839).

Esse processo, que viria contribuir no desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir da já citada Primeira Revolução Industrial inglesa, tinha total respaldo parlamentar que desenvolvia leis propícias à expropriação desses agricultores familiares e ao fomento do monopólio no campo a fim de abastecer as nascentes indústrias têxteis urbanas e expulsar o campesinato para as cidades. Cantillon (2002, p. 22), ao defender o “direito a propriedade” e oferecer teorias da “imprevisibilidade”, tocante aos arrendatários e aos miseráveis da cidade, invisibilizava o processo que culminou nos antagonismos de classes e fundamentava uma falsa condição em comum diante do empreendedorismo, afinal, ambos poderiam ser “ousados em seu futuro” (Ibidem, p. 41-43), desprezando uma considerável diferença de que um arrendatário era ampliado pela lei em suas ações monopolistas e, conseqüentemente, privilegiado a ser um empreendedor diversificador em sua produção, enquanto o outro buscava empreender uma possível sobrevivência diante de um novo mundo que despontava.

Diferente de Cantillon, o francês Say trazia consigo uma outra visão da noção de empreendedorismo, aquela que partia da premissa de que tal ação tem vínculo orgânico com a demanda da produção. Say nasceu três décadas depois do autor irlandês e acompanhou, privilegiadamente, a revolução burguesa liberal francesa, vindo a tornar-se, inclusive, membro do *Tribunate* no governo consular, instância que congregava intelectuais responsáveis por debater os projetos de lei do Consulado. Um acadêmico estudioso de Smith, Say trazia consigo uma sofisticada leitura acerca da dinâmica de circulação de mercadorias e, por sua familiaridade na administração de uma indústria têxtil, dava especial enfoque ao debate da técnica.

Porém, a exemplo de Cantillon, conforme pontuado acima, Say dá pouca importância às relações sociais de produção. Forjado num contexto de expansão do modo de produção capitalista, e

onde a França viria rivalizar com a principal potência industrial do período, a Inglaterra, Say se restringe a centralizar o empreendedor como o sujeito perspicaz a prover a regulação da produção através da noção de antecipação da demanda na qual a técnica cumpriria um importante papel.

Say é cirúrgico quando atribui a importância da técnica no processo de modernização da produção e, conseqüentemente, na formulação de novas demandas, vide toda a complexidade atribuída a nossa espécie a partir do controle do fogo, que viria a concluir em novas descobertas responsáveis por nossa evolução, mas peca ao atribuir vagamente ao empreendedor como potencial regulador no controle abstrato da produção via intervenção na demanda.

Seu equívoco está, *a priori*, em não definir quem é esse empreendedor num contexto societário pós-Revolução Francesa em que as novas classes sociais já se consolidavam e traziam consigo funções demarcadas por um modelo de distinção social. A principal limitação de Say é o de confiar na regulação da produção no sistema capitalista a partir de uma possível procura, algo impossível num sistema que não controla sua produção e são criadas e motivadas demandas sem o devido prognóstico e, em casos extremos, a oferta sobrepuja a procura, conforme analisa Mandel:

Quando a oferta ultrapassa a procura, isso quer dizer que a produção capitalista, que é uma produção anárquica, uma produção não planejada, não organizada, investiu anarquicamente, gastou num ramo industrial mais horas de trabalho do que era socialmente necessário, forneceu uma série de horas trabalho em pura perda, dissipou, portanto, o trabalho humano, e que esse trabalho humano dissipado não será recompensado pela sociedade. Inversamente, um ramo industrial para o qual a procura é ainda superior à oferta é, se quiserem, um ramo industrial que ainda está subdesenvolvido relativamente às necessidades sociais e é, portanto, um ramo social que gastou menos horas de trabalho do que é socialmente necessário e que, por isso, se recebe da sociedade um prêmio para aumentar essa produção e leva-la a um equilíbrio com as necessidades sociais (MANDEL, 2006, p. 25).

Mandel (Ibidem) revela três tipos de empresas ou ramos industriais encontrados no capitalismo: a) aquelas que estão, tecnologicamente, na média social; b) aquelas que estão atrasadas, “fora de moda”, em perda de velocidade, inferiores à média social; e c) as que estão, tecnologicamente, na vanguarda, superiores à produtividade média, constatação que Say não prevê, reconhecendo apenas a última. Segundo a caracterização de Mandel fica evidenciado que a demanda, pura e simples, não é capaz de promover a regularidade sistêmica num modo de produção que sucumbe ao caos produtivo, ou seja, não localiza a questão do trabalho de forma necessária em um ramo e gira, o tempo todo, novas composições impossíveis de administrar equilibradamente. É intrínseco ao sistema capitalista a anarquia produtiva, sem regulação ou planejamento, portanto, as demandas não são criadas por um empreendedor, afinal não existe uma racionalidade capaz de organizar esse processo econômico no modelo capitalista como Say prevê.

O legado de Cantillon e Say para a noção de empreendedorismo

Conforme estabelecido no início do presente texto, a proposição foi descrever as produções dos teóricos liberais clássicos, Cantillon e Say, acerca da noção de empreendedorismo e analisá-las criticamente. É evidente que em contribuições posteriores acerca do tema percebe-se a recorrência da definição de ambos, como a ideia de “aventurismo” do Cantillon ou a percepção de construção de “demanda” ponderada por Say. Embora as conclusões dos dois economistas sobre empreendedorismo se chocassem, hoje os defensores da noção as complementam, ou seja, para os liberais contemporâneos, o empreendedor atual deve ser “ousado” (aventureiro) e “criativo” (criar demandas), logo, se refuda em algum grau a originalidade dessas teorias.

Por fim, entendemos que as intenções de Cantillon e Say era discorrer sob uma ótica apreciativa às novas concepções de mundo que convergisse com as demandas da crescente burguesia e sua busca inequívoca ao lucro. E nessa fundamentação não cabia explorar as origens da miséria da outra classe social, o operariado, atribuindo apenas valores individuais a ela que justificassem a sua situação, em síntese, a não busca por empreender, ser um empreendedor. Esse deliberado reducionismo e falta de análise da gênese do operariado por parte desses economistas tornaria emergente a construção de uma teoria feita pela e para a classe, que surgiria décadas mais tarde conforme os conflitos de classes iriam se desenrolando. Algo que se repete na contemporaneidade com o resgate da noção de empreendedorismo sob nova roupagem, mas que traz em sua essência as intenções de Cantillon e Say: dar materialidade teórica para a burguesia justificar a miséria dos trabalhadores como “falta de empreendedorismo”. E a exemplo da “tragédia” de Cantillon e Say, cabe dissolver a “farsa” atual do discurso do empreendedorismo no contexto neoliberal reforçando e ampliando uma teoria feita pelos e para os trabalhadores, que coloque estes no centro da discussão e exponha as intenções dos defensores do discurso pró-empreendedorismo.

Referências

CANTILLON, R. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Trad. Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, PR: Segesta, 2002.

DEGEN, R. J. *O empreendedor: empreender como opção de carreira*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MANDEL, Ernest. Iniciação à teoria econômica marxista. In: MANDEL, Ernest. (Org.). *Introdução*

à teoria econômica. São Paulo: ILAESE/Editora Sundermann, 2006.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado sobre economia política*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Felipe da Silva Duque

Pós-doutorando no Programa Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ
poetaiedlp@yahoo.com.br

O processo de empresarização das emoções na Educação e as novas configurações do trabalho docente

The enterprisation process of emotions in education and the new configurations of teaching work

- ◆ Débora da Silva Olivo
- ◆ Larissa Ferreira Tavares
- ◆ Marcio Silva Rodrigues

RESUMO

O presente estudo constitui uma aproximação inicial e inédita entre a Teoria da Empresarização e a Sociologia das Emoções e possui um duplo objetivo: construir a categoria empresarização das emoções e discuti-la a partir do contexto educacional. De forma geral, materializando-se por meio de recursos como o controle e a burocracia, além dos fundamentos que caracterizam a ideia de empresa, como a competição e a produção de necessidades, e definindo subjetividades por meio de linguagem própria, o processo de empresarização consolida a ideia de empresa no plano material, subjetivo e das sensibilidades. A empresarização das emoções representa, assim, a complexidade com que tal processo reconfigura as práticas de trabalho e o indivíduo, definindo-o como a expressão de um capital humano. No campo da educação, isso implica em novas formas de trabalho docente, materializadas no sujeito professor por meio da centralidade de suas emoções.

Palavras-chave

Empresarização. Emoções. Educação

ABSTRACT

The present study constitutes an initial and unprecedented approximation between the Enterprisation Theory and the Sociology of Emotions and has a double objective: to construct the category of enterprisation of emotions and discuss it from the educational context. In general, materializing through resources such as control and bureaucracy, in addition to the fundamentals that characterize the idea of enterprise, such as competition and the production of needs, and defining subjectivities through language, the enterprisation process consolidate the idea of enterprise in the material, subjective and sensibilities planes. The enterprisation of emotions thus represents the complexity with which such a process reconfigures work practices and the individual, defining him as the expression of human capital. In the Education field, this implies new forms of teaching work, materialized in the teacher subject through the centrality of his emotions.

Keywords

Enterpristarion. Emotions. Education.

Introdução

As práticas cotidianas de trabalho docente têm sido caracterizadas pelo forte avanço da ideia de empresa também na área da Educação. Mais do que vínculos estabelecidos por parcerias entre empresas privadas e a escola pública, o que inicialmente apontava para uma preocupação em torno da possibilidade de privatização da Educação, práticas empresariais têm sido inseridas no contexto escolar e estão sendo consolidadas por meio de diferentes estratégias materiais e subjetivas que consideram a empresa uma referência para as relações, estabelecendo, com isso, diretrizes, técnicas e sensibilidades que reconfiguram esse trabalho.

Na concepção de Andreu Solé (2008), a empresa é uma condição, está presente no cotidiano e é articulada por diferentes meios que definem o mundo moderno. Além disso, com as dinâmicas da globalização, assumiu a centralidade e a totalidade das relações sociais, uma vez que estas relações são produzidas em torno da ideia de empresa (SOLÉ, 2008).

Ao analisarem as formas como as organizações modernas reconhecem a empresa como um modelo às práticas sociais, Rodrigues e Carvalho (2006) observam que:

De acordo com Solé, buscando a perpetuação dessas organizações e na falta de um outro modelo organizacional, a empresa, apoiada em pressupostos de eficácia, qualidade, resultados e perpetuação, tem se firmado como o modelo de todas as atividades humanas. Nesse sentido, não é raro encontrar organizações que, orientadas pelo modelo empresarial, passam a adotar características que anteriormente eram exclusivas das empresas. Por exemplo, hoje em dia, as organizações usam a linguagem, os métodos, as ferramentas das empresas, além disso, estão sujeitas à concorrência e buscam o benefício econômico (SOLÉ, 2004, apud RODRIGUES; CARVALHO, 2006, p. 40).

São exemplos dessas características no contexto escolar e no trabalho docente, mecanismos empresariais como a instalação de ponto-eletrônico, a contratação de empresas terceirizadas para a prestação de serviços gerais e de serviços pedagógicos, como a produção de currículos e de livros didáticos e a formação de professores, além da manutenção de ações voltadas a indicadores de qualidade da Educação e de exames avaliativos – para os alunos – que possam, implicitamente, atribuir ao trabalho docente e ao sujeito professor a total responsabilização pelo sucesso ou pelo fracasso dos resultados obtidos nesses exames. Tragtenberg (2004) avalia essas práticas associando-as a formas de controle estabelecidas por procedimentos burocráticos nos quais os meios tornam-se os fins no processo organizacional hierárquico.

A partir dessa realidade, é possível observar um fenômeno social no qual a ideia de empresa, acentuada pelo neoliberalismo, se consolida não somente nas organizações modernas, mas,

sobretudo, no indivíduo, caracterizando-o como capital humano. O processo de empresarização corresponde, desse modo, a um conjunto de mecanismos que ampliam a lógica da empresa para esferas além do campo do trabalho, produzindo formas de pensar e agir (RODRIGUES, 2013) e atuando, inclusive, nas sensibilidades dos sujeitos.

Esse é o ponto de partida deste estudo. Considerando as sensibilidades como um dos mecanismos que, afinado a estratégias materiais, consolida o processo de empresarização nas organizações sociais, é possível perceber que as emoções dos indivíduos e suas sensibilidades correspondem a uma dimensão potencializada por tal processo, configurando a produção de um capital humano.

Com base no exposto, o presente texto constitui uma aproximação inicial e inédita¹ entre a Teoria da Empresarização e a Sociologia das Emoções e possui um duplo objetivo: primeiramente, busca construir a categoria empresarização das emoções, como síntese da referida aproximação, e, logo após, discuti-la a partir do contexto educacional, a fim de perceber as implicações desse fenômeno para a produção de novas configurações do trabalho docente.

O neoliberalismo e o processo de empresarização do indivíduo

O modo de produção capitalista elabora aportes que garantam a sua reprodução, e ainda que possa correr o risco de desaparecer, acaba fortalecendo a sua lógica. Dardot e Laval (2016), ao observarem o percurso histórico que caracterizou a expansão do capitalismo, entendem que oscilações econômicas que ameaçaram terminar com esse modo de produção tornaram-no mais forte, tendo sua ordem econômica ampliada a todas as dimensões do ser humano (DARDOT; LAVAL, 2016).

Analisando o Colóquio Walter Lippmann – movimento fundamental para a articulação entre os novos liberais e para a formulação de suas novas teorias econômicas e sociais – Dardot e Laval (2016) salientam que surge ali a necessidade de reinvenção do capitalismo, afetado negativamente por contextos de guerra. Para os pensadores integrantes desse Colóquio, no processo de transformação da lógica capitalista, novas bases deveriam ser construídas para a manutenção desse sistema, uma vez que, até então, seus princípios priorizavam somente o campo do trabalho e a não intervenção do Estado sobre as relações econômicas determinadas. Ampliar esse campo para outras

¹ Embora a discussão sobre empresarização ou empresariamento da educação não seja nova, seja na área da educação (Neves, 2003) ou na área dos estudos organizacionais (Rodrigues e Silva, 2019b; Franz, Leite e Rodrigues, 2020; e Duquia, Franz, Barcelos e Rodrigues, 2022), a associação dessas questões com a dimensão das emoções é. Tal dimensão será explorada a partir de um conjunto de saberes que constituem a chamada sociologia das emoções.

esferas do indivíduo corresponderia à possibilidade de renascimento do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Sendo assim, era preciso identificar os mecanismos que consolidariam o neoliberalismo como um novo modelo de sociedade, e levar em conta os elementos que promovessem as condições necessárias para o desenvolvimento dessa estrutura. O indivíduo passa a ser considerado, então, sob uma perspectiva de capital humano, já que passa a ter a lógica econômica generalizada para todas as dimensões que o constituem.

A doutrina neoliberal corresponde, dessa forma, a uma mudança antropológica na sociedade, e constitui-se como uma ordem social cuja razão econômica se estende para a totalidade da vida humana. Nas palavras de Dardot e Laval (2016):

O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais. [...] excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade "contábil" pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 30).

Na análise de Foucault (2008), isso significa que o aspecto econômico, mais do que estar atrelado à esfera do trabalho, passa a realizar-se em campos que outrora não estariam associados ao capital. Ao reconhecer os mecanismos neoliberais utilizados para uma ressignificação dessa esfera, e considerando as particularidades do contexto americano, o autor observa que o sujeito não mais se adapta ao trabalho para gerar renda, mas amplia o exercício desse trabalho em sua carga horária diária. Com isso, o trabalho e a lógica econômica que o subjaz começam a pertencer a todos os aspectos do indivíduo. Para o autor, com o neoliberalismo, “as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico” (FOUCAULT, 2008/ aula de 1979, p. 307).

De Gaulejac (2007), ao discorrer sobre os elementos sociais que formam e direcionam os indivíduos, aponta para uma construção educacional que, no decorrer da vida, vai moldando os sujeitos segundo fundamentos empresariais, como a concorrência, a competição, a oportunidade de obter lucro, além da ideia central que caracteriza a empresa: a produção de necessidades (DE GAULEJAC, 2007). Nesse processo, questões de diversas ordens, como culturais, artísticas, educacionais e comportamentais compõem um quadro no qual a ideia de empresa conduz as relações.

Na análise de Rodrigues (2013), os métodos que caracterizam o processo de empresarização e que consolidam a ideia de empresa nas organizações e nos sujeitos, estão além do campo material. O autor identifica na dimensão das subjetividades um recurso fundamental para o fortalecimento e a naturalização desse processo. Nessa esfera, a linguagem empresarial elabora discursos que tornam a

ideia de empresa central para os modos de vida, visto que a empresa “produz a maneira de viver de nossa sociedade” (RODRIGUES, 2013).

Tendo em vista que o discurso determinado pela empresa torna-se crucial para a validação do processo de empresarização e corresponde a uma forma de produção de relações sociais de poder, Rodrigues (2013) argumenta que essa subjetividade compõe um mecanismo para a perpetuação dessas relações. Como destaca o autor:

Em síntese, tal discurso, compreendido como aquilo que norteia alguns saberes e as práticas dominantes da sociedade moderna, é o resultado da associação de diversos eventos discursivos que consolidaram e naturalizaram cada uma das maneiras de agir e de pensar que fundamentam (e são fundamentadas pela) a empresa (RODRIGUES, 2013, p. 38 e p. 39).

Nessa perspectiva, observa-se que, por meio do discurso, crenças e verdades são mobilizadas a fim de responderem às demandas da lógica da empresa. Duquia et al (2022), ao identificarem o processo de elaboração de políticas públicas, associam a ideia de poder à verdade que se estabelece. Nesse âmbito, nota-se que quem exerce o domínio, o poder, sobre um certo campo, torna-se legitimado para construir a noção de verdade que lhe interessa. Sendo assim, o valor de uma crença, cotidianamente construída, determinará o modo como a organização deverá ser constituída e fornecerá bases para a elaboração das políticas públicas (DUQUIA; FRANZ; BARCELOS; RODRIGUES, 2022).

A noção de felicidade, por exemplo, amplamente produzida segundo a lógica da empresa, vincula-se a um discurso e a uma crença que atribuem ao indivíduo a realização dessa dimensão. De Gaulejac (2007) discute a ideia de felicidade, no mundo globalizado, e os mecanismos que produzem a sua sensação, a fim de demonstrar as formas como na sociedade contemporânea tal estado é produzido pela lógica da empresa. Para o autor, uma vez que essa empresa significa um modelo de satisfação do indivíduo, a construção acerca da relevância dessa ideia ocorre desde o processo inicial de formação desse indivíduo (DE GAULEJAC, 2007). Isso significa que nas diferentes fases da vida o sujeito deve ser preparado para desenvolver competências que o coloquem sempre em um estado de competição, controle e vigilância em relação ao outro, em uma busca incessante pela produção e acumulação de capital, o que resultará, nessa estrutura social, em sua felicidade.

É possível perceber, com isso, que o processo de empresarização, ao ser intensificado pelo neoliberalismo, adentra diferentes esferas das relações sociais e da formação do indivíduo, implicando na produção do capital humano. Com essa razão econômica, tal processo passa a caracterizar-se também como um fenômeno de âmbito individual, uma vez que cada sujeito será

compreendido sob a racionalidade de uma empresa. Nesse contexto, emergem novas definições de indivíduo, as quais o entrelaçam à ideia de empresa, tornando esse um sujeito empresário de si, um indivíduo-empresa, um gestor de si mesmo, segundo pressupostos definidos pela lógica do capital que a empresa determina.

Tavares (2021), ao analisar o processo de formação desse sujeito empresário de si, reconhece o discurso motivacional ministrado por *coaches*² como um aspecto relevante que, ao assemelhar-se a uma narrativa religiosa e usar os paradigmas desta, promove a lógica econômica por meio das subjetividades do indivíduo. Nesse sentido, a ideia de um sujeito empresário de si torna-se um imperativo dentro de um contexto que cada vez mais estimula a produção individual em detrimento do caráter coletivo da sociedade (TAVARES, 2021).

O processo de empresarização, como se constata, representa um fenômeno cuja ordem atua nas múltiplas experiências sociais, redefinindo, com o avanço do neoliberalismo, o indivíduo para a incorporação da lógica da empresa em suas práticas, vivências e subjetividades. Nesse cenário, a dimensão das sensibilidades adquire um significado fundamental para materializar o campo econômico no indivíduo.

As emoções, como sugere Sartre (2010), correspondem à consciência da relação do ser psíquico com o mundo e caracterizam no indivíduo estados de adaptação a novas situações, em maior ou em menor grau (SARTRE, 2010). Sendo assim, por meio da dimensão das emoções e associado ao conjunto de mecanismos que o fortalecem, o processo de empresarização produz, inclusive, sensibilidades, e torna a ideia de capital humano uma realidade material.

O processo de empresarização das emoções

O estudo sobre a dimensão das emoções enquanto um objeto de investigação na área da Sociologia é recente. As discussões que abordaram esse tema estiveram, ao longo de sua análise, associadas às áreas da Filosofia, da Psicologia, estando essa dimensão manifestada em expressões artísticas, literárias, musicais, dentre outras formas culturais que se apresentam até hoje. Com o movimento decolonial, que inaugurou nos anos setenta um pensamento crítico acerca dos dualismos que buscavam explicar a sociedade, a compreensão de que as relações sociais poderiam ser explicadas sob múltiplas perspectivas de análises ofereceu à Sociologia abordagens até então desconsideradas pelos estudos clássicos dessa área. Raça, gênero, etnia, religião, além de outros

² O termo designa profissionais que, dentre outras técnicas, utilizam-se do discurso da psicologia positiva a fim de despertar em sua audiência noções de “empoderamento, prosperidade, mudança de *mindset* (traduzido por programação mental/crenças) e abundância” (TAVARES, 2021).

temas, tornaram-se perspectivas com as quais os estudos sociológicos, a partir de então, ampliaram suas vertentes para a explicação dos fenômenos sociais.

Nesse cenário, a dimensão das emoções passou a constituir uma abordagem relevante para a Sociologia, oferecendo um ponto de vista com o qual tem sido possível elaborar interpretações para os acontecimentos sociais.

Partindo de uma compreensão filosófica, é possível entender que as emoções constituem um sistema de condutas no qual as reações emocionais dão significado a estados de adaptação do indivíduo, uma vez que elas comportam tensões entre o mundo interior desse indivíduo e o mundo exterior que ele interpreta, revelando estados que buscam “mascarar, substituir, rechaçar uma conduta que não se pode ou não se quer assumir” (SARTRE, 2010, p. 40). Conforme salienta Sartre (2010):

[...] mesmo se a emoção, objetivamente percebida, apresentar-se como uma desordem fisiológica, enquanto fato de consciência ela não é de modo nenhum desordem nem puro caos, ela tem um sentido, significa alguma coisa. E com isso não queremos dizer apenas que ela se dá como uma qualidade pura, mas que se apresenta como uma certa relação de nosso ser psíquico com o mundo; e essa relação - ou melhor, a consciência que temos dela - não é uma ligação caótica entre o eu e o universo; é uma estrutura organizada e descritível (SARTRE, 2010, p. 32, 33).

No âmbito da Sociologia, a perspectiva de compreensão sobre a dimensão das emoções também é relacional. Para Hochschild (1979), uma das autoras pioneiras nos estudos sociológicos sobre as emoções, esta dimensão corresponde ao que o sujeito pensa e faz com o que sente, e no contexto social, a ação é orientada por regras, conflitos, sendo a interação dos indivíduos o que afeta, produz e reproduz as emoções (HOCHSCHILD, 1979). A autora discute a gestão das emoções como um trabalho mediado pelas regras sociais no qual cabe ao indivíduo desenvolver habilidades para administrar seus sentimentos ao que ela chama como trabalho emocional (HOCHSCHILD, 1983). Citando em uma parte de sua análise os estudos de Goffman (1961, apud HOCHSCHILD, 1979), Hochschild salienta que quanto mais burocrático for o trabalho realizado nas organizações, maior será a necessidade de se desenvolver a gestão das emoções, que, segundo a autora, não são fatos, mas estados de sentimentos, que possuem duração, extensão e direção, que levam, no fim das contas, ao controle social (HOCHSCHILD, 1979, p. 564).

Theodore Kemper (2006, in STETS; TURNER, 2006, p. 90), que também inaugurou esses estudos, analisa a esfera das emoções a partir de comportamentos sociais em que os indivíduos orientam suas práticas sob as dimensões de poder e *status*. Para o autor, é dessa interação, que pode apresentar excesso ou déficit destas dimensões, que resultam as emoções (KEMPER, 2006, p. 87).

Dialogando com as teorias das emoções e construindo novas análises, Bericat (2016), entende

estas emoções como um fenômeno social que permite explicar outros, pois elas são parte constituinte de todos os acontecimentos sociais e estão no contexto da vida social. Na análise do autor, as emoções constituem dispositivos para comportamentos adaptativos, e possuem elementos fisiológicos, neurológicos e cognitivos. Além disso, são relacionais, mas possuem um caráter individual e correspondem a um sistema motivacional que tem um valor positivo ou negativo. As emoções são induzidas por eventos interpessoais e são estados subjetivos que fazem o sujeito se sentir bem ou mal, e o que este sente, segundo o autor, depende do conteúdo e do resultado da interação (BERICAT, 2016). Para o autor, “as emoções constituem a manifestação corporal da importância que um evento no mundo natural ou social tem para o sujeito”³ (BERICAT, 2016, p. 493).

Scribano (2012) também apresenta e tem desenvolvido um estudo profícuo no campo da Sociologia das Emoções. Associando as emoções aos corpos, o autor salienta que “el/los cuerpo(s) – al igual que la emoción- al ser considerado el resultado de la articulación de diversos/plurales espacios/procesos involucra en su concreciones contingentes e indeterminadas multiples determinaciones de lo concreto”⁴ (SCRIBANO, 2012, p. 92). O autor argumenta que as emoções e os corpos são elementos centrais para a compreensão das relações sociais e percebe na administração das sensibilidades o reflexo e a produção de um contexto de expropriação, dominação e resistência, em um mundo de globalização e de produção de capital, que desenvolve processos de sensibilidades e produz essa dimensão.

Para Scribano e Koury (2012):

O corpo e as emoções deste modo são lugares de adestramento civilizatório e os indivíduos sociais nele erigidos são produtos políticos do jogo configuracional que medra uma dada forma de sociabilidade. Os corpos e as emoções são marcados pelas lógicas políticas, culturais e sociais que os produzem e os consomem enquanto objetos e ao mesmo tempo sujeitos da sociabilidade (SCRIBANO; KOURY, 2012).

Lisdero e Quattrini (2020), analisando campos empíricos em que as emoções são moldadas segundo a lógica do capital, discutem processos de sociabilidade a partir do campo do trabalho. Ao considerarem a dimensão dos corpos e das emoções como condições para a expansão do capitalismo ocidental, os autores salientam que as relações estabelecidas nesse espaço requerem também sensibilidades expressadas pelo corpo a fim de gerarem saldos de âmbito emocional. Na análise dos autores, e citando as contribuições dos estudos de Eduardo Bericat Alastuey (2000) sobre o tema das emoções na Sociologia, o trabalho de administrar essas emoções segundo

³ Versão original: emotions constitute the bodily manifestation of the importance that an event in the natural or social world has for a subject.

⁴ Versão original: O corpo(s) – como a emoção – sendo considerado o resultado da articulação de espaços/processos diversos/plurais envolve em suas concreções contingentes e indeterminadas múltiplas determinações do concreto.

estratégias de mercado causa um desgaste moral, promovido por estados emocionais fictícios e pela extração da personalidade do indivíduo, que incorpora modos de dominação social e que entra em conflito consigo próprio, em um processo de autoestranhamento (LISDERO; QUATTRINI, 2020). Desse modo, a contradição do indivíduo à estrutura que o condiciona volta-se a ele próprio.

O processo de empresarização, dessa forma, apropria-se das sensibilidades e sob uma perspectiva de indivíduo-empresa, empresário de si, tem nas emoções um forte mecanismo para a sua consolidação nesse indivíduo, reconfigurando não somente práticas sociais, mas expressando a lógica máxima que caracteriza o capital.

Sendo ampliado para todas as formas e áreas, o processo de empresarização, o qual se materializa no indivíduo por meio das emoções, generaliza a ordem do capital em um movimento que se direciona das organizações para esse indivíduo.

Illouz (2011; 2019) apresenta um relevante estudo acerca da sociologia dos afetos e oferece uma indispensável contribuição para esta reflexão, especialmente com sua obra “Amor nos Tempos do Capitalismo” (2011). A autora discute o tema dos afetos relacionando-os às formas e aos contextos que processaram o deslocamento das narrativas organizacionais, centradas na lógica de empresa, para o âmbito do indivíduo, destacando a influência da narrativa psicológica para a compreensão desse indivíduo sobre si mesmo.

Para Illouz, a inserção do método da psicologia nas organizações promoveu grandes mudanças sociais, pois desenvolveu uma nova cultura em torno da compreensão do eu e democratizou a ideia de participação individual nas questões administrativas, configurando na empresa um perfil que a autora chama de homo sentimentalis, já que os sentimentos e as percepções de funcionários passaram a ser considerados nas relações presentes no campo do trabalho, em nome do benefício econômico (ILLOUZ, 2011).

Na óptica da autora, os afetos são "aspectos profundamente internalizados e não reflexivos da ação", e por meio deles "pomos em prática as definições culturais da individualidade" (ILLOUZ, 2011). Os afetos produzem também hierarquias sociais nas quais sentimentos organizam arranjos morais e sociais baseados nos papéis desempenhados pelas diferentes identidades, relacionadas, dentre outras categorias, à classe social, ao gênero, à profissão. Na concepção da autora, o afeto é uma "entidade psicológica", que permite "revelar uma outra ordem na organização social do capitalismo" (ILLOUZ, 2011). Nesse processo, o eu privado, o eu dos afetos, é colocado em sintonia com narrativas e valores produzidos pela ordem política e econômica da sociedade, presentes nas organizações e consolidadas nas instituições sociais. Para Illouz (2011):

O capitalismo afetivo é uma cultura em que os discursos e práticas afetivos e econômicos moldam uns aos outros, com isso produzindo o que vejo como um

movimento largo e abrangente em que o afeto se torna um aspecto essencial do comportamento econômico, e no qual a vida afetiva – especialmente a da classe média – segue a lógica das relações econômicas e da troca (ILLOUZ, 2011).

O direcionamento da ideia de empresa das organizações para o indivíduo, por meio da dimensão afetiva, emocional, psicológica representa a complexidade de um processo que cotidianamente cria meios para a sua manutenção, sejam eles materiais, subjetivos ou referentes às sensibilidades que cada indivíduo comporta.

No âmbito da Educação, e considerando o trabalho docente de um contexto escolar, o processo de empresarização das emoções é caracterizado por práticas em que a expropriação e a apropriação das energias corporais e das sensibilidades orientam e determinam as relações, delineando novas configurações desse trabalho.

O processo de empresarização das emoções no trabalho docente: reflexões iniciais

O campo da Educação tem sido considerado bastante frutífero para a reprodução de uma estrutura social que tem na ideia de empresa o ponto central para as relações humanas. Na realidade, a Educação institucionalizada sempre teve esse papel de reprodução da ordem social. A diferença parece estar, entretanto, no fato de que tal ideia não se fazia tão presente nas práticas escolares quanto tem estado atualmente, sendo justificada por fatores econômicos, políticos e culturais que potencializaram a área da Educação para a produção máxima de capital.

No decurso de pouco tempo, tem sido possível perceber que mais do que estar presente no currículo escolar padronizado ou no conteúdo dos livros didáticos – que incentiva o desenvolvimento da autonomia e das competências múltiplas do indivíduo, o empreendedorismo, a gestão emocional, considerando, todavia, a lógica do capital, e com o qual os efeitos sociais apresentavam-se mais lentamente – a ideia de empresa está sendo consolidada e materializada tanto na organização escolar quanto nos sujeitos que atuam nesse contexto, reconfigurando especialmente o trabalho docente.

Procedimentos de caráter empresarial, como o excesso de aspectos burocráticos, de práticas de controle dos corpos e da criatividade, a quebra de vínculos afetivos e a produção de sensações que colocam o indivíduo professor, por meio de suas emoções, sob um estado de vigilância e autogestão das condições que são sociais do seu trabalho, têm, dentre outros mecanismos, caracterizado a organização escolar como uma empresa cuja produção de capital associa-se à produção de necessidades as quais, muitas vezes, nem existiram.

Tragtenberg (2004) reflete sobre o uso da burocracia nas organizações modernas e percebe esse procedimento como um mecanismo de poder que preserva a hierarquização da estrutura social. Na análise do autor, tal método, que deveria servir como um meio para construir a sistemática de organização da instituição, utiliza-se deste conceito de organização para tornar-se um fim em si mesmo (TRAGTENBERG, 2004). Em outros termos, atender aos procedimentos burocráticos sob a ideia de organização torna-se o objetivo principal da instituição. Nas palavras do autor:

Um dos elementos em que a burocracia fundamenta sua legitimação consiste em se atribuir a tarefa de “organizar” tudo. Sob o nazismo, a palavra de ordem do regime era: organização. Existe aí uma confusão interessada. Qualquer grupo humano, tendo em vista as finalidades que persegue, organiza-se para tanto. Mas a burocracia é outra coisa: ela está montada como estrutura de controle, dispondo de imunidades e privilégios (TRAGTENBERG, 2004, p. 210).

Os aspectos burocráticos na organização escolar têm-se manifestado sob formas diversas, caracterizando a expansão do processo de empresarização nesse contexto. Exemplo dessa prática pode ser associado ao uso de plataformas digitais, criadas por empresas privadas, e cujo objetivo é informatizar estratégias de controle tanto do corpo discente quanto do sujeito docente. As dinâmicas de trabalho que envolvem o atendimento a essas plataformas têm, também, redefinido a Educação, uma vez que as implicações desse processo recaem negativamente sobre os aspectos formativos do corpo discente. Quer dizer, o tempo de trabalho que anteriormente era dedicado a pensar e criar projetos coletivos para e com os estudantes e a comunidade escolar acaba, de uma forma ou de outra, sendo substituído por tarefas condizentes à lógica da empresa.

A instalação de ponto-eletrônico na escola, cujo objetivo parece transcender a questão econômica, e que está associada a um elemento próprio da organização fabril, produz uma sensação de vigilância do trabalho e também caracteriza o alcance da ideia de empresa às subjetividades docentes. Foucault (1987), ao analisar as instituições e observar formas de construção de controle dos corpos dos indivíduos, percebe o aspecto simbólico instaurado para o exercício desse controle. O Panóptico, sistema pensado para controlar os corpos, inicialmente na prisão, representa um modelo de controle dos impulsos e corresponde a um exemplo de uma estrutura social que vigia seus agentes a fim de obter a adesão desses aos objetivos e interesses em voga. Além disso, considera o condicionamento das ações e do pensamento desses agentes por meio da sensação de vigilância que tal mecanismo provoca (FOUCAULT, 1987).

Nesse sentido, a vigilância não ocorre exclusivamente de um sujeito em relação ao outro, com o uso de registros e outras formas de inspeção, como plataformas virtuais ou sistemas de controle digitais. O controle de si e o medo da repressão por desobedecer a ordens determinadas

direcionam, desse modo, o indivíduo para práticas disciplinares nas organizações sociais. A metáfora da prisão, elaborada por Foucault (1987), na qual os sujeitos têm a sensação de estarem sendo vigiados em suas ações, ainda que não estejam sendo externamente controlados, contribui para a compreensão dos mecanismos que constituem e consolidam a ideia de empresa no campo das subjetividades do indivíduo.

Outro exemplo que reconfigura o trabalho docente está associado aos termos empresariais que são incluídos no vocabulário escolar e que são tomados de modo natural. Laval (2019) identifica alguns desses termos e suas substituições, como, por exemplo, conhecimento, que passa a ser designado por competência; emancipação política, que passa a ser substituído por eficiência produtiva; desenvolvimento pessoal, trocado por inserção profissional; conteúdos apropriados, convertido para exigências do universo econômico (LAVAl, 2019, p. 23 e p. 24). Também, palestra ou aula, é substituído por treinamento; secretaria de educação, por instituição mantenedora; experiência bem-sucedida, por “case” de sucesso, o que, no movimento neoliberal, direciona a escola para uma organização empresarial.

O discurso do empreendedorismo é assumido, assim, como uma norma vigente na sociedade. Franz, Leite e Rodrigues (2020) discutem as formas como a inserção da ideia de empresa no espaço educacional torna as relações competitivas e fundamentadas em critérios mercadológicos, já que a participação de empresas privadas na Educação pública acaba influenciando as relações entre docentes, segundo a lógica da empresa, bem como altera as práticas educacionais (FRANZ; LEITE; RODRIGUES, 2020).

Afora outras estratégias que revelam o avanço da ideia de empresa na Educação e na organização escolar, a dimensão emocional também está em jogo. No caso do sujeito professor, o aspecto afetivo, emocional, psicológico é abordado como um tema central na medida em que as narrativas que consolidam a ideia de empresa no indivíduo passam a reverter toda a compreensão do contexto social de trabalho para a uma condição desse sujeito. Nesse processo, palestras motivacionais ministradas às/aos professoras/es criam uma realidade que eleva esse indivíduo como centro desse processo por meio de suas emoções. A narrativa psicológica positiva constitui um exemplo dessa construção, visto que, embora busque ser um mecanismo de resistência à realidade de expropriação de energias e de subjetividades, acaba promovendo dispositivos, conscientes e inconscientes, para a conformação do sujeito à realidade apresentada, colocando-o em conflito consigo próprio.

O cunho psicológico norteador dessas palestras manifesta-se, dentre outros temas, com narrativas sobre autorrealização, habilidades socioemocionais, coragem e sorte, reinvenção como pessoas e profissionais, superação de dores emocionais e aprendizagem em família, educação

empreendedora, nas quais a ideia de que cabe ao indivíduo gerir, além das suas práticas, suas emoções, associadas à lógica de produção de capital, é construída.

Nesse cenário de empresarização das emoções, há o que Scribano (2009) percebe como formas de renovação do capitalismo. Na análise do autor, tal processo expropria não somente energias corporais, mas expropria, também, sensibilidades, modificando a estrutura e a gênese das emoções, em um movimento que busca apropriar-se dessa dimensão e modular esse aspecto, alinhado a estratégias de dominação que rouba a presença subjetiva dos indivíduos (SCRIBANO, 2009).

As emoções significam, inclusive na área da Educação e, especialmente, no trabalho docente, um mecanismo de sustentação ao processo de empresarização, que se direciona da organização para o indivíduo e que torna particulares as condições que são de ordem social, bem como o seu inverso. Em outras palavras, quanto mais centrada no indivíduo for a compreensão desse processo, mais as condições de expropriação de energias e sensibilidades podem ser produzidas, conforme a lógica da empresa.

O processo de empresarização das emoções revela, assim, um fenômeno expressivo de produção de capital, abastecido por múltiplos mecanismos sociais que dão à empresa uma forma humana.

Considerações Finais

A intensificação da ideia de empresa nas organizações tem reconfigurado as práticas de trabalho e as relações sociais que nelas se estabelecem. No caso da organização escolar, tem sido possível observar e vivenciar o fenômeno da empresarização na medida que a Educação, situada em um contexto de ordem neoliberal, o qual visa à produção do capital humano, reproduz a lógica da empresa e expande seus pressupostos a todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

Materializando-se por meio de recursos como a vigilância, o controle e a burocracia, além dos fundamentos que caracterizam a ideia de empresa, como a concorrência, a competição e a produção de necessidades, e definindo subjetividades por meio de linguagem própria, o processo de empresarização atua em diferentes âmbitos, que passam a consolidar essa ideia no plano material, subjetivo e das sensibilidades.

A empresarização das emoções representa, assim, a complexidade com que esse processo de produção de capital reconfigura as práticas de trabalho e o indivíduo, definindo-o como a expressão de um capital humano.

Considerando essa reflexão, o presente estudo esforçou-se em propor uma interpretação do fenômeno que vem sendo consolidado também no campo da Educação, implicando em novas formas de trabalho, especialmente no trabalho docente, e que vem sendo materializado no sujeito professor por meio da centralidade de suas emoções. Além disso, pretendeu estabelecer uma associação entre a Teoria da Empresarização e a Sociologia das Emoções, a fim de oferecer uma possibilidade de análise e de compreensão do fenômeno social vigente.

Referências

BERICAT, Eduardo. The sociology of emotions: four decades of progress. **Current Sociology**, n. 64, v. 3, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. Paris, France: Boitempo, 2009.

DE GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

DUQUIA, Andressa; FRANZ, Alice; BARCELOS, Márcio; RODRIGUES, Marcio. Políticas Públicas e Estudos Organizacionais: uma articulação teórica para a análise das formas de organização de programas de pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas (Brasil). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. v. 30, n. 142, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANZ, Alice; LEITE, Elaine; RODRIGUES, Marcio. O processo de empresarização e o discurso da universidade empreendedora: uma análise da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 177, 2020.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. **American Journal of Sociology**, v. 85, n. 3, 1979.

HOCHSCHILD Arlie. **The Managed Heart: the commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

ILLOUZ, Eva. **O Amor nos Tempos do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KOURY, Mauro G. P.; SCRIBANO, Adrián. Sociologia e Antropologia dos Corpos e das Emoções. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, 2012.

KEMPER, Theodore. D. (2006). Power and Status and the Power-Status Theory of Emotions. In: Stets, J.E., Turner, J.H. (eds) **Handbook of the Sociology of Emotions. Handbooks of Sociology and Social Research**. Springer: Boston, MA. https://doi.org/10.1007/978-0-387-30715-2_5.

- LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.
- LISDERO, Pedro.; QUATTRINI, Diego. Trabajo y Sensibilidades: un análisis de la gestión de los cuerpos y las emociones en algunos espacios de trabajo. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 13, 2020.
- NEVES, Maria Lúcia W. (org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** Rio de Janeiro: Xamã, 2001.
- RODRIGUES, Marcio S. **O novo ministério da verdade: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil.** Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da. **Empresarização no Figueirense Futebol Club e no Sport Club Internacional.** *Gestão. Org*, Recife, v. 4, n. 3, p. 38-54, 2006.
- RODRIGUES, Marcio; CARVALHO, Rosimeri. Empresarização e modernidade: a ideia de empresa no centro do mundo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 1, 2019.
- RODRIGUES, Marcio S.; SILVA, Rosimeri C. da. Nova república, novas práticas: uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990-2010). **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade (Farol)**, v. 6, n. 15, 2019b.
- SARTRE, Jean-Paul. **Esboço para uma Teoria das Emoções.** Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SCRIBANO, Adrian. A modo de epílogo. ¿Por qué una mirada sociológica de los cuerpos y las emociones? **Cuerpos, subjetividades y conflictos: hacia una sociología de los cuerpos y las emociones desde Latinoamérica.** 1a ed.- Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2009.
- SCRIBANO, Adrian. Sociología de los cuerpos/emociones. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 10. ano 4.2012.
- SOLÉ, Andreu. **A Empresarização do Mundo.** (Traduzido). Paris: Le Cherche Midi, 2008.
- TAVARES, Larissa. **Em busca da melhor versão contra si mesmo: sobre o coaching, a verdade e o governo pela liberdade no neoliberalismo.** Tese (Doutorado em Administração) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: UNESP, 2004.

Débora da Silva Olivo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas
(PPGS/UFPel)
E-mail: deboraoливо83@gmail.com

Larissa Ferreira Tavares

Professora Adjunta do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da
Universidade Federal do Rio Grande
Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: larissaftavares@gmail.com

Marcio Silva Rodrigues

Professor Associado do Centro de Ciências Socio-Organizacionais da Universidade Federal de
Pelotas (CCSO/UFPel)
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: marciosilvarodrigues@gmail.com

Os determinantes do empreendedorismo da OCDE: a ideologia neoliberal com uma nova roupagem.

The OECD determinants of entrepreneurship: neoliberal ideology under a new guise

◆ Luiz Henrique Fernandes dos Reis
 ◆ Eneida Oto Shiroma

RESUMO

Este artigo discute a relação entre os determinantes de empreendedorismo adotados pela OCDE e a ideologia neoliberal. Por meio de uma análise do documento *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship*, investigamos como as políticas da OCDE embebidas em princípios neoliberais, são guiadas por sua racionalidade, induzindo estratégias de mensuração do empreendedorismo nos países membros. Buscam medir a adesão às contrarreformas neoliberais requeridas para o avanço da acumulação no atual estágio do capitalismo. O empreendedorismo constitui-se em um preventivo ideológico contra a revolta popular diante do avanço da irracionalidade da vida político-social e o agravamento da questão social, cuja causa é justamente a forma de produção e de regulação social adequada ao capital-imperialismo.

Palavras-chave

empreendedorismo; neoliberalismo; trabalho e educação; política educacional; OCDE.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between the determinants of entrepreneurship developed by the OECD and the neoliberal ideology. Through the analysis of the document *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship*, we investigated how the OECD policies are embedded in the neoliberal principles and are led by its rationality, and how they induce entrepreneurship measurement strategies in its member countries. They seek to measure the countries' adherence to the neoliberal counter-reforms required to advance accumulation in the current stage of capitalism. Entrepreneurship constitutes an ideological preventive against popular riots in the face of the advancement of irrationality in political-social life and the worsening of the social issue in capital-imperialism.

Keywords

entrepreneurship; neoliberalism; work and education; education policy; OECD.

Introdução

Nas últimas décadas o empreendedorismo tem aparecido nos meios de comunicação e nos discursos educacionais como um slogan em torno do qual se estruturam diversas propostas de políticas públicas. Sob esta vaga noção, apresenta-se uma suposta solução para problemas do capitalismo contemporâneo, como o aumento do desemprego, da miséria e o agravamento das crises econômicas e sociais.

Nosso objetivo neste artigo é discutir a concepção de empreendedorismo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tomamos como objeto de análise o documento *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship* (Ahmad; Hoffman, 2007), que forneceu as bases para o enquadramento conceitual sobre empreendedorismo elaborado e difundido pela Organização. Buscamos compreender o empreendedorismo dentro de um quadro maior de referência. Com este intuito, realizamos uma discussão sobre o conceito de maneira articulada as discussões sobre contrarreformas de cariz neoliberal, tendo como base o materialismo histórico (Marx, 2014; Harvey, 2008; Carcanholo, 2006, 2008).

A análise aqui apresentada toma como objeto os grupos de “determinantes do empreendedorismo” propostos pela OCDE-Eurostat em 2008 através do *Entrepreneurship Indicators Programme* (EIP). Esse documento é o resultado de diversas pesquisas para criação de instrumentos de mensuração do fenômeno. Suas propostas embasam as ações da organização nesse campo e continuam influenciando o desenho de suas políticas.

A escolha desta Organização se deve ao papel que este organismo tem desempenhado desde a sua criação na formulação de políticas e sua difusão por meio da produção de documentos, divulgação de relatórios de pesquisa, realização de avaliações e formulação de recomendações de políticas oferecidos tanto aos países-membros quanto a outros países.

A metodologia utilizada na análise do documento se ancora no trabalho de pesquisa desenvolvido pelos pesquisadores do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). Entendemos que os documentos e formulações políticas são fontes que fornecem pistas do projeto permanente de modernização capitalista. Tomamos os documentos como empiria, conduzindo um diálogo sucessivo com a teoria, buscando compreendê-los conceitualmente de forma a apanhar sua concretude. (Evangelista; Shiroma, 2019) Como as autoras, entendemos que:

Se compreendemos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico, podemos considerar que a conhecer é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento, é possível articular outras formas

de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos e societários – história (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 96)

Por meio da análise dos documentos produzidos pela OCDE pretendemos discutir seus determinantes, tendências e o que ocultam e revelam sobre os interesses subjacentes às políticas que induzem o desenvolvimento desigual e combinado em distintas regiões do globo.

O artigo está dividido em duas seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira sessão apresentamos o enquadramento conceitual do empreendedorismo da OCDE, discorrendo sobre sua origem, principais definições e uma análise crítica dos fatores considerados pela Organização como determinantes do fenômeno empreendedor e das propostas de reformas em políticas públicas a eles relacionadas. Na segunda sessão fazemos uma discussão histórica e teórica, analisando como a ideologia do empreendedorismo dá continuidade e aprofunda o conjunto de reformas neoliberais.

Enquadramento conceitual do empreendedorismo da OCDE

Desde a década de 1990, a OCDE direciona esforços para promoção do empreendedorismo como parte de uma estratégia voltada à criação de empregos. Valendo-se das bases de dados existentes relacionadas a atividades empresariais, força de trabalho e sobre pesquisa e desenvolvimento, observa escassez de dados sobre o tamanho das empresas, idade ou atividades empreendedoras (Davis, 2006). Em 2004, na reunião Ministerial da Organização ocorrida em Istambul, discutiu-se a necessidade de desenvolvimento de dados mais compreensivos e comparáveis entre países. No ano seguinte, 2005, o seu Diretório de Estatística criou duas iniciativas: 1) coleta de informações comparáveis entre países sobre “demografia empresarial” e 2) estudo de viabilidade de um programa internacional comparativo de estatísticas do empreendedorismo. O resultado desse estudo foi publicado no relatório *Understanding Entrepreneurship: Developing Indicators for International Comparisons and Measurement* (Davis, 2006). Este relatório detalha o processo e reafirma a necessidade de criação de um quadro geral de medidas do empreendedorismo que auxilie na elaboração de políticas baseadas em evidências. Essa é considerada a primeira fase do projeto.

A segunda fase teve como foco a criação de um manual de medição e um enquadramento conceitual do empreendedorismo, além de testes piloto, painéis de avaliação, conferências e uma estrutura de governança. Posteriormente, o ramo de Estatísticas de Negócios e o Programa de Indicadores de Empreendedorismo da Organização foram fundidos. Ao final do mesmo ano foi

criado o *Entrepreneurship Indicators Steering Group* da OCDE (EISG), unindo especialistas em políticas de fomento ao empreendedorismo e profissionais responsáveis por centros nacionais de estatística de seus países-membros. O objetivo deste grupo era selecionar indicadores relevantes que viabilizassem a comparação entre países.

Um dos resultados dessa segunda etapa foi o documento *Um Enquadramento para o Tratamento e Medida do Empreendedorismo* escrito por Ahmad e Hoffman (2007) para o EISG. Como justificativa, aponta-se problemas encontrados na formulação de políticas de fomento ao empreendedorismo, como a falta de informações empíricas sobre os fatores que inibem ou incentivam o empreendedorismo. Embora algumas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a *Eurostat*, e o *Global Entrepreneurship Monitor* tenham começado a desenvolver bancos de dados internacionais ao final da década de 1990, a ambiguidade do termo e a variabilidade dos indicadores impediam a comparação de estatísticas ao nível internacional. Nenhum dos indicadores disponíveis a época era capaz de medir mais do que alguns dos seus aspectos. Como exemplos de medidas, pode-se citar: número de novas empresas criadas, taxa de empresas de alto-crescimento por geração de emprego e por geração de receita, taxa de mortalidade de empresas, entre outras. Buscou-se criar um enquadramento conceitual mais compreensivo e sintético para medir o empreendedorismo internacionalmente utilizando poucas variáveis. O resultado inicial das análises do EIP é apresentado nesse documento, focado no empreendedorismo de negócios.

A OCDE define empreendedorismo com base em três componentes principais: 1) os empreendedores; 2) atividade empreendedora e 3) empreendedorismo propriamente dito. Os empreendedores são definidos como donos de negócios que “buscam gerar valor pela criação ou expansão de atividades econômicas, identificando ou explorando novos produtos, processos ou mercados” (Ahmad; Hoffman, 2007, p. 4). A atividade empreendedora é a ação que busca satisfazer estes fins, e o empreendedorismo seria o fenômeno associado com a atividade empreendedora. Essas definições aparentemente tautológicas servem a fins precisos. A disjunção entre o sujeito que empreende e a atividade empreendedora possibilita admitir a existência de seres sociais que não são proprietários de empresas (trabalhadores assalariados, diretores executivos, investidores, entre outros) mas que promovem atividades empreendedoras em empresas que não são de sua propriedade. Essa definição se torna operacional quando se discute a formação da cultura empreendedora e das habilidades empreendedoras, notadamente direcionadas para formação da força de trabalho, tanto pela educação formal quanto pela criação de um *ethos* empreendedor difundido culturalmente. No campo da formação empreendedora, a figura do intraempreendedor ocupa um lugar de destaque. Procura-se obliterar discursivamente a relação capital-trabalho argumentando que os ‘colaboradores’ também tem capital, um capital cultural que se expressa em

suas habilidades e competências. Acrescenta-se que além das tarefas prescritas, os colaboradores devem agir de forma empreendedora e criar inovações, indicando a importância da aculturação ideológica dentro dos valores dominantes para a formação da sociabilidade.

Um segundo ponto salientado no documento é que o empreendedorismo não está vinculado exclusivamente ao campo das pequenas e médias empresas (PME) ou dos profissionais autônomos, embora eles tenham sido seu foco inicial. O modelo proposto abrange as grandes empresas nos seus indicadores e possivelmente nas políticas públicas “baseadas em resultados” delas derivadas. A OCDE salienta que grandes empresas podem ser empreendedoras e que é importante que elas não sejam ignoradas na formulação de políticas. Esta medida as tornaria elegíveis para políticas de fomento ao empreendedorismo, o que significa que formas de apropriação do fundo público para incentivo da atividade empresarial de grandes empresas, incluindo monopólios, pode ser defendida sob o guarda-chuva do estímulo ao empreendedorismo. Ademais, essas empresas servem como modelos exitosos para as PME, como casos de sucesso a serem seguidos, o que cumpre uma função ideológica de alimentar o mito de que todos podem ascender socialmente através de boas ideias e da assunção de riscos.

Um terceiro ponto enfatizado é a vinculação entre empreendedorismo e inovação. Por princípio, empresas que desenvolvem processos econômicos já consolidados não estão abrangidas pelo termo empreendedorismo, uma vez que a mera gestão e reprodução de empresas não envolve a “exploração de novos produtos, processos ou mercados” (Ahmad; Hoffman, 2007, p.4). No entanto, a definição proposta no documento é mais elástica. Argumentando que a definição de “novo” e de “mercado” são difíceis e não consensuais, são incluídos como indicadores de empreendedorismo medidas genéricas de atividade empresarial. Desta forma, o que se propunha a ser um instrumento de medida para novidade e inovação passa a englobar atividades empresariais em sentido amplo. Isto é, atividades geradoras de capital. Os indicadores centrais utilizados pela Organização são: número de novas empresas com empregados; taxa de criação de empresas de alto crescimento medidas pelo número de empregados e pela receita; número de startups criadas por número de empregados e por receita; taxa de mortalidade de empresas.

Dada a grande variedade de resultados e manifestações acerca do empreendedorismo, nenhum indicador pode, isoladamente, dar conta da totalidade do fenômeno. Alguns indicadores focam na geração de empregos, outros na receita, outros ainda a taxa de inovação, o potencial de crescimento, entre outros. Dependendo dos objetivos das políticas, o foco pode se dar em alguns desses indicadores. O Enquadramento da OCDE subdivide três fluxos interconectados de medidas que seriam importantes para a avaliação e formulação de políticas: determinantes, desempenho e impacto.

Os impactos refletem o valor criado pelos empreendedores e atividades empreendedoras. Podem ser medidos de diferentes formas, como crescimento de empregos, PIB e distribuição de renda. O desempenho, por sua vez, mede quais ações são instrumentais na criação dos impactos analisados. Dado que existem vários impactos possíveis, existem indicadores de desempenho diversos para dar conta de ações instrumentais na sua consecução. Por último, e foco da análise desta sessão, estão os determinantes do empreendedorismo, definidos como uma pletora de aspectos ambientais, sociais e de atributos pessoais dos empreendedores que, para a Organização, afetam o resultado da atividade empreendedora.

Os determinantes do empreendedorismo são agrupados em seis áreas: Marco Regulatório, Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia, Capacidade Empreendedora, Cultura, Acesso a Financiamento e Condições de Mercado. Cada uma dessas categorias abarca políticas públicas desenvolvidas em diversas áreas, como política tributária, trabalhista, educacional, de emprego, seguridade social, entre outras, que são discutidas individualmente no Anexo 1 do documento. A seguir iremos tratar de cada um dos determinantes, elaborando sobre os fatores e políticas abrangidos por cada categoria.

a. Marco regulatório

O primeiro determinante, o Marco Regulatório, compreende uma série de regulamentações, normas e impostos. Entende-se que toda atividade empreendedora acontece dentro de certo ambiente de normas e regras que interferem no desempenho econômico, de forma que é necessário adaptar diversas políticas para estimular o empreendedorismo. A elasticidade do conceito vem a calhar: na medida em que o termo inclui a criação de novas empresas, ou de novos processos e produtos dentro de empresas já existentes, a maioria dessas políticas têm um impacto genérico em atividades empresariais, e não necessariamente no empreendedorismo e inovação.

Essa área é subdividida em fatores que de alguma forma se relacionam com a institucionalidade jurídica e regulamentações em diversas searas, são eles: 1) barreiras administrativas; 2) regulamentações em caso de falência; 3) regulamentações de segurança, saúde, meio ambiente e de produtos; 4) tradição jurídica; 5) regulamentações do mercado de trabalho; 6) seguridade social; 7) imposto de renda; 8) imposto empresarial e incentivos fiscais; 9) taxaço sobre capital; 10) taxaço sobre riqueza e herança (Ahmad; Hoffman, 2007, p. 16 e 23-25).

Por barreiras administrativas se entende a quantidade de tempo necessário para cada empreendedor satisfazer as necessidades regulatórias de certo campo de atuação, assim como o tempo necessário para entender as leis e regulamentos que se aplicam a sua área de empreendimento. A existência de muitos encargos administrativos pode desencorajar o

empreendedorismo, de forma que a OCDE defende a diminuição de tais barreiras, como, por exemplo, a flexibilização dos requerimentos para abertura e gestão de empresas.

O segundo fator, as regulações em caso de falência, são medidas que flexibilizam o pagamento de dívidas, como reestruturações e adiamentos de débitos. Defende-se que é necessário encontrar um equilíbrio entre o risco de investidores e de empreendedores de forma a não inibir nenhuma das atividades. O terceiro fator diz respeito a regulamentos sobre segurança, saúde, proteção do meio ambiente e regulação sobre produtos. Engloba um grande número de formas de proteção de bens coletivos. Embora reconheça sua importância, a OCDE afirma que podem prejudicar o empreendedorismo, ao aumentar os custos de produção. Fica implícito que estas deveriam ser também flexibilizadas. As determinações legais, por sua vez, se referem às tradições jurídicas de cada país.

O quinto fator, intitulado ‘regulações do mercado de trabalho’, diz respeito às leis que normatizam a compra e venda da mercadoria força de trabalho, instituindo limites para a exploração dos trabalhadores, assegurando direitos e garantias e regulamentando essa troca. A Organização defende que regulações muito rígidas (como valor alto do salário mínimo, altos custos processuais da demissão desencorajam o empreendedorismo. Por um lado, o valor alto do salário-mínimo eleva o valor da força de trabalho, diminuindo os incentivos econômicos para que os trabalhadores saiam da condição de assalariados e criem negócios próprios. Pelo lado dos empresários, as barreiras para contratação e demissão afetam mais as PME do que grandes empresas, de forma que também desestimulariam o empreendedorismo. Defende-se, portanto, a flexibilização das legislações trabalhistas como forma de induzir atividades empreendedoras.

A seguridade social e saúde compreende o sexto fator. Na ótica da OCDE, benefícios sociais, incluindo assistência médica, previdenciária, seguro desemprego, podem inibir a ação empreendedora caso sua oferta seja condicionada ao assalariamento. A isso chamam de “custo de oportunidade”, termo contábil que se refere ao cálculo daquilo de que se abre mão para perseguir determinada ação. O pressuposto subjacente é que as decisões do trabalhador/empreendedor são racionais, maximizadoras de oportunidades, bem informadas e com elevado grau de autonomia. Desta forma, se houver direitos sociais vinculados ao assalariamento, o trabalhador precisaria abdicar de muitas vantagens caso opte por desenvolver uma atividade empreendedora. Defende-se a equiparação entre empreendedores e assalariados em termos de qualificação para recebimento de benefícios para “neutralizar qualquer discriminação que possa ter um efeito negativo na quantidade de empreendedores potenciais em busca de oportunidades” (Ahmad; Hoffman, 2007, p. 24). Fica evidente que, ao longo do documento, o empreendedorismo vai sendo construído discursivamente como um bem em si mesmo, que precisa ser impulsionado a todo custo. As políticas sociais são

retratadas como entraves para a atividade empreendedora, como se os interesses dos empresários representassem o interesse geral da sociedade.

O sétimo fator refere-se às políticas de Imposto de Renda. A OCDE afirma que valores altos de imposto de renda influenciam negativamente os potenciais benefícios de se iniciar um negócio. Desta forma, defende-se políticas públicas que visam reduzir estes tributos. O oitavo fator, são os impostos às empresas. Para a Organização eles não têm impacto significativo em empresas pequenas, que produzem lucros menores, mas afetam sobremaneira o lucro de empresas de alto crescimento. A OCDE afirma que a globalização tornou a tributação um fator central para a instalação de empresas, de forma que incentivos fiscais podem atrair empresas e empreendedores para determinadas regiões. Dentre os incentivos estão incluídas isenções fiscais e abatimentos de impostos. O que subjaz o argumento é uma lógica pragmatista de que não há alternativas. Na medida em que as deslocalizações vão ocorrer de qualquer maneira, o único balizador de escolha política é o mais baixo grau de tributação, tendo o mercado internacional competitivo de países, estados e cidades como mediador dessa decisão.

O imposto sobre capital constitui o nono fator. Argumenta-se que a tributação sobre capital tem impacto direto na sua disponibilidade, na medida que alíquotas altas reduzem a taxa de lucro dos investimentos. A redução desse tipo de impostos aumentaria a oferta de capital para empreendedores, como exemplos, pode-se citar políticas de incentivos para o investimento em novas empresas, estimulando investidores-anjo. Impostos sobre herança e riqueza, por sua vez, impactam o aporte de capital inicial, diminuindo sua disponibilidade. Isso limitaria o número e tamanho dos investimentos, sejam eles realizados por investidores anjo, famílias ou indivíduos. A diminuição da taxação sobre riqueza supostamente aumentaria a oferta de capital semente e anjo.

De forma geral, essas políticas se coadunam com as propostas neoliberais disseminadas por organismos multilaterais desde os anos de 1980, de abertura de mercados, desregulações em diversas áreas e privatizações. O seu objetivo geral é criar um novo marco regulatório mundial que evite o estrangulamento da expansão do capitalismo. Em *O Enigma do Capital*, David Harvey (2011) faz uma síntese de seis entraves para a expansão do capital que levam, caso não superados, ao aparecimento de crises periódicas. São eles:

- i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados ‘limites naturais’; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado (Harvey, 2011, p. 46).

O conjunto desses indicadores de empreendedorismo, são uma saída para alguns dos fatores que impedem o desenvolvimento do capital. Por si só já é revelador que as regulamentações sejam referidas como uma “barreira regulatória”. Estando implícito que elas devam ser superadas como um obstáculo, ainda mais considerando que ao longo do documento o empreendedorismo vai deixando de ser apresentado como um meio para atingir um fim (geração de empregos ou valor) e passando a figurar como um valor em si mesmo, que deve ser promovido a todo custo. Isso nos leva à hipótese de que o empreendedorismo constitui um meio para justificara instituição de reformas, e não um fim em si mesmo.

A maior parte das propostas agrupadas no determinante “marco regulatório” se dirige à criação e expansão de formas de geração de mais-valor, pela diminuição dos encargos para criação de empresas, em termos de tempo e de custos. Isto é, promovem a desregulamentação do mercado de trabalho, simplificação das regulações sobre produtos, segurança, saúde e meio ambiente, além da diminuição da taxaço sobre empresas. Outras recaem majoritariamente sobre a apropriação do valor já produzido, como políticas tributárias que incidem sobre pessoas físicas, herança e capital. Essa diminuição de impostos, aumenta o lucro e a disponibilidade de capital em busca incessante de sua autovalorização. Este fenômeno retroalimenta tanto a criação de novas empresas, com suas novas soluções, quanto a especulação financeira. Se há algo que as crises recentes têm nos mostrado, e a crise estadunidense de 2008 é um exemplo catastrófico, é que exacerbação da esfera financeira têm capturado massas enormes de recursos em bolhas especulativas e atividades parasitárias, como o rentismo (Harvey, 2016).

A alegação de que as reformas tornariam mais atrativo o desenvolvimento de atividades empreendedoras produz um efeito disciplinar sobre os trabalhadores e a diminuição do custo da força de trabalho. Da mesma forma, a facilidade de abertura e fechamento de empresas, a simplificação das leis de falências e a generalização da terceirização irrestrita aumentam a insegurança jurídica dos trabalhadores, que, em caso de descumprimento dos poucos direitos trabalhistas que ainda restam, podem acabar sem ter a quem cobrar judicialmente. A maior leniência para com a violação dos direitos do trabalho equivale a chancela para o aumento da exploração com redução de custos.

b. Pesquisa, desenvolvimento e tecnologia

A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são colocados no centro da discussão sobre empreendedorismo por serem capazes de gerar conhecimento e tecnologias que, nas mãos de empreendedores, podem se tornar inovações tecnológicas, novos processos e mercados. São incluídos nesse determinante os seguintes fatores: investimento, relação entre Universidade e

Indústria, cooperação tecnológica entre empresas, difusão de tecnologia, acesso à internet e sistema de patentes (Ahmad; Hoffman, 2007, p. 21-22)

Para a OCDE, os empreendedores desempenham um papel importante na comercialização de P&D. Países com maiores investimentos em pesquisa produzem mais possibilidades de empreendedorismo do que aqueles que não investem. Essas atividades podem ser tanto públicas quanto privadas. A relação universidade/indústria é defendida como essencial para acelerar a transferência de tecnologia para negócios, criando oportunidades para potenciais empreendedores. Essa relação pode ser melhorada por políticas que estimulem universidades e outras instituições de pesquisa a facilitar o desenvolvimento de empresas baseadas em pesquisas com financiamento público. Deve-se criar um arcabouço legal que dê às universidades propriedade intelectual sobre os resultados de suas pesquisas, assim como o estabelecimento de escritórios de transferência de tecnologias dentro das universidades.

Desta forma, a OCDE defende a subordinação do ensino superior às demandas empresariais e das pesquisas desenvolvidas nessas instituições aos imperativos de lucratividade de empresas. O estímulo para a aquisição de propriedade intelectual sobre as pesquisas retroalimenta essa lógica permitindo que parte da receita das universidades e centros de pesquisa passe a ser financiada com a mercadorização de suas pesquisas. No caso de universidades públicas, essa relação pode criar uma dependência das universidades de investimentos privados, ainda mais em contextos de crise econômica, em que o financiamento privado é apresentado no debate público como solução para o subfinanciamento do ensino superior.

O terceiro fator é a cooperação entre empresas. O papel de empresas que já existem na promoção do empreendedorismo é incentivado através do investimento de capital de risco ou pela cooperação entre empresas. Citam-se casos de sucesso, como o ecossistema empresarial do Vale do Silício, e atribui-se o seu êxito à cooperação ativa entre empresas. A criação e manutenção desse tipo de ecossistema não ocorre de forma natural-espontânea, como a metáfora ecológica implica, pelo contrário: ocorre através de políticas ativas sob os auspícios do poder público, como a criação de parques tecnológicos, aceleradoras universitárias, parcerias com empresas de consultoria, venture capital, entre outras. Seu desenvolvimento envolve reformas em uma série de políticas e a criação de variados incentivos, desde políticas de educação, pesquisa e desenvolvimento e tecnologia, passando por regulações bancárias, de falência, impostos, etc.

A OCDE salienta, por fim, políticas de difusão de tecnologia, argumentando que novas formas de usar velhas tecnologias também podem ser inovadoras. Uma das modalidades de difusão é a criação de sistemas de patentes que permitam aos empreendedores proteger suas invenções ou comprar direitos de uso de invenções alheias para o desenvolvimento de atividades. Para além do

valor de uso, a regulamentação de patentes cria um mercado bilionário que envolve grande número de atores, como escritórios de advocacia, agregadores de patentes, corretoras, fundos de investimento e organismos internacionais.

O conjunto dessas medidas subordina os valores de uso produzidos por pesquisas e novos conhecimentos ao seu valor de troca. Uma das consequências é a privatização da produção de conhecimento, a instituição de estatutos de segredo e proteção de informação sobre o resultado de pesquisas. A ciência, dessa forma, converte-se, ela também, em capital. A disputa capitalista pela apropriação privada do conhecimento, portanto, é um meio de controle e acumulação de capital. A transformação da ciência em mercadoria, que é comprada e vendida como qualquer fator de produção, transforma a inovação espontânea em um espaço para o progresso planejado e controlado da tecnologia de produção (Braverman, 1987, 146). O domínio desse processo, por sua vez, depende cada vez mais de mecanismos de controle da distribuição do acesso a esses bens, como as patentes.

No Brasil, a Lei 10.973/04, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, estimula a parceria estratégica entre universidades, institutos tecnológicos e empresas. Mantém-se o financiamento público, mas internamente se converte setores de ponta das universidades em prestadores de serviços nos interesses do mercado. Os empresários, desta forma, se desobrigam de investir em pesquisa, em especial as de tipo básico ou as de ponta, que são custosas e de alto risco. O Estado, por meio de suas políticas de inovação e pesquisa, põe à disposição do mercado sua infraestrutura para produção de novas tecnologias e inovação (Oliveira, *et al*, 2005). Assim, os riscos e os custos de investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento são socializados, e os lucros, apropriados privadamente.

c. Capacidades empreendedoras

São consideradas capacidades empreendedoras o capital humano e social dos empreendedores, o que equivale, na visão da OCDE, aos seguintes fatores: treinamento e experiência de empreendedores, educação de negócios tradicional e educação para o empreendedorismo (habilidades), estrutura (pública e privada) para o empreendedorismo e imigração (Ahmad, Hoffmann, 2007, p. 22-23).

O primeiro fator diz respeito à experiência e capacidades dos empreendedores. Defende-se o aprendizado baseado em tentativa e erro, isso é, criação e falência de empresas. Por esse motivo, a discussão sobre flexibilização das regulações sobre falência e sobre o tempo de abertura e fechamento de empresas são resgatadas, como importante incentivo para a persistência no empreendedorismo e o fomento de empreendedores em série.

Outra forma de promover estas capacidades são as políticas de treinamento, como a educação de negócios tradicional e empreendedora. Inclui-se nesse rol habilidades relacionadas à administração de empresas, contabilidade, marketing e finanças, que são considerados necessários para a criação de negócios. São enaltecidos países que incluem educação para os negócios no currículo mínimo, tanto no ensino primário quanto no secundário, por garantir que um grande número de alunos tenha acesso a esses conteúdos, em contraposição à criação de disciplinas eletivas. Políticas públicas de educação, na visão da OCDE, deveriam garantir que um núcleo básico de habilidades de negócios seja adquirido em diferentes níveis educacionais.

O terceiro fator considerado é a educação para o empreendedorismo, ancorada na Teoria do Capital Humano, e definida como aquisição de habilidades e competências. Esse tipo de educação é contraposto à educação de negócios, considerada tradicional. Os métodos educativos para fortalecer o empreendedorismo devem ser desenvolvidos da educação primária até a universidade. Favorece-se o desenvolvimento de métodos inovadores de ensino, como centros de empreendedorismo, estágios, *teacher and advisor education* e pesquisa são considerados essenciais.

Como nos aponta John Foster (2013), a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento da mercadoria força de trabalho, o que explica os apelos neoliberais por sua reestruturação. Para além dos ataques que visam sua aquisição e privatização, seja através da sua mercadorização propriamente dita, reconfigurada em serviço educacional na mão de empresas educacionais, pelo financiamento do ensino privado com dinheiro público por meio de bolsas, empréstimos e abatimento de impostos, concessões e parcerias público privadas para a gestão dos sistemas escolares, apostilamento da rede, ou na forma da redefinição dos currículos e conteúdos visando sua adequação às demandas do mercado de trabalho. Embora o empreendedorismo seja apresentado como a negação do emprego, os comportamentos, valores e conhecimentos relacionados com a educação empreendedora – Capacidade de liderança, cooperação, inovação e criatividade, e, mais importante, a identificação subjetiva com os seus empregadores – também são úteis, do ponto de vista do capital, para aqueles que estão empregados.

A infraestrutura empreendedora é definida como uma rede regional coesa de consultores altamente especializados com habilidades e conhecimento para auxiliar empreendedores. Essa rede pode ser formada por advogados, contadores, empreendedores de sucesso e espertos em certos campos de pesquisa nas universidades. Da mesma forma, o envolvimento não-governamental seria vital para a criação de uma rede empreendedora e o papel dos governos se restringiria à criação e desenvolvimento dessa infraestrutura.

d. Cultura do empreendedorismo

A cultura é entendida pela OCDE como as atitudes de uma dada sociedade em relação ao empreendedorismo. Dentro desse determinante são incluídos os seguintes fatores: atitude social em relação ao risco, atitudes em relação ao empreendedorismo e o desejo de ter negócios e a educação empreendedora, entendida como a conformação de determinada mentalidade (Ahmad, Hoffman, 2007, p. 25)

O documento aponta que as atitudes sociais em relação ao risco e fracasso influenciam o empreendedorismo. A atitude em relação ao empreendedorismo e o desejo de ter negócios para a OCDE é algo difícil e lento de se criar. Governos devem investir na melhoria da opinião pública sobre o empreendedorismo, implementando concursos, incentivos, e campanhas publicitárias. Por fim, admite-se que boa parte da educação para o empreendedorismo não está voltada para o desenvolvimento de habilidades específicas, mas sim para a introdução do conceito, sua importância, e algumas atitudes supostamente características do empreendedorismo, como a proatividade.

A função ideológica do empreendedorismo torna-se cada vez mais evidente, na medida em que oculta a exploração dos trabalhadores e o funcionamento da sociedade capitalista, naturalizando a desigualdade e o desemprego. A inclusão do empreendedorismo no currículo escolar e sua difusão massiva, educa os trabalhadores a pensar como empresários, camuflando discursivamente a cisão da sociedade em classes e a sua própria condição como classe trabalhadora. Almeja-se construir um novo tipo de trabalhador, o trabalhador-empREENDEDOR, proativo, resiliente, capaz de assumir riscos e se responsabilizar por eles. Os conteúdos escolares específicos perdem a centralidade, abrindo espaço para características comportamentais e atitudinais (aprender a ser). A educação socioemocional é uma dessas propostas que têm ganhado proeminência e guarida nos currículos da educação básica, algumas vezes associada ao empreendedorismo. Valores como a perseverança, a resiliência e a cooperatividade são defendidos como necessários para adequada inserção social dos jovens (OCDE, 2015). A defesa destas políticas não é exclusividade da OCDE, o empreendedorismo vem sendo promovido por organizações como o Banco Mundial como um dos componentes necessários para formação da juventude no século XXI (Autor, 2019; 2020).

Como apontam Motta e Leher (2017), num contexto de retrocesso declarado em prol do capital e ofensiva contra os trabalhadores, torna-se fundamental o investimento em formas de controle social a fim de bloquear tensões e resistências. A educação para a resiliência aponta que os setores dominantes estão atuando para educar a juventude para a precariedade e (in)flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil, agravadas com a aprovação da reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017). Sua aprovação institucionaliza a terceirização das atividades fim, o trabalho intermitente, a

prevalência do negociado sobre o legislado. Os mesmos autores sentenciam “O trabalho precário, vulnerável e indigno, características do mercado informal, agora são trabalho regulado” (Motta; Leher, 2017, p. 243-258).

e. Acesso a financiamento

O acesso ao financiamento também é condição necessária para o início de um negócio, sua administração e reinvestimento. Nesse determinante são incluídos o acesso ao crédito, acesso a investimento anjo, acesso a capital de risco, acesso a fundos de investimento, acesso ao mercado de ações (Ahmad, Hoffman, 2007, p. 21).

A oferta de capital na forma de crédito tradicional é considerada vital para o desenvolvimento de atividades empreendedoras. Sem um mercado de crédito, torna-se difícil aproveitar as oportunidades de mercado. Defende-se regulamentações que melhorem a eficiência e competitividade dos mercados de crédito, tornando-os mais baratos e acessíveis. Especificamente para empreendedores, defende-se a criação de garantias fiscais que tornem bancos mais estimulados a conceder crédito para empreendedores, o que parece implicar a ação do Estado como fiador em caso de inadimplência.

Capital anjo consiste em indivíduos que fazem investimentos diretos em outras empresas em estágio inicial, além de participar de forma mais ativa no assessoramento, dando apoio na gestão, o que envolve maior proximidade do que um empréstimo comum. Por sua vez, capital de risco é uma forma de investimento em empresas com alto potencial de crescimento e grande risco envolvido que envolve a compra de uma parte acionária, geralmente minoritária, da empresa iniciante. A OCDE recomenda políticas que estimulem o crescimento dos fundos existentes, o que pode se dar por meio de fundos diretos, mudanças na legislação para que fundos de pensão tenham mais interesse em capital de risco.

Cabe observar que nem todos os países possuem essas inovações financeiras e o arcabouço jurídico para o seu funcionamento. Desta forma, a defesa dessas reformas implica a expansão dos territórios abertos para os mercados internacionais de capitais, um dos modos preferenciais de domínio no capital-imperialismo (Fontes, 2010). A condição para a valorização de massas cada vez maiores de capitais é, também, a procura de capitalistas funcionantes, que estejam dispostos a encontrar meios para explorar trabalho e produzir mais-valor. Na medida em que a concentração de capitais se acelera, e o investimento nos mesmos ramos não se mostra promissor, novos mercados, produtos e serviços precisam ser criados para manter o processo de acumulação. A facilitação do investimento direto está associada com esta necessidade dos capitais para encontrar novos nichos de investimento.

f. Condições de mercado

As condições de mercado, para a OCDE, determinam o sucesso e o grau de desempenho dos empreendimentos. São incluídos sob esse determinante os seguintes fatores: leis antitruste, competição, acesso ao mercado doméstico, acesso a mercado internacional, grau de envolvimento público, regulações de compras (Ahmad; Hoffman, 2007, p. 23).

Leis antitruste serviriam para proteger os mercados contra o monopólio e abuso de poder econômico de empresas dominantes, fusões anticompetitivas de empresas por grupos empresariais, formação de cartéis, etc. Essas medidas são tidas como vitais para a promoção do empreendedorismo.

Políticas de incentivo ao mercado interno tem um impacto limitado sobre a demanda privada e não são estimuladas. Por sua vez, as políticas de acesso a mercados externos são elogiadas. A globalização é descrita em termos laudatórios como grande oportunidade para empreendedores. A abertura dos mercados ao comércio internacional e a sua integração a cadeias é vista como grande oportunidade para novas empresas. Ainda que a capacidade de os Estados nacionais imponham barreiras comerciais esteja muito prejudicada e tenha sido em grande parte alocada nas mãos de organismos internacionais, como federações de comércio e mercados comuns, defendem que os estados nacionais podem criar novas oportunidades para incentivar a globalização de empresas desde seu surgimento.

Grau de investimento público é outro fator considerado pela OCDE. Neste item são englobadas as regulações governamentais em certos mercados (como energia, comunicação, educação, entre outros). A OCDE defende a desregulamentação de forma genérica e irrestrita, elogiando o papel da venda das estatais de comunicação na década de 1990 na Europa e a diminuição de barreiras legais para a entrada do capital privado no setor educacional. Essas políticas nada mais são do que a espoliação de bens comuns nas palavras de David Harvey (2011), ou a expropriações secundárias como o direito à educação, como define Virgínia Fontes (2010). Por fim, defende-se a criação de regulações de compra e licitações por órgãos públicos que beneficiem empresas novas e pequenas como forma de estimular novos negócios.

De forma geral, essas políticas de mercado são uma atualização ou um aprofundamento das políticas neoliberais da década de 1990 que gestaram condições favoráveis para a iniciativa privada. Atualiza-se a defesa de valores como flexibilidade, abertura comercial, não intervenção do Estado na economia, ao mesmo tempo em que o Estado é instado a remodelar variadas políticas públicas para incentivar a criação de empresas. As políticas de incentivo ao consumo e ao mercado interno são francamente desencorajadas com poucas explicações, ao mesmo tempo em que a globalização e abertura comercial são encorajadas.

g. A ideologia do empreendedorismo e os determinantes da OCDE

A análise do documento *Um Enquadramento para o Tratamento e Medida do Empreendedorismo* escrito por Ahmad eHoffman (2007) nos possibilitou uma maior compreensão da amplitude das políticas de incentivo ao empreendedorismo e suas consequências para as condições de vida da classe trabalhadora. Nossa hipótese é a de que as políticas de promoção do empreendedorismo se subordinam à ideologia neoliberal e constituem um meio para conquistar uma adesão social maior para o aprofundamento de contrarreformas. Se inserem, portanto, em um leque de ataques do capital aos trabalhadores, que busca garantir condições para a expansão capitalista após as crises de lucratividade dos anos 1970.

O escopo de ação da ideologia do empreendedorismo, portanto, é maior do que a mera adaptação psicofísica da juventude às condições brutais do mercado de trabalho na era da precarização geral do trabalho. O estímulo ao empreendedorismo é necessário para a formação de agentes sociais que personifiquem o capital, como capitalistas funcionantes, e sejam capazes de encontrar novas formas, ou meios mais eficientes de valorização do valor. No entanto, o empreendedorismo não se limita apenas a essas duas dimensões. Num contexto mais amplo, busca-se reconfigurar os marcos regulatórios da ação do Estado para facilitar a criação, manutenção e o fechamento de empresas, em suma, introduzir o *laissez faire* nas áreas mais diversas.

Como intelectual orgânico do capital, as políticas preconizadas pela OCDE defendem a exploração sem limites do capital sobre a força de trabalho. A promoção do empreendedorismo, escolhida como um bem em si, serve como um meio para a destruição das proteções sociais do trabalho. Por um lado, estas regulações são vistas como entraves para o desenvolvimento, e defende-se claramente o rebaixamento da proteção do trabalho e das condições de vida da população trabalhadora como um incentivo à competitividade. Por outro lado, as diversas políticas defendidas pela OCDE incidem fortemente sobre a capacidade arrecadatória do Estado, como desonerações fiscais, diminuição de impostos sobre renda, capital, lucros, riqueza e herança, em suma, as fontes de receita do Estado que afetam sobremaneira o capital. Enquanto silencia sobre impostos que incidem sobre mercadorias, serviços e os próprios trabalhadores, com exceção do imposto de renda, que afetam sobretudo aqueles que vivem do trabalho. Em conjunto, essas políticas, se implementadas, significam um duro golpe na capacidade de financiamento e investimento estatal.

Em relação à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, essas políticas defendem a subordinação da produção de saber aos ditames do mercado. A função social do conhecimento é deixada de lado, e em seu lugar há o incentivo à produção de conhecimentos patenteáveis, capazes de ser prontamente adaptáveis para alavancar o setor produtivo empresarial. Os sistemas

educacionais, por sua vez, são instados a incluir na formação escolar habilidades relacionadas à criação de negócios em todos os níveis educacionais.

Empreendedorismo e neoliberalismo

Até 1973, a classe trabalhadora de muitos países capitalistas centrais teve padrões de vida relativamente estáveis, na medida em que as empresas também desfrutavam de relativa estabilidade e lucros monopólicos. A partir daquele ano tem início uma transição no interior dos processos de acumulação de capital. Surgiram setores de produção novos, assim como serviços financeiros, mercados, e “taxas altas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 2008a, p. 140). No espaço social criado pelas incertezas decorrentes da crise, surgem novas experiências de organização industrial. São os primeiros momentos da passagem para o novo regime de acumulação flexível.

A acumulação flexível implica em níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, poucos ganhos em termos de salários e retrocesso sindical. O aumento do desemprego e subemprego e a redução do poder sindical são utilizados para impor regimes de trabalho e contratos mais flexíveis. David Harvey (2008a) argumenta que a grande variabilidade desses arranjos e a particularidade de empresas torna difícil esboçar um quadro geral, mas que a resultante é a redução do emprego formal em favor de modalidades de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

A essa transformação da estrutura do mercado de trabalho, correspondem mudanças na organização industrial. A subcontratação abre oportunidades e espaço para o surgimento de novos negócios e permite que sistemas antigos de trabalho revivam e floresçam como peças centrais do sistema produtivo (Harvey, 2008a). Multiplicam-se, na órbita da matriz de subcontratação, diferentes formas de processos de trabalho e organização da produção, como trabalho autônomo, cooperativas, regimes de trabalho patriarcal, paternalismo comunitário e burocrático, sistemas patrimoniais e do próprio tipo de produção proletária. Esses sistemas de produção flexíveis permitiram uma aceleração no ritmo das inovações e a exploração de nichos de mercado especializados e em pequena escala. Em suma, permitem reduzir o tempo de circulação através de novas formas de produção (*just-in-time*), diminuindo os custos de circulação com armazenamento, estoques e transporte. O conjunto destas medidas permitiu reduzir o tempo de rotação, que consiste no somatório do tempo de circulação e de produção, e ampliar o número de rotações que determinado capital realiza durante o ano.

Outro desenvolvimento importante desse período foi a reorganização do sistema financeiro internacional. Segundo Harvey (2008a, p. 152) houve um movimento dual: por um lado uma rápida concentração de conglomerados financeiros de poder global; por outro, a proliferação e descentralização de atividades financeiras por meio de novos instrumentos e mercados. A desregulamentação financeira começou por volta de 1973, ganhando impulso na década seguinte englobando todos os centros financeiros do mundo. A resultante desse processo longo e complexo foi o surgimento de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias e dívidas globais, o que significou pela primeira vez a criação de um único mercado de dinheiro e crédito em nível mundial.

A arquitetura dessas mudanças contou, no plano político ideológico, com a difusão da ideologia do neoliberalismo. Essa, segundo Harvey (2008b), é uma teoria político-econômica que postula que o bem-estar humano pode ser promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional fundada sobre sólidos direitos de propriedade privada, mercados e comércios livres. O papel do Estado dentro desse arranjo é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; deve-se garantir a solidez da moeda, estruturas militares de defesa, de polícia garantidora dos direitos de propriedade e para assegurar, se for necessário, o funcionamento dos mercados.

O processo de neoliberalização envolve a destruição de poderes e estruturas institucionais, a reorganização de divisões do trabalho, relações sociais, modos de vida e pensamento, atividades reprodutivas, formas de ligação da terra e hábitos de consumo de grandes contingentes de pessoas. Carcanholo e Baruco (2008), com base em Fiori (1997), apontam quatro etapas para a constituição da hegemonia neoliberal ao longo do século XX. A primeira ocorreu logo ao fim da Segunda Guerra Mundial, na ocasião em que Hayek publica seu livro *O Caminho da Servidão* (Hayek, 1994), criticando o intervencionismo estatal de cunho igualitário prevalente nos chamados Estados de Bem-Estar Social. Essas ideias, no entanto, não lograram sucesso imediato devido à hegemonia das políticas keynesianas, mas formaram seguidores na chamada escola austríaca que as difundiram para novas gerações.

O avanço neoliberal a partir dos anos de 1960 teve como ponto chave a conquista de espaços acadêmicos nos Estados Unidos por parte de discípulos de Hayek e do monetarista Milton Friedman. Naquela década a produção desses teóricos se tornou hegemônica no meio acadêmico norte-americano e nas décadas subsequentes intelectuais provenientes daquela escola galgaram posições de destaque na condução de políticas econômicas em diversos países na América Latina (Harvey, 2008b, p. 10).

A terceira etapa é definida pela passagem do plano teórico para o plano político, com a

chegada de forças liberais-conservadoras na Inglaterra (Margareth Thatcher em 1979) e nos Estados Unidos da América (Ronald Reagan em 1980). Na Inglaterra, as primeiras medidas realizadas foram a desregulamentação, a privatização e a abertura comercial. Ademais, as propostas políticas neoliberais foram incorporadas por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e foram impostas como condicionantes aos países periféricos que recorriam a essas instituições, como os países latino-americanos.

A quarta etapa se deu com a crise do bloco soviético na década de 1980, que permite que o neoliberalismo, ideologicamente oposto ao comunismo, avance ainda mais. Ainda que as primeiras experiências na América Latina datem da década de 1970, no Chile, durante a ditadura de Pinochet, é somente na década seguinte que o neoliberalismo se espalha pela região. Primeiramente, isso ocorre através da imposição de reformas estruturais como condicionantes para a renegociação de dívidas externas. Posteriormente há uma adesão por parte das elites econômicas e políticas locais ao ideário neoliberal (Carcanholo; Baruco, 2008).

O programa de ajuste neoliberal pode ser dividido em três principais conjuntos de ações ou elementos: 1) estabilização macroeconômica, que têm o objetivo de reduzir a inflação e controlar as contas públicas; 2) reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatizações de empresas e serviços públicos, eliminação de subsídios, liberalização dos preços e abertura financeira; 3) os dois conjuntos e ações anteriores supostamente dariam suporte ao terceiro elemento do programa, que é a retomada dos investimentos e crescimento econômico vinculado à distribuição de renda em países periféricos (Carcanholo, 2006). A prudência fiscal e iniciativa privada seriam os garantidores do desenvolvimento, e a economia de mercado em funcionamento sem intervenções e regulações seria responsável pelo desenvolvimento econômico.

Carcanholo (2006, p. 147) salienta, no entanto, que a execução desse modelo não é mecânica, existindo diferentes aplicações práticas. O que definiria o programa neoliberal não são as suas formas diversas de implementação, mas a natureza das reformas. A primeira reforma – estabilização macroeconômica – é considerada pré-condição para o implemento dos outros dois componentes. Feito isso, são as reformas estruturais que supostamente garantiriam o crescimento econômico futuro, pela elevação da concorrência privada, trazendo ganhos de produtividade e competitividade. O seu ideário, portanto, se define por um plano de longo prazo que supõe como condição prévia a estabilização econômica de curto prazo.

A primeira reforma estrutural, considerada a mais importante por defensores de concepções neoliberais, foi a abertura externa, composta pela abertura comercial (liberalização das importações, promoção de exportações, maior facilidade de remessa de lucros e dividendos e liberalização da

conta capital), abertura financeira (maior facilidade de residentes assumirem obrigações em moeda estrangeira e dos não residentes em investirem no mercado financeiro local) (Carcanholo, 2006, p. 150). Essas contrarreformas vêm ocorrendo desde a emergência da chamada crise do fordismo-keynesianismo como forma de recompor os padrões de acumulação, o sociometabolismo do capital começou a operar alterações na sua forma. São exemplos típicos a desregulamentação financeira, a promoção de um reordenamento nas relações de trabalho, a transformação de direitos sociais em serviços. As transformações no âmbito da produção requerem e solicitam mudanças no plano da gestão e da regulação do Estado.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso, teve como objetivos garantir a governança mediante novas formas de financiamento, organização e gestão, aprofundando a descentralização de funções para outros entes federados, limitar as ações do Estado às suas atividades exclusivas, relegando as atividades não exclusivas ao chamado “setor público não estatal”, isto é, organizações do terceiro setor ou entidades sem fins lucrativos. Quanto ao setor de produção de bens, defendeu-se a sua privatização. A dita modernização do setor público se ampara no *New Public Management*, isto é, em formas de governança pública que têm como modelo o gerencialismo, com foco nos resultados e novas práticas de gestão advindas do setor privado-empresarial (Ribeiro, 2002, p. 11).

Datam dessa mesma época, e tem se aprofundado, uma miríade de outras contrarreformas em diversos setores, dentre as quais se destacam a educação, saúde, previdência, trabalho. Já dizia Gramsci, que a hegemonia “nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (Gramsci, 2001a, p. 247). As desregulações no setor produtivo inspiraram a reforma do Estado de 1995, que já previa a flexibilização dos contratos, terceirizações, enxugamento da máquina pública e a necessidade de uma postura empreendedora por parte de funcionários públicos (Brasil, 1995, p. 65).

Considerações Finais

Avaliamos que a ideologia do empreendedorismo é orgânica à acumulação flexível (Harvey, 2008b). Sua função é fomentar a adesão de parcela da classe trabalhadora às contrarreformas neoliberais, ao mesmo tempo em que a adapta para uma inserção produtiva no mercado de trabalho, como empregados (intraempreendedorismo), na geração de renda de variadas formas (empreendedorismo por necessidade), na criação e empresas propriamente ditas. Além disso, argumentamos que um dos elementos centrais do empreendedorismo, conforme definido pela

OCDE, é a manutenção e o aprofundamento das contrarreformas neoliberais e a justificativa para sua implementação onde ainda não foram promulgadas. Como vimos, os determinantes de empreendedorismo da Organização abrangem grandes parcelas da regulação do Estado, da cultura e da educação. Os parâmetros de medida valorados positivamente são aqueles que implicam na redução de certas áreas de intervenção e o redirecionamento para outras, em consonância com as políticas de inspiração neoliberal. Desta forma, a unificação de medidas e criação de escalas comparáveis entre países é mais um balizador sobre a segurança e rentabilidade de investimentos dos capitais em cada país.

Mais que medir o empreendedorismo, seus supostos determinantes medem a adesão às contrarreformas neoliberais, seja na prática de reorganização do Estado, nas diversas áreas de regulamentação (ou desregulamentação) que são requeridas para o avanço da acumulação no atual estágio do capitalismo. Isto é, se existe um ambiente institucional e legal próprio para o investimento empresarial privado, se há direcionamento público para que a pesquisa e desenvolvimento sejam destinados à exploração econômica, se há acesso a crédito fácil e segurança para investimento de capitais e, por fim, se há condições de mercado favoráveis aos investimentos. A difusão de análises e comparações entre países baseados nestes critérios, portanto, corrobora a necessidade das contrarreformas.

Os indicadores de educação e cultura, de forma específica, medem a efetividade dos Estados na criação de condições que visam conformar os trabalhadores à sociabilidade requerida pelo capital. Busca-se produzir uma homogeneidade político-cultural, que tornemais fácil e palatável a execução de novas contrarreformas, cada vez mais regressivas em termos de direitos. As medidas de educação empreendedora, no fundo, medem se há uma força de trabalho adequadamente treinada nos comportamentos, valores, competências socioemocionais e conhecimentos necessários ao atual estágio de acumulação, se há a divulgação de uma visão de mundo de perfil liberal-conservador, que oculte a divisão da sociedade em classes e crie um ambiente social favorável ao empresariado. Pela educação e cultura empreendedora, portanto, tem-se um preventivo ideológico contra a revolta popular pela retirada de direitos e a sua adequação a formas de vida cada vez mais precárias e aviltantes.

O empreendedorismo se constitui como uma ideologia que leva ao avanço da irracionalidade da vida político-social e de desorganização de formas pregressas de vida, fundado na hegemonia dos novos arranjos produtivos flexíveis. Essa ideologia implica um tipo de organização do Estado – o Estado neoliberal – uma concepção de ético-política associada a um momento próprio do desenvolvimento capitalista que se desdobra em diferentes nexos: estabelecimento de regras comportamentais adequadas às exigências da produção, construção de mecanismos de controle

sobre a população desempregada, precarizada, desengajada. Decorre da necessidade imperiosa de construir um novo tipo humano, de acordo com os novos tipos de trabalho e de organização do processo produtivo. Por ironia da história, essa ideologia é apresentada como a solução para enfrentar os efeitos agudos da questão social, cuja causa é justamente a forma de produção e de regulação social adequada ao capital-imperialismo. A promoção do empreendedorismo não serve aos interesses daqueles que vivem do trabalho, pelo contrário: significa o aprofundamento e justificação da barbárie que tem se abatido sobre os trabalhadores.

Referências

AHMAD, Nadim; HOFFMAN, Anders. **A framework for addressing and measuring entrepreneurship**. Entrepreneurship Indicators Steering Group. Paris, 20 November, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília, 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no Século XX. 3ª Edição. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Neoconservadorismo com roupagem alternativa**: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo**: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. In: IV Colóquio Internacional de la SEPLA: América Latina - escenarios del nuevo siglo. Nuevos desafíos y horizontes de transformación. Buenos Aires, 2008.

DAVIS, Tim C. **Understanding entrepreneurship**: Developing Indicators for International Comparisons and Assessments: Report on the OECD's Entrepreneurship Indicators Project and Action Plan (May 24, 2006).

EUROSTAT and the European Statistical System – **Statistics Explained**. *Eurostat*. 2019. ISSN2443-8219.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Org.) **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande : Ed. da FURG, 2019. p. 84-120

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3ª edição. EPSJV/Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

- FOSTER, John Bellamy. **Educação e a crise estrutural do capital:** o caso dos Estados Unidos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 1, 85-136, jan./abr 2013.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo:** História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008b.
- HARVEY, David. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão.** Trad. José Ítallo Stelle; Ana Maria Capovilla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro II: o processo de circulação do capital. Edição Friedrich Engels; tradução e seleção de textos, Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOTTA, Vânia Cardoso; LEHER, Roberto. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. II, nº 03, p. 243-258, jul-dez/2017.
- OCDE. **Estudos da OCDE sobre competências:** competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais / OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. – São Paulo: Fundação Santillana, 2015.
- OCDE/ECLAC/CAF. **Latin American Economic Outlook: Youth, skills and entrepreneurship.** OCDE Publishing, Paris, 2016.
- OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; SOUZA, Ana Maria Gonçalves. A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 323-348, jul./dez., 2005.
- REIS, Luiz Henrique Fernandes dos; SHIROMA, Eneida Oto. Trabalho e Educação na agenda do Banco Mundial para juventude brasileira. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 511-537, jul./dez. 2020.
- REIS, Luiz Henrique Fernandes dos. **Juventude LTDA.:** A ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 182 p., 2019.
- RIBEIRO, Sheila Maria Reis. **Reforma do aparelho de Estado no Brasil:** uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

Luiz Henrique Fernandes dos Reis

Psicólogo da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.
E-mail: luiz.fernandesreis@gmail.com

Eneida Oto Shiroma

Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Educação pela Unicamp. Pesquisadora do Gepeto/UFSC. Bolsista PQ do CNPq.
E-mail: eneida.shiroma@ufsc.br

A educação policial militar brasileira diante dos desafios do contemporâneo (período neoliberal e neoconservador): o caso do sudoeste paranaense em 2021

Brazilian military police education in the face of contemporary challenges (neoliberal and neoconservative period): the case of southwest Paraná in 2021

◆ Eduardo Nunes Jacondino
◆ Rogério Gomes Pitz

RESUMO

O trabalho apresenta dados sobre temas que envolvem a questão da educação policial, militar, desenvolvido na região sudoeste do estado do Paraná – em 2021 -, bem como questões que envolveram a problemática da condição profissional policial militar, diante do contemporâneo. Período atravessado pelo neoliberalismo e pelo neoconservadorismo. Os dados foram obtidos junto ao 21º Batalhão da Polícia Militar do estado do Paraná, a partir da escolha de uma data específica. A ideia foi a de que os policiais militares, praças, em atividade na data escolhida para o preenchimento do questionário efetivado por nós – portanto, em escala de trabalho -, fossem encaminhados, via Batalhões e ou Companhias localizados na região sudoeste do Paraná, de modo a responderem as questões. Com isso, obtivemos um quinto do contingente de policiais, em trabalho. De modo a melhor identificarmos as tendências presentes no contexto policial militar, do contemporâneo, efetuamos pesquisa com 58 policiais militares ligados ao 21º Batalhão da Polícia Militar, localizado na cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, em agosto de 2021. Este Batalhão possui 312 policiais militares, entre Oficiais e Soldados, abrangendo 42 municípios paranaenses. A enquete, feita a princípio enquanto ensaio de pesquisa, se tornou – para nós- interessante e instigante. Apresentando questões deveras importantes e que redundaram na análise acerca das condições de trabalho policial e em reflexões sobre o tema da educação policial, disposta diante do contemporâneo. Deste modo, investimos na publicação do trabalho. O trabalho mostrou questões afetas à formação policial militar, no que se refere a temas como tempo de formação, áreas formativas, qualificação para o uso da força, formação continuada, condições de trabalho. Mostrou, ainda, que a polícia militar se encontra situada diante de condições sociais e culturais que buscam imprimir, neste grupo, determinadas conformações atitudinais, afeitas à certas ideologias.

Palavras-chave

Polícia Militar; região sudoeste do Paraná; Educação

ABSTRACT

The work presents data on topics involving the issue of police and military education, developed in the southwest region of the state of Paraná - in 2021 -, as well as issues involving the issue of the military police professional condition, in the contemporary world. Period crossed by neoliberalism and neoconservatism. The data was obtained from the 21st Military Police Battalion of the state of Paraná, based on the choice of a specific date. The idea was that the military police, enlisted personnel, active on the date chosen to fill out the questionnaire carried out by us - therefore, on a work schedule - would be sent, via Battalions and/or Companies located in the southwestern region of Paraná, from way to answer the questions. With this, we obtained a fifth of the contingent of police officers, working. In order to better identify the trends present in the contemporary military police context, we carried out research with 58 military police officers linked to the 21st Military Police Battalion, located in the city of Francisco Beltrão, state of Paraná, in August 2021. This Battalion has 312 military police, including Officers and Soldiers, covering 42 municipalities in Paraná. The survey, initially carried out as a research essay, became – for us – interesting and thought-provoking. Presenting very important questions that led to the analysis of police working conditions and reflections on the topic of police education, presented in light of the contemporary world. In this way, we invest in publishing the work. The work showed issues related to military police training, with regard to topics such as training time, training areas, qualification for the use of force, continuing training, working conditions. It also showed that the military police find themselves faced with social and cultural conditions that seek to imprint, on this group, certain attitudinal conformations, attached to certain ideologies.

Keywords

Military police; southwest region of Paraná; Education

Introdução: Polícia militar, educação policial militar e sociedade contemporânea – interlocuções

As mudanças econômicas e socioculturais presentes no tecido social de países ocidentais como o Brasil, advindas das décadas de 1980, 1990 do século XX¹, trouxeram para a arena social questões nada desprezíveis, referendadas aqui a partir da obra de GOHN (2011): 1) Gênero e produção da masculinidade e da feminilidade 2) Sexualidades não hegemônicas; 3) Etnias/culturas e respectivas visões de mundo; 4) Juventudes e novas práticas sociais; 5) Horizontalização crescente das relações sociais e crise das instituições/valores tradicionais.

Por outro lado, e de forma ambígua, países como o Brasil vivenciaram, entre os anos de 2019 e 2022, o escancaramento político-ideológico atrelado ao neoliberalismo² (no caso do Brasil, notadamente a partir da presença, no Ministério da Economia, do Ministro Paulo Roberto Nunes Guedes)³, explícito defensor da privatização dos serviços sociais⁴ e crítico mordaz dos servidores

¹ Ligadas ao período da chamada redemocratização política. Tão bem analisadas por Gohn (2011).

² Para Foucault (2008) o neoliberalismo, americano e alemão, surgidos na segunda metade do século XX, representaram a consolidação da biopolítica e da governamentalidade das populações, ou seja, respectivamente a questão do controle populacional e da produção de sujeitos afeitos a adotarem posturas – relacionadas a si mesmos -, por meio das quais buscam tornarem-se empresários de si. Constituindo, a partir de uma racionalidade econômica, uma forma de vida que busca maximizar ganhos.

³ Paulo Roberto Nunes Guedes nasceu no Rio de Janeiro, na data de 24 de agosto de 1949. Economista. Foi ministro da Economia do Brasil no governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022.

⁴ Encontrado em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/guedes-defende-avanco-de-privatizacoes-mesmo-sob-risco-de-perder-apoio-do-centro/>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

públicos⁵; e ao neoconservadorismo⁶ (atrelado à figura do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), que defendeu, abertamente, figuras do mundo político como o então presidente dos EUA, Donald Trump; bem como pautou sua conduta pública ao redor de uma imagem atrelada à instituições religiosas (daí se utilizar, frequentemente, de frases como: “Deus acima de tudo”⁷), e a pautas conservadoras⁸, ligadas à defesa da chamada família tradicional e dos supostos ‘cidadãos de bem’, ou seja, pessoas que manteriam hábitos condizentes com uma ética do trabalho, adotada de forma acrítica; disposição moral/comportamental, nos moldes de sucessivas ondas de pânico morais que se voltariam para parcelas da população que seriam vistas como adotando práticas e valores diferentes daqueles atrelados à elite; costumes avessos à leituras sociais de cunho emancipatório e ou crítico.

Ambiguidade esta – ou seja, por um lado, crescimento do espírito crítico, por parte de uma parcela da população, notadamente a mais jovem e mais escolarizada, a partir da redemocratização policial ocorrida nos anos 1980/1990; por outro lado, crescimento de posturas culturais atreladas ao conservadorismo, ao reacionarismo⁹ e ao neoliberalismo – que tende a se fazer presente nos vários ambientes institucionais, sociais, dentre eles àqueles que nos interessaram analisar neste artigo, ou seja, os ambientes institucionais voltados à educação profissional de policiais militares, praças. Indivíduos que convivem, no cotidiano, com a população e que representam, por vezes, o primeiro braço do Estado que atende parcelas fragilizadas e ou que se encontram em situação de risco, em sociedades como a brasileira. Diante de tal realidade nos perguntamos: Diante de tal quadro como têm se dado a educação formal de policiais militares, praças, em regiões como a do sudoeste paranaense?

Cabe salientar, aqui, que o contexto educativo das polícias militares, no Paraná e no Brasil – mesmo depois do período da redemocratização política ocorrido na década de 1980 -, é atravessado pela presença dos Batalhões ou Companhias de Polícia Militar (JACONDINO, 2015, 2018). Estes ambientes, fortemente carregados de rituais hierarquizados – por meio dos quais os soldados/praças

⁵ Encontrado em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/07/paulo-guedes-compara-funcionario-publico-a-parasita-ao-defender-reforma-administrativa.ghtml>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

⁶ Para autores como Azevedo (2019), a articulação entre evangélicos e conservadorismo brasileiro se dá porque uma parte significativa desse segmento religioso compõe, de diferentes maneiras e intensidades, o processo social mais amplo que tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma onda conservadora, cujo desdobramento mais recente foi a eleição, em 2018, de um presidente com retórica de extrema direita: Jair Bolsonaro.

⁷ CAVALCANTI, C. R. da S.; AZEVEDO, N P. G. de. O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” X “Deutschland Über Alles”. *Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-64, jan.-abr. 2022.

⁸ Eduardo Nunes Jacondino (2022)

⁹ Para Jacondino (2022), o reacionarismo é uma postura política, e moral, que se caracteriza por exacerbar os preceitos do conservadorismo, adotando uma visão social ancorada no ressentimento, em relação a grupos sociais detentores de outras culturas. Perspectiva que tende a acirrar formas de conflito social já existentes, não raras vezes desembocando em formas de violência.

devem deferência aos oficiais/comandantes -, gastam tempo e energia consideráveis para preservar a cadeia de comando (Idem, 2015, 2018). Condição que segue o modelo advindo das forças armadas, notadamente do exército (SOUZA, 2012). Situação que é justificada, no caso das forças armadas, pelo fato de apresentar aspectos de disciplinamento da tropa, educada de modo a responder ao comando dos superiores de forma imediata, sem contestação, diante do perigo iminente (a eclosão de uma guerra, de uma invasão territorial, por exemplo).

Este horizonte, como afirmamos, justificável do ponto de vista das forças armadas - que precisam responder ao comando dado de forma rápida, coordenada, diante de uma situação de guerra -, não é o mesmo que acompanha o trabalho realizado pelas polícias, no cotidiano. Isto porque a polícia militar, a polícia ostensiva, responsável pelo patrulhamento das ruas efetua um trabalho voltado ao contato com os próprios cidadãos do país onde os policiais residem. Deste modo, o trabalho da polícia não se dirige ao enfrentamento de inimigos do país, que o estariam invadindo (COSTA, 2021).

Além disso, os policiais realizam seu trabalho com o objetivo de manterem a ordem e a paz social, e não com o intuito de aniquilar – a priori -, um suposto inimigo. Embora precisem ser treinados para impor a força, quando necessário for. Neste sentido, o trabalho policial se diferencia do trabalho das forças armadas. Seu treinamento (preferimos usar a expressão educação), da mesma forma, e por consequência, deve ser diferente daquele. E isto envolve os equipamentos, as armas e utensílios que utiliza; bem como as estratégias que promove para realizar seu ofício (JACONDINO, 2015). Estratégias, estas, que tendem a ser pensadas a partir das influências sociais, culturais, advindas da própria sociedade e que podem tender, ora mais para uma visão conservadora/reacionária e que pressiona as polícias na direção de serem coercitivas, ao menos diante de certos grupos sociais; ora mais progressistas, tendendo a cobrar das polícias uma atuação pautada nos direitos humanos. Temas que têm a ver com a ambiência disposta entre abertura democrática ocorrida entre as décadas de 1980 e 1990, e neoliberalismo e o neoconservadorismo, presentes na cultura brasileira de forma mais recente, se tomarmos como pano de fundo, destas perspectivas, a presidência de Jair Messias Bolsonaro.

Diante deste quadro, de que modo a educação policial militar, formal – de praças – vêm transcorrendo no Brasil e no Paraná? Estes cursos têm sido atravessados por este embate, que ocorre a nível nacional, atrelado ao tema de posturas mais críticas versus posições predominantemente conservadores e ou neoliberais? Os itens apresentados abaixo buscam responder a estas questões.

Metodologia

O trabalho foi efetivado por meio de questionário encaminhado ao 21º Batalhão de Polícia Militar, localizado no município de Francisco Beltrão, região sudoeste do Paraná. Batalhão que atende há 42 municípios. Contando com 312 policiais militares. A maioria do contingente de praças/soldados (80%). Destes, 56 responderam aos nossos questionários, na data de 13 de agosto de 2021. Por meio de encaminhamento feito pelos superiores hierárquicos, no sentido de os policiais – em plantão de atendimento –, utilizassem dos computadores presentes nas instituições policiais do sudoeste, de modo a responderem o questionário. Dos 280 policiais, praças, obtivemos um retorno de 56 profissionais. Atingimos, deste modo, um quinto do grupo policial. Representatividade nada desprezível. Outrossim, os itens abaixo relacionados buscaram retratar as temáticas abordadas via questionários.

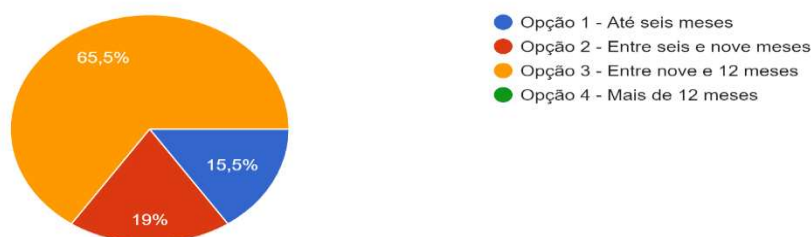
A polícia militar e o tempo de formação de praças, policiais militares: uma análise

Conforme exposto acima, esta parte do artigo apresenta questões encaminhadas aos policiais militares, paranaenses, e as respectivas análises efetivadas. Um tema importante, do ponto de vista da educação policial, se refere ao fato de que o ingresso na polícia militar é antecedido por curso de formação que perdura por meses, conforme o gráfico abaixo aponta. Isto se dá, na polícia, diferentemente de outros concursos e ou cargos públicos, porque a polícia lida com temas complexos, sociais e criminais, que implicam a vida das pessoas. Esta especificidade faz com que o trabalho policial seja precedido por um treinamento prévio, que busca oportunizar ao futuro policial acesso a conhecimentos fundamentais, necessários ao seu ofício. É o que o gráfico abaixo aponta.

Gráfico 1 – Curso de formação

5) Quando o(a) Senhor(a) foi aprovado em concurso público, para ingresso na Polícia Militar, fez curso de formação de quanto tempo, antes de assumir suas funções profissionais?

58 respostas

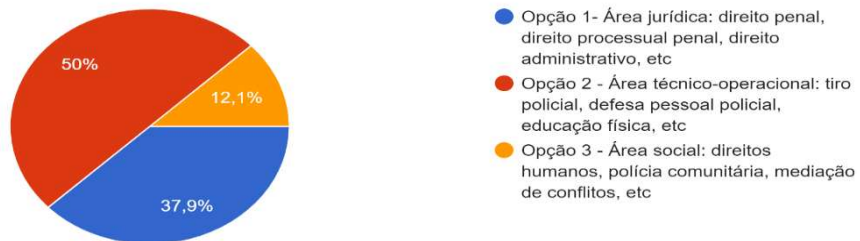


Fonte: O próprio autor

Estes cursos tendem a durar, conforme o quadro acima indica, de 9 a 12 meses. Tempo relativamente longo, mas que nem sempre é suficiente para inculcar nos futuros policiais atitudes e ou conhecimentos condizentes com sua função. Como dissemos, uma função complexa e que envolve vidas humanas. Ao mesmo tempo, e por outro lado, a duração dos cursos de formação policial - para ingresso no ofício, após aprovação em concurso -, tendem a ser perpassados por práticas ritualísticas, voltadas à preservação do comando militarizado, o que nem sempre contribui para um aproveitamento mais efetivo do tempo destinado ao domínio de habilidades importantes, a serem absorvidas, do ponto de vista do ofício policial. Lembramos que estes cursos acontecem dentro dos Batalhões ou Companhias das polícias militares. Daí a necessidade de que ocorram cursos de educação continuada, que sejam organizados de forma a intercalar elementos de ordem jurídico/legal, operacional/atitudinal e social. Áreas que, conforme apontamos em pesquisas realizadas anteriormente (JACONDINO, 2016, 2018), compõem a ambientação e os saberes que norteiam o tralho policial militar da países como o Brasil. O que o quadro abaixo ratifica.

Gráfico 2 – Áreas formativas

6) Na sua opinião, qual área de formação teve mais peso, quando o (a) Senhor(a) fez seu curso de formação para ingresso na Policial Militar? Favor marcar uma única opção.
58 respostas



Fonte: O próprio autor

O gráfico acima demonstra claramente que os cursos de formação policial militar tendem a dar uma importância maior para a chamada área técnico-operacional. Acompanhada, em menor proporção, pela área jurídica e, em seguida, pela área social. Situação que nos leva a pensar que o fato de a polícia militar – polícia ostensiva - lidar com o uso da força, quando necessário, para mediar as relações sociais (BITTNER, 2003), tende a produzir no imaginário policial e social a ideia de que os saberes e práticas voltados ao uso da força são os mais importantes para o exercício da profissão. É o que o gráfico acima demonstra.

Todavia, ressaltamos duas questões, diante deste quadro: A primeira relacionada ao fato de que o trabalho cotidiano, policial – conforme iremos analisar melhor mais adiante, neste mesmo

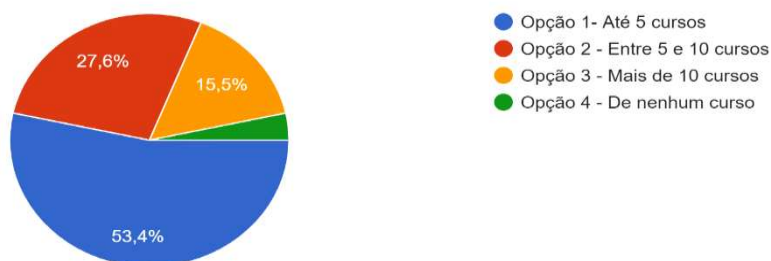
artigo -, ocorre, em grande medida, de modo a atender demandas sociais não necessariamente criminais. Situações que envolvem discussões entre vizinhos, perturbação do sossego, transeuntes urbanos portadores de distúrbios e ou alcoolizados etc. Problemas complexos, diversos, não necessariamente ligadas à criminalidade (JACONDINO, 2015, 2016, 2018). O que nos faz pensar que o peso formativo das polícias precisa levar em consideração áreas como as que envolvem competência em policiamento comunitário¹⁰ – preventivo -, mediação de conflitos, capacitação na prática de primeiros socorros, conhecimento mínimo dos contextos sociais, econômicos e culturais que se fazem presentes no tecido social que abarca o trabalho policial. Item que nos leva ao tema da educação continuada das polícias militares e que nos remete a pensar acerca da influência que uma institucionalidade policial, do ponto de vista cultural, exerce sobre a conduta a ser adotada pelos polícias, nas ruas.

A educação continuada

O questionamento feito acerca da educação continuada de policiais militares, praças, demonstrou que a mesma ocorre na polícia militar paranaense. É o que o gráfico abaixo indicou. Cabe que nos perguntemos, entretanto, se esta periodicidade de realização de cursos de educação/formação tem sido suficiente, do ponto de vista de inculcar uma formação policial mais aderente aos princípios democráticos, tais como o advindo da Constituição de 1988.

Gráfico 3 – Educação continuada

7) O(A) Senhor(a) participou de quantos cursos de atualização profissional, durante o tempo em que está na Polícia Militar? Exemplos de cursos: tir...olicial, defesa pessoal, armamento, legislação, etc.
58 respostas



Fonte: O próprio autor

¹⁰ BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 2001. _____. _____. Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP, 2002.

Ainda em relação à educação continuada de policiais militares, praças, apontamos para o fato de que o gráfico abaixo nos ajuda a entender que a ênfase formativa tende a acompanhar àquela ministrada antes do ingresso na função profissional, ou seja, voltada a elementos de ordem jurídica, técnico-operacional, social.

Gráfico 4 – Áreas formativas e formação continuada

8) Em qual destas áreas foram feitos a maior parte dos cursos que o (a) Senhor(a) frequentou?
Favor marcar apenas uma opção.
58 respostas

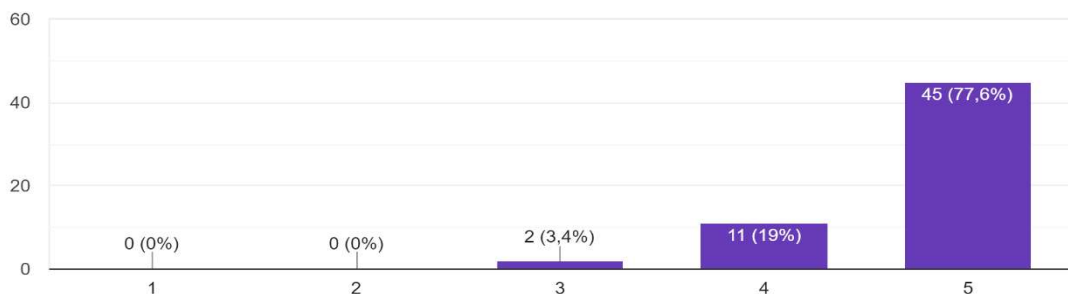


Fonte: O próprio autor

Da mesma forma, e ainda do ponto de vista da educação/formação recebida por parte dos policiais militares, praças, buscamos verificar a leitura dos mesmos diante da ênfase formativa cursada: Área jurídica, técnico-operacional e área social. O primeiro gráfico apresenta a leitura dos policiais relacionada à área jurídica.

Gráfico 5 – Áreas formativas e grau de importância

9) Em uma escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante), na sua opinião, qual a importância da área jurídica (direito penal, direito ...vo, etc) para o exercício da função policial militar?
58 respostas

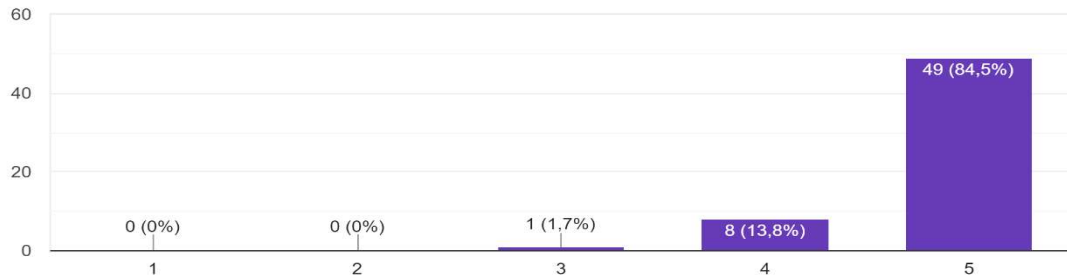


Fonte: O próprio autor

Na sequência, seguem avaliações, advindas dos policiais, acerca das áreas formativas: Técnico-operacional e social.

Gráfico 6 – Áreas formativas e grau de importância

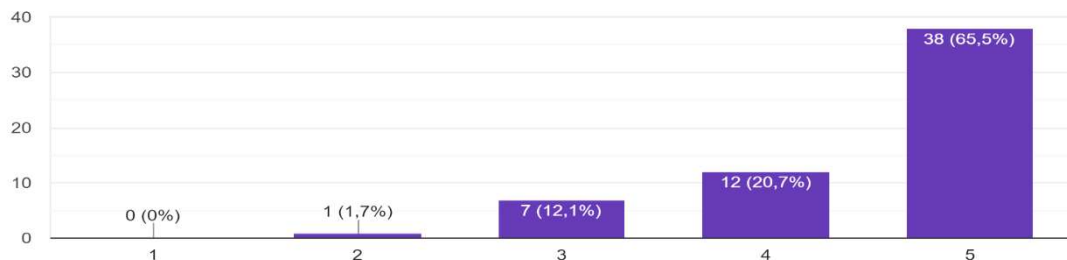
10) Em uma escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante), na sua opinião, qual a importância da área técnico-operacional (tiro polici...a, etc) para o exercício da função policial militar? 58 respostas



Fonte: O próprio autor

Gráfico 7 – Áreas formativas e grau de importância

11) Em uma escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante), na sua opinião, qual a importância da área social (direitos humanos, polici...s, etc) para o exercício da função policial militar? 58 respostas



Fonte: O próprio autor

As respostas dadas deixaram claro que, do ponto de vista do imaginário policial, a importância das respectivas áreas (jurídica, técnico-operacional, social) preserva a tradicional formação educativo/formativa, policial militar, ancorada na área técnico-operacional. Melhor avaliada. Seguida, em grau de importância, por uma perspectiva jurídica, a segunda mais bem avaliada. Por último, aparecem os elementos de ordem social, avaliados de forma menos consistente. A área técnico-operacional foi avaliada em 84,5% dos casos como extremamente importante para o trabalho policial. A área jurídica foi avaliada por 77,6% dos respondentes como

externamente importante. A área social foi avaliada por 48,3% dos respondentes como extremamente importante.

Questão, entretanto, que deve ser analisada com cautela, uma vez que a abordagem dos policiais, referente ao contexto de trabalho diário - e retratado mais para o final deste trabalho -, mostrou outra leitura concernente aos elementos considerados importantes, por estes mesmos policiais, de modo a realizarem um trabalho profissional no cotidiano. Questão que envolveu, nas respostas dadas, elementos que se relacionaram com a área social, a partir de temas como preservação da ordem etc. De todo modo, cabe salientar que a formação policial militar continua fortemente atrelada a elementos que visam a capacitação para o uso da força e que entendem o papel da polícia como àquele direcionado ao enfrentamento da criminalidade. Visão tendencialmente envolta por leituras moralizantes das relações sociais. Ou seja, por leituras conservadoras.

Educação continuada e uso da força policial: uma problemática sempre presente

No que se refere, mais especificamente, à questão da manutenção da capacitação física - pensada como importante nos ambientes policiais, já que a função policial se caracteriza por poder se utilizar da força física, nas suas atividades diárias, se necessário for, para preservar a ordem e a paz social -, observamos que esta era efetivada por parte significativa dos policiais que responderam a este ponto, ou seja, por 72,4% dos mesmos. No entanto, se pensarmos que a pergunta se referiu à manutenção de exercícios físicos, quando praticados ao menos uma vez por semana - diante de uma rotina considerada ideal, ou seja, que envolveria três dias semanais -, podemos verificar que este dado (72,4%) não delimita, necessariamente, a existência de práticas rotineiras adotadas pelos policiais.

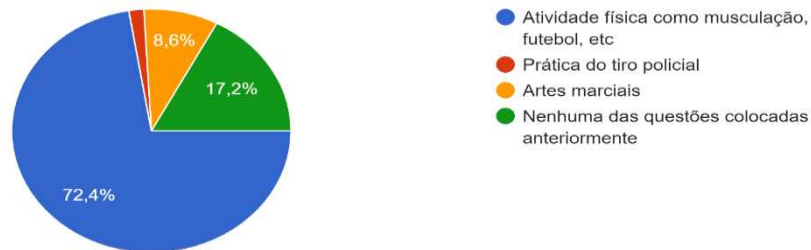
Se pensarmos que a pergunta abriu um leque grande de possibilidades de respostas e que a maior parte das mesmas se voltaram para atividades como a prática da musculação, do futebol e de esportes afins verificaremos que estas atividades não são as mais adequadas para a manutenção de um condicionamento físico que atenda às necessidades da função policial. Ou seja, se a função policial exige o uso da força, moderada, quando necessário, esta habilidade precisa ser praticada rotineiramente (XAVIER, 2009). Seja por meio da prática de artes marciais – praticadas por apenas 8,6% dos entrevistados -, ou por meio da competência em tiro policial – praticada por apenas 1,7% dos entrevistados. Ora, jogar futebol, vôlei ou fazer musculação uma vez por semana não garante um condicionamento físico adequado à prática policial. Ao menos não à uma prática policial que se pretenda profissional, no que tange ao uso da força. Fora o fato de que 17,2% dos entrevistados

responderam que não praticavam nenhuma das atividades citadas. O que pode representar o fato de que este contingente de policiais se mantinha sedentário. É o que o gráfico abaixo nos faz pensar.

Gráfico 8 – Práticas físicas rotineiramente adotadas pelos policiais militares

13) Quais destas atividades o(a) Senhor(a) realiza, de forma rotineira (ou seja, ao menos uma vez por semana)? Favor marcar uma única opção.

58 respostas



Fonte: O próprio autor

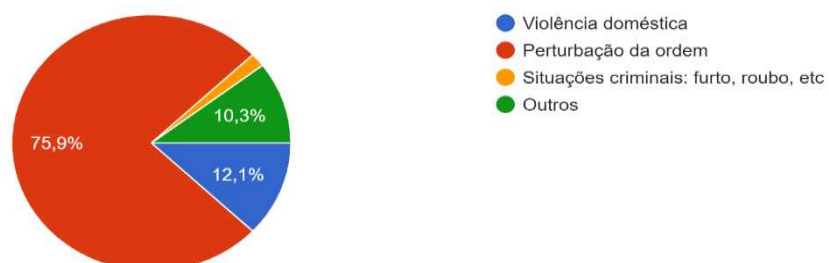
Situações com as quais os policiais, praças, lidam no cotidiano

No que concerne ao cotidiano profissional os entrevistados afirmaram que se deparavam, em até 75,9% dos casos, com o que denominamos de situações que envolvem a perturbação da ordem (VASCONCELOS, 2023), ou seja, com questões não necessariamente criminais. Conforme podemos ver no quadro abaixo.

Gráfico 9 – Situações comumente encontradas pelos policiais, no cotidiano

14) Com relação ao seu cotidiano profissional, no que se refere ao contato com a população, com que tipo de situação o(a) Senhor(a) mais se depara? Favor marcar uma única opção.

58 respostas



Fonte: O próprio autor

As situações de perturbação da ordem envolvem questões como a da poluição sonora, após as 22 horas; a baderna e ou as atividades que causem prejuízos à ordem pública. Não envolvem, portanto, ações criminais como furto, roubo, latrocínio etc. Por outro lado, o fato de 12,1% dos entrevistados ter respondido que lidava com a violência doméstica no seu cotidiano profissional representou um alerta, a ser levado em consideração pelas autoridades policiais. Questão que em regiões do Brasil como a do sudoeste paranaense se apresenta de forma preocupante e que aumentou durante o período da pandemia. De todo modo, é sintomático o fato de apenas 1,7% dos entrevistados ter apontado as situações criminais como àquelas que ocupavam seu trabalho. O que concorre para desmistificar a leitura, corrente, de que a polícia lida rotineiramente com o enfrentamento da criminalidade. Leitura, assim entendemos, atrelada a uma cultura social ligada à perspectivas de cunho conservador e, mesmo, reacionário. Que pensa a segurança pública como a luta do ‘bem’ contra ‘o mal’ e a atuação policial como uma espécie de ‘justiça’ a ser feita contra os que destoam do estereótipo do cidadão de bem (leia-se, homem branco, católico e ou evangélico, trabalhador, heterossexual).

Dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho policial

Na sequência, a entrevista buscou compreender as maiores dificuldades encontradas pelos policiais militares, entrevistados, no seu cotidiano. Por meio da questão:

15) na sua opinião, quais são as maiores dificuldades, encontradas pelo(a) policial militar, no seu cotidiano de trabalho?

As respostas – elaboradas de forma aberta -, apontaram para os seguintes elementos:

Escassez dos meios, dos recursos utilizados pelo policial, no dia a dia de trabalho; falta de efetivo; falta de apoio financeiro; defasagem salarial; existência de Leis muito brandas, que acarretavam em reincidência de práticas criminais; falta de apoio jurídico, advinda da própria instituição policial; falta de valorização profissional; longas jornadas de trabalho; o fato de a polícia militar abarcar muitas funções e tarefas, o que torna difícil treinar, de forma qualificada, o profissional/policial, de modo a atender tamanhas demandas; problemas com o Plano de Carreira; falta de educação da população no trato com a autoridade policial; inexistência do ciclo completo de polícia; desmotivação, devido à desvalorização da figura do policial, feita pelo próprio governo e também pela sociedade; falta de estrutura; ocorrência de influência política e hierárquica, efetuada de modo negativo, por sobre o trabalho policial; falta de liberdade para desempenhar o trabalho; reduzido reconhecimento social; estresse; falta de segurança, por parte do Estado, para poder desempenhar a função de forma a dar a resposta esperada por parte da sociedade; falta de reconhecimento; necessidade de trabalharem em ‘bicos’, os policiais, para compensarem o baixo salário que recebiam; falta de treinamento/educação continuada, que não permitia a atualização

em técnicas de tiro policial, por exemplo; falta de atualização sobre legislação Penal/Processual Penal e direcionada a aquisição de procedimentos – operacionais - para o melhor atendimento de ocorrências; burocracia; falta de comprometimento dos demais órgãos, no atendimento das demandas sociais, o que sobrecarregava o trabalho da polícia militar; formadores de opinião que não conhecem a realidade policial, que criticam e denigrem a imagem da polícia; aplicabilidade da lei; inobservância da legislação, por parte do cidadão, quando abordado pela polícia; abandono do policial, por parte da corporação, quando acontecem acidentes de trabalho envolvendo os policiais; convívio com situações que geram enorme desgaste emocional por parte do policial (Entrevistados)

Observamos que as questões levantadas implicaram em temas que foram da precariedade estrutural existente, passaram pela questão salarial – que envolvia a antiga questão dos ‘bicos’ feitos pelos policiais de modo a complementarem o salário -, e avançaram para temas como a falta de aporte governamental, a precária e ou insuficiente capacitação profissional recebida, a baixa existência de formação/educação continuada – mesmo a direcionada para o uso da força -, e para as inúmeras funções e ou atividades que acabavam sendo realizadas pela polícia militar. Que, segundo os policiais, extrapolavam a função policial, exigindo por parte destes uma formação mais ampla, de modo a atenderem à contento tal demanda.

Por fim, questionamos os policiais acerca do que consideravam como necessário para a efetivação de um trabalho policial, profissional, a ser feito pela polícia militar. Conforme a questão abaixo sinaliza:

16) Quais aspectos o(a) Senhor(a) acha relevantes, para uma atuação profissional qualificada, por parte da polícia militar, no atual contexto histórico?

As respostas apontaram para os seguintes elementos:

Necessidade de atualização constante, tanto a voltada para armamento, quanto a voltada para os equipamentos de segurança; realização de mais instruções, para toda a tropa, e não apenas para grupos especializados; valorização profissional, seja por meio de melhor remuneração, seja por meio da existência de melhores equipamentos e a partir da melhoria das instruções (treinamento); salário justo; conhecimento jurídico atualizado; preparo físico mantido em dia; existência de carga horária adequada para o desempenho das funções; equipamentos mantidos em condições de uso; capacitação profissional levada à cabo pela corporação; atendimento da questão emocional; terem acesso a treinamento de alguma arte marcial, pois estas tornam a ação policial mais eficaz na hora de prender suspeitos, além de evitar o uso desproporcional da força; elevado nível técnico, no uso de técnicas de contenção da ação de terceiros, uma vez que hoje em dia o policial precisa ser muito técnico e estar preparado para que não cometa excessos; amparo legal para atuação; foco de atendimento em algumas áreas, onde o profissional passe por devida especialização e por programa que leve em conta rotatividade, prevista com tempo mínimo, otimizando recursos e tempo despendido na preparação dos quadros policiais; existência de cursos de qualificação; apoio institucional; escala de trabalho ‘humanizada’; preparo físico e psicológico condizentes com as exigências da atividade policial; ocorrência de

formação/instrução e existência de equipamentos e viaturas em boas condições; formação adequada e frequente, além de suporte psicológico e financeiro por parte do Estado; cursos efetuados com mais frequência, tanto relacionados ao setor jurídico quanto voltados ao campo operacional; mais investimento, por parte do Estado, na área da saúde do policial; exigência de ensino superior para ingresso da polícia militar; existência de curso de formação policial de qualidade, que conte com instrutores qualificados; remuneração que proporcione ao policial trabalhar de forma exclusiva na instituição; investimento e reconhecimento, por parte do Estado, em relação ao policial militar; qualificação em técnicas policiais; plano de progressão de carreira, que estimule a qualificação e que valorize o tempo de serviço; formação continuada em defesa pessoal; aquisição de conhecimento em áreas que fazem parte do trabalho policial, tanto do ponto de vista operacional, jurídico, psicológico e emocional; entendimento da lei (Entrevistados).

Conforme apontou o entrevistado A:

A tropa está desanimada em relação a defasagem salarial, tendo em vista a falta de reajuste inflacionário que acumula cerca de 35% de perda nos últimos 7 anos, bem como a falta de uma regulamentação da carga horária mensal, tendo em vista que em determinados municípios os policiais chegam a trabalhar quase 300 horas mensais. Esses fatores acumulados acabam atingindo, de forma direta, tornando a atuação policial ineficaz diante desses fatores. Além disso, o policial, para agregar valor para sociedade, acaba tendo que buscar meios fora na instituição (estudo, qualificação), para desenvolver melhor sua atividade (Entrevistado).

O entrevistado B apontou para o fato de que é preciso

Um salário digno para a profissão, cursos de especialização e atualização. Primeiro - Valorizar o Policial (salário); segundo - qualificar o PM (cursos); terceiro equipar o PM (armamento adequado); quarto - assistência jurídica, gratuita, a todos os Policiais que precisarem. Condições de trabalho (financeiro, psicológico), ver o policial como um ser biopsicossocial... não apenas como um prestador de serviço ininterrupto (disponível 24 horas por dia) (Entrevistado).

Vemos que as questões apontaram para o fato de que havia a sensação, advinda dos policiais, de que era preciso que houvesse formação continuada; uma melhor preparação para o desempenho mais qualificado das ações (tais como as possibilitadas pela prática regular de artes marciais e do tiro policial; bem como pela atualização na área jurídica e social). Temas relacionados, mais diretamente, com o teor de nosso artigo e que demonstraram haver uma leitura, por parte dos próprios policiais, que levava em conta a importância da presença contínua de elementos educativos que qualificassem o trabalho policial.

Outrossim, cabe salientar que os elementos levantados pelos policiais, relacionados ao trabalho, salário, melhores condições para exercerem suas funções profissionais e outros temas deixaram claro o fato de que o funcionalismo público paranaense se encontrava diante de uma

situação difícil, em termos salariais e motivacionais. Enfrentando, da mesma forma, dificuldades para obter equipamentos melhor preservados. Para além disso, as respostas apontaram para a sobrecarga de trabalho e para questões deveras complexas, como a que envolvia o fato de o policial ter de tirar dinheiro do próprio bolso para pagar o conserto de veículos usados em serviço e que se envolvessem em acidentes. Realidade atrelada, fortemente, a uma perspectiva política e econômica, advinda do Estado, que defende a economia de recursos e se coloca como incapaz de pensar e ou de levar a cabo o fato de ler o trabalho policial como atividade essencial e que merece, por isso, investimentos em material, em educação continuada e em áreas como a da realização de concurso público, de modo a atender a contento as demandas sociais existentes, sem sobrecarregar os profissionais que atuam nesta área.

Conforme apontou o texto, os itens selecionados, aqui, para a pesquisa apontaram para as seguintes questões: **1) Curso de formação:** São extensos, atingindo, por vezes, um ano de duração. Porém, os mesmos mantêm práticas ritualísticas – militares -, e adotam procedimentos atitudinais adstritos ao campo da força física; não avançando no que se refere a itens como policiamento comunitário e resolução de conflitos. **2) Áreas formativas:** Das três áreas formativas – técnico-operacional, jurídica-legal e social -, presentes nos cursos de formação policial de praças, a primeira se mantém como àquela que absorve maior carga horária e, notadamente, maior valorização. Está envolta pela concepção do policial enquanto agente que combate a criminalidade e precisa manter uma postura altiva, agressiva (não necessariamente violenta). As áreas jurídica e social, na sequência, absorvem as demais cargas horárias; mantendo, respectivamente, grau de importância menor nos cursos de formação. Notadamente a área social, que trabalha com disciplinas como Direitos Humanos, Sociologia e ou antropologia da violência, resolução de conflitos, policiamento comunitário, ou seja, àquela embasado em uma perspectiva que se baseia na proximidade entre polícia e comunidade. **3) Educação continuada:** Os dados da pesquisa mostraram que esta ocorre; porém, na maioria das vezes, na direção de uma formação técnico-operacional, voltada ao uso da força. **4) Áreas formativas e formação continuada:** Este item, que se aproximou do anterior, ratificou o fato de que a formação continuada, na polícia militar do Paraná, preserva a visão do policial combatente. **5) 6) e 7) Áreas formativas e grau de importância:** Estes itens demonstraram haver, por uma lado - por parte dos próprios policiais -, uma valorização maior da parte formativa denominada de técnico-operacional. Embora os mesmos policiais, durante a pesquisa, tivessem apontado para necessidade de receberem formação continuada na área jurídica e social. Bem como, a necessidade de serem valorizados profissionalmente. **8) Práticas físicas rotineiramente adotadas pelos policiais militares:** Este item demonstrou que, embora os policiais praticassem determinadas atividades físicas, como futebol e musculação; estas se davam, não raras vezes, uma vez por

semana. Além do fato de que estas atividades não podem ser consideradas mais adequadas ao trabalho policial. Envoltos com a possibilidade de se utilizar da força, se necessário for. Atividades mais adequadas seriam a prática das artes marciais e ou do tiro policial (prática por pouco mais de 1% da tropa, periodicamente!). **9) Situações comumente encontradas pelos policiais, no cotidiano:** Este ponto demonstrou que a maior parte do trabalho policial se dirige, no dia a dia, para as chamadas questões sociais, não criminais: atendimento de pessoas portadoras de transtornos, reclamações e ou brigas entre vizinhos etc. O que contrasta com o fato de receberem, nos cursos de formação e ou de educação continuada uma carga maior de treino na área operacional (que salienta habilidades físicas). **10) Dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho policial:** Esta questão, que aglutinou a questão das carências formativo-operacionais e suas expectativas, em relação ao que precisavam, enquanto suporte, de modo a desempenharem sua profissão de forma mais adequada demonstrou haver forte relação entre a ambiência social/institucional e a formação do sujeito policial militar. Isto porque se aproximarmos as deficiências formativas - resultante de questões de infraestrutura, ligadas a sobrecarga de trabalho e outras, colocadas nos questionários -, da ambiência social, macroestrutural, caracterizada pelo neoliberalismo e pelo conservadorismo/reacionarismo, não encontraremos dificuldade de estabelecer correlações.

Considerações finais

O artigo estabelece relações entre ambiência social, cultural, adstritas à abetuma democrática ocorrida nas décadas de 1980/1990; e a inflexão deste processo, ocorrida entre os anos de 2019 e 2022, a partir da presidência de Jair Messias Bolsonaro, que descortina perspectivas como a do neoliberalismo e neoconservadorismo, diante do tema da educação policial militar desencadeada no estado do Paraná, no contemporâneo. Educação que, assim nos parece, se mantém diante da pressão de saberes-poderes que se acercam desta instituição, destes profissionais, com o intuito de o produzirem em direções específicas: ora de modo a serem passíveis de respeitar os direitos humanos e de se tornarem sensíveis às formas de desigualdade presentes em países como o Brasil; ora na direção de atenderem aos pânicos morais, advindos de parcelas da população que almejam ver a função policial atrelada aos cânones do uso da força, dentro de um modelo que tende a discriminar os diferentes e favorável a proteção do patrimônio.

Ademais, fica clara a condição colocada para os profissionais da Segurança Pública – os policiais militares -, diante do contexto neoliberal e neoconservador, ou seja, uma condição referendada pela precarização educativa, formativa.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, Apr. 2019

_____. “Deus acima de todos”. In: Vários autores. (Org.). **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, v. 1, p. 23-33.

_____. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. In: **cadernos pagu** (50), 2017: DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA Encontrado em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 2001.

_____. _____. Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP, 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

CAVALCANTI, C. R. da S.; AZEVEDO, N P. G. de. O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” X “Deutschland Über Alles”. **Policromias** – Revista do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-64, jan.-abr. 2022.

COSTA, Arthur Trindade M. A Polícia Militar e seus dilemas identitários. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, nº 1, jan.- abril 2021, pp. 287-312.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 16 n. 47 maio-ago. 2011

JACONDINO, Eduardo Nunes. **O pensamento conservador: Uma introdução**. Joinville, SC. 1ª ed. Clube de Autores. 2022.

_____. **Saber/poder e corpo: A construção micropolítica da educação/profissionalização policial militar, latino-americana, pós-redemocratização política - Brasil e Paraguai** - volume I. 1º. ed. Curitiba: CRV, 2015.

_____. **Saber/poder e corpo: a construção micropolítica da educação/profissionalização policial militar, latino-americana, pós-redemocratização política: Brasil e Paraguai. O governo Lugo e o caso paraguaio**. 2º. Vol.1ª ed. Curitiba: CRV, 2016.

_____. **Saber/poder e corpo: A construção micropolítica da educação/formação policial, latino-americana, pós-redemocratização política. O Paraná e o caso Brasileiro**. 3º. Vol. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, L. Sua Excelência o Comissário: A Polícia enquanto “Justiça Informal” das classes populares no Grande Recife. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, ano 11, nº 44, jul./set, 2003.

OLIVEIRA, L. Relendo ‘Vigiar e Punir’. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 4, nº 2, p. 309-338. jun, 2011.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de Souza. **Novas dimensões da militarização da segurança pública no Brasil**. 2012.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. Segurança pública como direito social [livro eletrônico]: Uma revisão bibliográfica e conceitual (2010-2022). Coordenação Renato Sérgio de Lima; supervisor David Marques. – 1ª. ed. -- São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2023.

XAVIER, Fábio Manhães. A importância da formação na mudança de paradigmas do uso da força. In: Ministério da Justiça. Uso progressivo da força: dilemas e desafios. **Cadernos Temáticos da Conseg**: Nº5, ano 1, 1.ª Conferência Nacional de Segurança Pública, Brasília, 2009

Eduardo Nunes Jacondino

Professor da Área de Sociologia da Educação na Unioeste, Campus de Francisco Beltrão. Doutor em Sociologia pela UFRGS.
eduardojacondino@hotmail.com

Rogério Gomes Pitz

Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar do Paraná. Pós-graduado em Segurança Pública pela APMG, Paraná.
rogeriopitz@pm.pr.gov

ETNOGRAFANDO O ANTROPOCENO: Aspectos Locais de Um Fenômeno Global

ETHNOGRAPHING THE ANTHROPOCENE: Local Aspects of a Global Phenomenon

◆ Orestes Jayme Mega

RESUMO

O Antropoceno é reconhecido como um fenômeno global de alteração de diversos aspectos ambientais que estão causando mudanças climáticas e impactando a biodiversidade. Contudo, embora reconhecendo sua universalidade, este artigo está focado em seus aspectos locais. A área pesquisada é a do município de Ipê/RS. Os métodos utilizados foram o da observação participante, a observação flutuante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa demonstram a necessidade de um maior entendimento de dinâmicas locais de mudanças ambientais disruptivas.

Palavras-chave

Antropoceno; Sexta Extinção em Massa; Mudanças Climáticas

ABSTRACT

The Anthropocene is recognised as a global phenomenon of diverse environmental alterations that are causing climate change and impacting the biodiversity. However, although recognising its universality, this article is focused on its local aspects. The area researched is the municipality of Ipê, state of Rio Grande do Sul. The applied methods were the participant observation, the floating observation and semi-structured interview. The results show the necessity of a greater understanding of local dynamics of the disruptive environmental changes.

Keywords

Anthropocene; Sixth Mass Extinction; Climate Change

Introdução

O conceito de Antropoceno tem sido intensamente debatido de modo interdisciplinar desde o ano 2000, quando foi primeiramente apresentado pelo químico atmosférico e vencedor do prêmio

Nobel Paul Crutzen e pelo biólogo Eugene Stoermer na revista Global Change Newsletter. De acordo com os criadores do conceito, o planeta Terra adentrou numa nova época geológica reconhecidamente diferente do Holoceno, isto é, a época geológica que se iniciou há aproximadamente 11.700 anos e que é caracterizada como sendo um intervalo interglacial cujo clima serviu de gatilho ambiental para importantes atividades humanas tais como a agricultura e o desenvolvimento da civilização. Por sua vez, a nova época proposta, mas ainda não formalmente reconhecida, o Antropoceno, se caracteriza pelas mudanças ambientais globais que tiveram origem no comportamento humano (daí vem a sua denominação), tais como o uso de combustíveis fósseis, que ocasionou mudanças climáticas que têm tornado o planeta mais quente. Além disso, a gigantesca produção industrial e seus subprodutos como a poluição têm gerado alterações ambientais disruptivas que estão mudando a ecologia de todo o planeta. A partir da publicação seminal, múltiplas abordagens sobre o tema têm sido apresentadas, focando nos aspectos globais de um fenômeno suficientemente grande para afetar a humanidade inteira por muitas gerações. Entretanto, neste artigo, meu objetivo é apresentar os aspectos locais deste fenômeno indubitavelmente global. Para isso, apresento os resultados da pesquisa etnográfica que realizei “junto” e “com” os moradores do município de Ipê, estado do Rio Grande do Sul. Estes dados foram primeiramente apresentados em minha tese de doutorado. O que trago neste artigo é um resumo dos dados a fim de refletir sobre os aspectos locais de um fenômeno global.

Aspectos Teóricos

Nesta parte do artigo explicarei o arcabouço teórico que utilizei para realizar a pesquisa a fim de gerar uma melhor compreensão dos dados empíricos que serão apresentados adiante.

Como já apontado na introdução, a ideia de Antropoceno se baseia no poder das interações sociais humanas, principalmente a partir da década de 1950, para modificar diversos parâmetros ambientais em escala global. Sendo assim, analisar estas interações é fundamental para a compreensão de um processo de rápido câmbio ecológico. Entretanto, devido ao fato das interações sociais entre humanos serem variadas no tempo e no espaço, se faz necessário pesquisar como cada sociedade reage a este câmbio. Neste sentido, a análise dos dados empíricos apresentados neste artigo parte do princípio de que as respostas ao atual processo de degradação ambiental dependem, em parte, de fatores locais de adesão, contraposição, adequação e/ou negociação com as forças político-econômicas hegemônicas pautadas no capitalismo. Em outras palavras, a pesquisa está embasada numa perspectiva glocal (ROBERTSON, 1994) na qual se reconhece que, embora

fenômenos globais sejam fortes o suficiente para influenciarem decisões em nível local no sentido de aderirem a um determinado padrão homogeneizante, há sempre uma dimensão local que resiste, podendo ser esta resistência maior ou menor conforme o caso estudado.

No que concerne ao Antropoceno, a perspectiva glocal se configura como uma proposta teórico-metodológica que analisa como diferentes sociedades compreendem as modificações ambientais atuais e quais as estratégias que utilizam para lidar com elas. Desta forma, não se preconiza uma resposta unificada, mas múltiplas respostas possíveis, que vão depender de fatores locais variados tais como conflitos internos e o grau e a natureza do dano que tais mudanças estão causando em cada caso.

Um outro ponto que deve ser salientado e que é de vital importância para a compreensão teórico-metodológica dos dados apresentados neste artigo é o de que, embora a maior parte dos pesquisadores do Antropoceno datem o seu início na década de 1950 ([Anthropocene \(nationalgeographic.org\)](https://www.nationalgeographic.org)), há outros, com os quais concordo, que defendem a ideia de que seu início não deve ser entendido como sendo sincrônico em todo o planeta, mas diacrônico, sendo marcado pelo adensamento do que chamam de arqueosfera, que se caracteriza por ser uma camada estratigráfica na qual artefatos humanos são encontrados em grande número, formando um "pavimento antropogênico" detectável pela pesquisa arqueológica (EDGEWORTH et al., 2015). Assim sendo, a pesquisa focada nos aspectos locais do Antropoceno tem por finalidade analisar trajetórias socioambientais de lugares específicos, evitando uma perspectiva homogeneizante que pouco ou nada se preocupa com a variedade das respostas que cada sociedade é capaz de dar aos desafios ambientais que enfrentam.

O Local da Pesquisa

O município de Ipê se localiza no nordeste do Rio Grande do Sul, na região denominada de Campos de Cima da Serra. Na época de minha pesquisa, que durou entre os anos de 2017 e 2021, possuía uma população estimada em 6.700 habitantes (IBGE, 2021) em sua grande maioria ítalo-descendentes que se dedicavam principalmente à agricultura em suas “colônias”, isto é, pequenas propriedades rurais que, em conjunto, formam as “capelas”, que são comunidades rurais unidas sob a denominação de algum santo ou santa do Catolicismo. Contudo, o resultado apontado pelo censo de 2022 foi o de 5.325 habitantes (cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ipe/panorama), o que indica um processo de decréscimo populacional acentuado. A área territorial do município é de aproximadamente 599 quilômetros quadrados e nele predominam a floresta com araucária, espécie

arbórea que já foi muito mais numerosa há poucas décadas, mas que atualmente precisa ser protegida da extinção pelo IBAMA (BOND-BUCKUP, 2010).

Minha pesquisa teve como foco a compreensão das mudanças socioambientais que ocorreram entre os anos de 1968 e 2018. O método empregado foi constituído pela observação participante, a observação flutuante (PÉTONNET, 2008), a realização de entrevistas semiestruturadas e pela análise arqueológica dos objetos presentes no Museu Histórico de Ipê. Neste artigo, apresento os resultados da pesquisa etnográfica realizada com 18 moradores do município, que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, permitindo que seus nomes fossem citados. Todavia, escolhi apresentar apenas as iniciais dos nomes a fim de não gerar possíveis constrangimentos aos interlocutores, já que questões ambientais costumam ser temas sensíveis em áreas rurais.

A entrevista semiestruturada foi constituída de uma série de perguntas sobre as mudanças ambientais no período em análise e visava compreender a percepção que a população ipeense possuía destas mudanças. Portanto, o que apresento a seguir é um quadro geral da percepção dos interlocutores a respeito de dez aspectos ambientais que são fundamentais para o entendimento do Antropoceno e de como ele é percebido pela população local.

Analisar os aspectos locais do Antropoceno nos permite ter uma melhor compreensão dos efeitos que as rápidas mudanças ambientais possuem sobre diferentes sociedades. Em minha perspectiva, um ponto fundamental para o entendimento do Antropoceno é o de compreender a multiplicidade de percepções de um fenômeno que, por sua universalidade, impõe a necessidade de uma nova configuração socioeconômica, mais condizente com um mundo onde se reconhece que os recursos são finitos e estão próximos a entrarem em colapso. É preciso salientar que entre as muitas características do Antropoceno estão as mudanças climáticas e a rápida taxa de extinção de espécies, fenômeno que tem sido chamado de Sexta Extinção em Massa (BARNOSKY et al., 2011; CEBALLOS et al., 2015; CEBALLOS, 2017; KOLBERT, 2015). Estas características afetam diferentes sociedades de diferentes modos, o que traz a necessidade de pesquisas focadas no entendimento de dinâmicas locais de percepção das mudanças ambientais, absorção de impactos, elaboração de estratégias sociais e reconfiguração socioambiental.

A emergência de termos como Antropoceno e Sexta Extinção em Massa, fenômenos indubitavelmente relacionados às atividades humanas nos últimos séculos, abrem novas perspectivas teórico-metodológicas para todas as ciências que possuem as sociedades humanas como foco. O estudo de trajetórias socioambientais tanto de grande magnitude, como as de civilizações e sistemas econômicos, quanto de pequena magnitude, englobando municípios e pequenas comunidades, são importantes para a compreensão de um mundo em rápido câmbio ecológico.

Os interlocutores foram selecionados conforme tempo de moradia no território que hoje constitui o município de Ipê. Contudo, é importante esclarecer que, até 1987, Ipê era um distrito do município de Vacaria. Dos 18 interlocutores selecionados:

- 1 morava em Ipê entre 70 e 79 anos na data da entrevista.
- 5 interlocutores moravam em Ipê entre 60 e 69 anos na data da entrevista.
- 7 interlocutores moravam em Ipê entre 50 e 59 anos na data da entrevista.
- 1 interlocutor morava em Ipê entre 40 e 49 anos na data da entrevista.
- 3 interlocutores moravam em Ipê entre 30 e 39 anos na data da entrevista.
- 1 interlocutor morava em Ipê entre 10 e 19 anos na data da entrevista.

Os comentários dos interlocutores a respeito das mudanças ambientais observadas revelam uma trajetória socioambiental bastante dinâmica. Seus comentários, que serão apresentados abaixo, expressam as mudanças ambientais que estas pessoas presenciaram nas cinco décadas analisadas. Entretanto, para não alongar o artigo para além das 25 páginas estabelecidas nas diretrizes para os autores, resumi algumas respostas aos seus aspectos mais fundamentais para o entendimento da questão e, em alguns casos nos quais os interlocutores apresentavam respostas similares, escolhi por apresentar apenas a resposta que continha mais detalhes sobre a questão abordada.

A partir da necessidade de melhor apresentar as percepções de meus interlocutores, bem como mostrar seus comentários, dividi a exposição dos dados conforme à ordem das perguntas que fazia no decorrer das entrevistas. Desta forma, começarei apresentando a visão que os moradores de Ipê possuem a respeito da mata nativa no território ipeense.

Mata Nativa

A minha primeira pergunta aos interlocutores era a respeito da mata nativa. Primeiramente, eu explicava a eles o que entendia por mata nativa. Para isso, eu dizia o nome de algumas espécies de árvores como representantes deste tipo de vegetação, tais como: a araucária, o ipê, a canela etc. De modo geral, meus interlocutores sabiam reconhecer a mata nativa, a distinguindo de elementos vegetais não nativos, como o eucalipto, o *Pinus elliotti* etc.

A. P. de C., agricultor aposentado, mas que também trabalhou em serrarias no corte e beneficiamento da madeira de araucária, fez o seguinte comentário a respeito de como era a paisagem nos anos finais da década de 1960: “Houve uma grande diminuição do número de araucárias. A paisagem era coberta de araucárias. O pinhão era muito abundante. Não tem mais

pinheiro de copa¹”. Já outro morador antigo de Ipê, também residindo no município há mais de 50 anos antes da data da entrevista, revela um quadro um tanto diferente, mostrando que, em alguns compartimentos ambientais, notadamente as vertentes íngremes de vales profundos, conhecidos localmente como “peraus”, houve um processo inverso ao apontado por A.P. de C. Conforme M. C., que atualmente trabalha como taxista:

Antes as roças eram em todos os lugares. Hoje ninguém mais quer fazer este serviço de derrubar a mata. Com a chegada do trator há aproximadamente 40 anos atrás, diminuíram as plantações em lugares íngremes como os peraus. A partir de então as plantações passaram a ser feitas apenas em lugares planos. Isso fez com que a mata nativa voltasse aos peraus. Também ajudou a diminuição da população das capelas.

Na fala de M. C. é importante analisar dois fatores. O primeiro é o processo de recuperação da mata nativa nas vertentes íngremes dos vales (peraus). O segundo é a diminuição da população das capelas. Em minha análise, baseada nas informações de vários interlocutores, os dois fatores estão relacionados, pois a diminuição da população das capelas gerou uma situação de menor pressão sobre os peraus, proporcionando à mata nativa se recuperar nessas áreas.

Ainda no que diz respeito à mata nativa, J. C. S., funcionário público e morador do município há mais de 40 anos comenta que:

A mata diminuiu, mas a capoeira (mata secundária) está aumentando nos últimos dez anos. Houve uma redução de espécies de árvores pois apenas as araucárias e outras árvores protegidas por lei foram preservadas. A existência de leis de proteção da mata nativa foi essencial para a preservação das áreas remanescentes.

A fala de J. C. S. enfatiza o processo de recuperação da mata nativa na segunda década do século XXI, mas também aborda a redução do número de espécies de árvores nativas, pois, de acordo com ele, há uma seleção cultural das espécies arbóreas protegidas, o que faz com que outras espécies que não gozem da proteção legal sejam exploradas pela população. J. C. S. também apresenta uma estimativa própria de quanto a mata nativa foi reduzida. De acordo com seus cálculos: “De cada mil árvores, restou apenas uma em relação ao que havia 50 anos atrás”.

I. T. Z. F., que não apenas foi uma interlocutora como também uma colaboradora na pesquisa, também apresenta uma estimativa própria do nível de desmatamento da mata nativa. Segundo ela, houve uma: “Diminuição de 90%. Diminuiu muito a mata nativa na Porteirinha, no

¹ espécie de araucária que se destaca pela altura.

Segredo, São Paulino e São Valentim²”

Tanto J. C. S. quanto I. T. Z. F. moram no município há menos de 50 anos, no entanto, assim como eu, eles também possuem a curiosidade de conhecer sobre as mudanças ambientais que aconteceram em Ipê e, também assim como eu, perguntaram para pessoas mais velhas, obtendo a informação que me transmitiram.

É possível perceber a partir dos comentários acima que houve um grande processo de desflorestamento no período entre 1968 e 2018, perdendo a mata atlântica local muito de sua área. Contudo, houve dois fatores que serviram como um “freio” no desflorestamento. O primeiro fator foi, conforme comentários de meus interlocutores, uma mudança de mentalidade em relação à mata, diretamente causada pela aplicação da legislação ambiental pelas autoridades, ainda segundo vários de meus interlocutores, não plenamente respeitada, mas forte o suficiente para impor a preservação de diversos capões nas propriedades rurais. Estes capões funcionam como ilhas de Mata Atlântica em meio a um cenário ambiental em rápida transformação, atuando como testemunhos de uma paisagem mais antiga e como refúgios da biodiversidade.

O segundo fator que “freou” o desflorestamento foi a queda da população rural, que fez com que algumas áreas agrícolas que antes eram usadas para plantação passassem a ser preservadas. Já foi comentado sobre as vertentes íngremes dos vales e aqui elas reaparecem nas palavras de E. M., microempresário e morador de Ipê há 50 anos: “Os peraus eram usados para plantação e hoje são mata. Também houve o declínio populacional da zona rural”.

Contraopondo-se em parte à percepção de recuperação da mata nativa, J. R., agricultor orgânico que reside em Ipê há mais de 50 anos, observa que: “houve uma recuperação da mata nativa até uns dez anos atrás devido ao êxodo rural, mas de uns cinco anos para cá a mata está diminuindo devido ao maquinário”.

A percepção deles, através da situação exposta pelos comentários dos interlocutores, é de que houve um processo de rápido desflorestamento até cerca de 40 anos atrás (1978), quando então houve uma desaceleração do ritmo de desmatamento devido às leis ambientais e à queda da população rural. A mata secundária, que atualmente ocupa as vertentes íngremes dos vales profundos é o grande “ponto positivo” deste processo, pois, devido ao abandono desses ambientes, a recuperação da mata nativa pôde se concretizar. Mas, apesar da diminuição do ritmo de desflorestamento, ou mesmo da recuperação nos últimos dez anos, a maior parte dos interlocutores percebe que houve uma diminuição da extensão territorial ocupada pela mata nativa.

² Capelas de Ipê.

Araucária

A segunda pergunta que fiz a meus interlocutores estava diretamente relacionada à primeira, mas procurava conhecer um detalhe mais específico das mudanças da paisagem. Esta pergunta era a respeito das araucárias, espécie arbórea típica da região e que foi intensamente utilizada nas atividades econômicas da colonização italiana na região.

A araucária, da mesma forma que a mata nativa, sofreu um processo de rápido declínio populacional a partir do final do século XIX, mas se agravando em meados do século XX, quando sua madeira começa a se tornar um produto de exportação. Mais tarde, no final do século XX, leis de proteção da araucária começam a surtir efeito, evitando, ou ao menos desacelerando, um declínio populacional rápido rumo à extinção.

A. P. de C., um de meus principais interlocutores, assevera que a paisagem em estudo já foi “coberta de araucárias”. Hoje, embora a araucária ainda se faça presente em Ipê, sua incidência é muito menor, dividindo espaço com espécies alóctones tais como o eucalipto e o *Pinus elliottii*.

M. C., já apresentado acima, relata que há 50 anos atrás existiam mais araucárias e que elas eram maiores. Ele vê um declínio populacional contínuo da espécie nas últimas cinco décadas. Uma interlocutora que não quis se identificar também observa este declínio contínuo da população de araucárias, mesmo reconhecendo que ele diminuiu de intensidade nas últimas duas décadas. De acordo com ela: “Mesmo com a lei de proteção da araucária o corte acontece devido às relações entre pessoas no poder público e os produtores rurais.”

A legislação ambiental teve um impacto positivo sobre a população de araucárias, reduzindo a velocidade de seu declínio populacional, mas não foi a única atitude a proteger a espécie.

A colonização italiana trouxe para a região muitos marceneiros (LETTI, 2012, p. 690) e, como a araucária era abundante na região, aproveitaram sua madeira para fazerem suas casas. Com o decorrer do tempo e o escasseamento da araucária, além da proibição legal, outros materiais de construção passaram a ser utilizados na construção das casas. Um outro fator que ameaçou a araucária é a pecuária. De acordo com o interlocutor D. C.: “A araucária tem sofrido pressão devido ao gado que se engasga com a grinfã”, isto é, as folhagens da araucária que se desprendem de sua copa.

A análise das falas de meus interlocutores sobre a queda da população de araucárias no município de Ipê mostra o quão impactante foi o período mais intenso do ciclo madeireiro nos Campos de Cima da Serra (entre as décadas de 1940 e 1960). Contudo, o que chama mais a atenção é o fato de que a araucária continua sendo derrubada, embora de maneira clandestina e ilegal e em

números bem menores, por agricultores que ainda a veem como algo que atrapalha suas atividades econômicas. Dados provenientes da observação flutuante que realizei entre os moradores do município mostram uma população dividida no que concerne à araucária. Para alguns, ela é um símbolo de uma causa ambiental injusta para com os pequenos produtores, que percebem que não podem utilizar suas terras na medida em que gostariam de as utilizar. Para outros, ela é um bem ambiental de grande importância e, juntamente com o pinhão, um símbolo identitário que merece ser preservado.

Fauna Nativa

A terceira pergunta que fiz aos interlocutores era a respeito da fauna nativa, representada por espécies tais como: onça, veado, tatu, curicaca etc. No que concerne à fauna nativa, os moradores de Ipê possuem as seguintes percepções.

A. P. de C. afirma que há 50 anos atrás (1968): “Tinha muito bugio, graxaim, gatos do mato e veados havia em maior quantidade. A caça era abundante e era para o consumo familiar. Havia muita capivara. Havia muita cobra.”

O comentário de A. P. de C. sobre como era a situação de meio século atrás (em 1968) aborda a abundância das populações dos animais da fauna nativa assim como o uso que as famílias que então viviam no município faziam desta fauna. Ainda segundo ele, além da caça e do desmatamento, outras causas podem ser apontadas para a diminuição do número de indivíduos de algumas espécies: “As aves reduziram bastante. Os venenos das granjas matam as aves selvagens. A fauna sofre com os venenos, principalmente as perdizes”.

As aves também foram citadas por outros interlocutores como os animais mais impactados pelas rápidas mudanças ambientais de nosso tempo. A. S., agricultor que reside em Ipê há mais de 50 anos observa que: “Perdizes e perdigões estão desaparecendo. Estas aves gostam de plantações de trigo. Há 40 anos atrás havia abundância de caça”.

A. A., produtor rural e morador de Ipê há mais de 60 anos, residente na localidade denominada de capela Santa Bárbara, apresenta um quadro mais amplo das mudanças na composição faunística da paisagem em que mora:

Houve uma diminuição do tamanduá. A população de tatu se manteve. Havia muito papagaio. Os veados se mantiveram. Tem muito quati. Há pouco ouriço. O graxaim se conserva. A jaguatirica se conservou. O gato do mato está em extinção. A irara está sumindo e o mão pelada também. O sabiá vermelho está desaparecendo. Há mais jacu que antes. O número de tucanos aumentou, mas as pessoas estão

começando a matar. As populações de algumas aves como o jacu e o nhambu estão crescendo devido à extinção dos predadores. A cobra coral está em extinção. Hoje há mais peixes porque o rio Vieira foi repovoado de algumas espécies pelo ser humano. Há 50 anos os peixes eram abundantes. A população de animais está aumentando há cerca de 15 anos devido à diminuição da caça e da queda da população humana na capela. Tem bastante seriema. A população de insetos era menor. A população de bugio aumentou

A. A. relata que algumas espécies da fauna nativa na capela em que ele vive (Santa Bárbara), distante cerca de 12 km da sede do município, têm se beneficiado com a queda da população humana, o que levou à uma consequente queda do número de caçadores.

A caça, segundo M. C.: “era abundante há 50 anos atrás. Os sapos diminuíram”. A caça é considerada uma atividade de lazer por alguns moradores de Ipê que, além da caça ao javali, feita de forma legal, também caçam animais da fauna nativa, mesmo na ilegalidade. Contudo, alguns de meus interlocutores afirmam que mesmo com a presença de caçadores ilegais, a fauna nativa está aumentando suas populações.

Os agrotóxicos são percebidos pela população ipeense como um dos principais fatores que prejudicam a fauna nativa. A comerciante G. Z. M. afirma que: “Os venenos usados na agricultura estão prejudicando a fauna”. Concordando com a observação de dela, o também comerciante L. C. M. declara que: “Houve uma perda significativa da fauna nativa, principalmente perdiz, tatu, raposa³ devido ao 24D, também conhecido como 2,4D, herbicida usado para impedir o brejo nas plantações de soja”.

H. P., que reside em Ipê há mais de 50 anos, também faz a importante observação de que a redução da caça foi um fator essencial para a preservação da fauna nativa. Conforme suas palavras: “Diminui o número de caçadores, o que fez a fauna nativa aumentar. Antigamente não havia muitas curicacas na área urbana porque as pessoas caçavam”. Concordando em partes com que pensam os interlocutores S. L., O. Z. e H. P., a interlocutora I. T. Z. F. declara que: “Algumas espécies aumentaram nos últimos dez anos, mas algumas espécies, tais como as serpentes e aves estão sofrendo por causa dos agrotóxicos e estão desaparecendo”.

As perguntas que fiz aos interlocutores despertavam em alguns deles uma enorme vontade de falar a respeito de temas pouco ou nada discutidos em suas relações sociais cotidianas. Um de meus interlocutores que aproveitou a oportunidade de falar muito sobre os temas abordados foi o funcionário público J. C. S. Ele apresenta um quadro amplo do impacto sofrido pela fauna nativa nas últimas décadas. Segundo ele:

³ Raposa é o termo ênico algumas vezes utilizado para designar o animal conhecido em outras regiões do país como saruê

Houve uma redução drástica e muitos animais morrem por causa do agrotóxico lançado nas plantações, o que faz com que algumas espécies de pássaros migrem para a área urbana; Até trinta anos (1988) atrás a caça era abundante; O “cheiro” do agrotóxico causa repulsa nos animais; De trinta anos para cá (1988) a população das espécies selvagens diminuiu cerca de 50%. Há cerca de 50 anos atrás (1968) cada família conseguia caçar cerca de 5 pombas (Nhambu, Jacu, pomba do mato etc.) por dia. A fauna era abundante. Eu colocava cerca de trinta a quarenta arapucas por dia e muitas aves ficavam presas nas arapucas; Eu caçava rãs com uso de lanternas de carbureto, várias rãs por vez.

O comentário de J. C. S. acima contém, além de uma percepção quantitativa da redução das populações da fauna nativa, um relato do uso de algumas formas tradicionais de tecnodiversidade para fins de caça.

M. S., assistente administrativo da Emater, concordando com J. C. S. declara que: “Mais da metade da fauna nativa desapareceu nos últimos 50 anos”.

O processo de redução das populações das espécies da fauna nativa tem sido observado desde, pelo menos, 1968. Apenas no último decênio estas populações têm mostrado alguns poucos sinais de recuperação em algumas localidades do território municipal, tais como as capelas onde a população humana está em franco declínio.

Águas: Chuvas, Rios, Lagos, Fontes e Outros Corpos Aquáticos

A investigação do processo de alteração ampla do ecossistema em destaque me conduziu à quarta pergunta, que fiz aos interlocutores, a respeito da questão das águas. Por águas defino o conjunto de corpos aquáticos de origem natural tais como rios, lagos, fontes e as chuvas.

A maior parte dos interlocutores percebeu que houve uma significativa redução da quantidade de água na paisagem. As mudanças ambientais concernentes à disponibilidade de água afetam consideravelmente a biota nativa pois este recurso é fundamental para a manutenção das populações animais e vegetais, fator que aumenta ainda mais o nível de resistência do meio e dificulta a recuperação de suas populações.

A. P. de C. observa que: “Os rios eram mais fortes. Com a queda da vegetação, também reduziu a quantidade de água”. Embora mais sucinta em suas observações, a funcionária pública A. M. R., moradora de Ipê há mais de 50 anos antes da data da entrevista, constata a mesma situação de crescente escassez de água. Segundo suas palavras: “As nascentes secaram.”

M. C., concordando com A. P. de C. e A. M. R., declara que: “Havia um rio que passava pela cidade, pelo centro, era o rio Leão. O rio Leão tinha mais água. Havia muitas fontes d’água. Há 50 anos era mais chuvoso. As fontes desapareceram em grande quantidade”. Os comentários de M.

C., A. P. de C. e A. M. R. levantam a hipótese da existência de um processo de mudanças ambientais que estão tornando a região mais seca.

O interlocutor H. P. também comenta a respeito do rio Leão. Segundo ele: “No centro da cidade corria o rio Leão até uns vinte anos atrás (1998)”. Também evocando lembranças a respeito do centro da sede do município, S. L. comenta que: “Há quarenta anos (1978) o centro de Ipê alagava com frequência”.

A interlocutora I.T. Z. F. aponta uma das possíveis causas para a redução dos volumes das águas não apenas superficiais, mas também as subterrâneas. De acordo com ela: “Várias nascentes desapareceram. Os poços artesianos estão diminuindo os lençóis freáticos”. As razões apontadas por ela estão de acordo com as observações de L.C. M., que afirma que: “Os poços artesianos estão acabando com a água. Os rios ficavam mais cheios por mais tempo antigamente”.

Os relatos destacam a perda da capacidade hídrica da região e o interlocutor J. R. também observa o desaparecimento de nascentes, mas igualmente observa que o regime de chuvas mudou. Segundo ele: “As chuvas estão mais concentradas. O inverno tornou-se mais seco. As nascentes estão sumindo”.

A redução da oferta de água evidencia que as modificações ambientais provocadas pela supressão de diversos corpos aquáticos afetam o ciclo hidrográfico local, o que ocasiona a diminuição da oferta de água para as espécies da fauna e flora nativas, que passam a disputar um recurso cada vez mais escasso, o que acaba por comprometer suas populações.

Banhados

Na discussão a respeito da capacidade hídrica e na relação com a flora e fauna, pesquisei outro corpo aquático presente na região. A quinta pergunta que eu fiz aos interlocutores era a respeito dos banhados, um ambiente rico em biodiversidade, mas que vem sofrendo muitas pressões das atividades agrícolas na área territorial de Ipê.

O interlocutor L. C. M. observa um rápido declínio no número de banhados existentes em Ipê nos últimos quarenta anos desde a data da entrevista. Portanto, desde 1978. Segundo ele: “Havia muitos banhados na região e foram desaparecendo devido à ação humana. O centro da cidade era um banhado até uns 40 anos atrás”. Concordando com ele e apresentando uma estimativa do quanto o número de banhados diminuiu nas últimas quatro décadas, além de apresentar informações adicionais a respeito dos métodos empregados para transformar os banhados em espaços mais “úteis” para os produtores rurais, J. C. S. assevera que: “Os banhados reduziram-se em cerca de

90% desde 1968. Os banhados eram secados através de abertura de valas e plantação de eucaliptos.”

Além dos métodos relatados por J. C. S., um outro é relatado pela interlocutora I. T. Z. F. que, atenta às questões ambientais de Ipê, observa que houve banhados que foram suprimidos de forma ainda mais brutal que as formas relatadas por J. C. S. Nas palavras dela: “Alguns banhados foram soterrados por entulho”. Porém, transformações mais racionais dos banhados em espaços socialmente úteis também foram relatadas. De acordo com o interlocutor E. M.: “Os banhados foram transformados em açudes”. O interlocutor L. B. informa que existem mais formas de uso social dos banhados ao dizer: “Os banhados são usados para olaria e plantação”.

Os banhados são caracterizados por serem ambientes que agregam uma enorme biodiversidade. Com a diminuição drástica do número deste tipo de ambiente, toda a biodiversidade que nele encontra um fator vital para sua sobrevivência, tal como o ratão-do-banhado e espécies relacionadas, passa a enfrentar um sério risco de extinção. Sendo os banhados ambientes que reúnem grande biodiversidade, pode-se inferir que com a diminuição do número deles, a biodiversidade em nível local tenha se reduzido também.

População

O processo de transformação severa dos ambientes traz para a discussão as formas de percepção da ocupação destes diversos ambientes pela população humana. A sexta pergunta que fiz aos interlocutores era a respeito da população do município e sua distribuição pelo território municipal. A densidade da população humana em uma determinada área é um dos fatores mais importantes para se calcular a pressão antrópica sobre as demais espécies (CUNNINGHAM e BEAZLEY, 2018).

O primeiro aspecto da dinâmica populacional local revelado pelas respostas dos interlocutores é a de uma forte queda da população das capelas, isto é, das localidades distantes da sede do município, ao mesmo tempo que a população do município como um todo cresceu⁴. Portanto, houve um processo de concentração populacional na sede do município, motivado pelo êxodo rural, que levou principalmente os jovens das capelas para a sede municipal ou mesmo para outros municípios, tais como Caxias do Sul.

A. A., produtor rural residente na capela Santa Bárbara observa esta situação ao declarar que: “Há 50 anos a população era bem maior; Há 50 anos havia entre 40 e 50 alunos na escola da

⁴ No que tange a este aspecto, a percepção dos interlocutores parece ter se focado na área da sede do município, onde houve um aumento significativo da população. No entanto, de forma geral, a população do município tem diminuído nos últimos anos.

capela. Hoje há apenas 3”. O. Z., morador da capela Santo Antônio, constata que a população da capela onde vive também sofreu uma forte e rápida queda. De acordo com ele: “De 50 anos para cá a população da capela reduziu em aproximadamente 70%”. Ao mesmo tempo que A. A. observa o esvaziamento da capela Santa Bárbara, a interlocutora M. S. percebe que na sede do município: “A população dobrou nos últimos 50 anos”.

A interlocutora I. T. Z. F. percebe que, além da distribuição populacional ter se alterado nas últimas três décadas, também a sua composição se modificou, passando a ser mais etnicamente heterogênea, ao aumentar a proporção de pessoas não ítalo-descendentes na população municipal. Conforme suas palavras: “Houve o aumento da variação da população com a chegada de outros grupos além dos italianos”.

Mudança Climática (Aumento do Calor)

A sétima pergunta que fiz aos interlocutores era a respeito das mudanças climáticas ocorridas nas últimas décadas em nível local. As mudanças climáticas atuais são consideradas pela vasta maioria dos estudiosos do tema como tendo origem antrópica. Elas constituem um dos alicerces da ideia de Antropoceno, pois evidenciam a capacidade humana de transformação do sistema Terra. Neste artigo, as mudanças climáticas globais ganham um colorido local, pois foi a partir da percepção dos moradores que os dados foram construídos.

O interlocutor A. P. de C., em poucas palavras, estabelece o quadro geral das mudanças climáticas em nível local nos últimos 50 anos (de 1968 a 2018). Segundo ele: “O clima esquentou e o inverno amenizou. O inverno era muito mais frio que agora. Havia menos seca”. Também de forma sucinta, mas expressando as preocupações dos agricultores locais com o tema, A. A. aborda a questão através de um ponto de vista semelhante ao de A. P. de C., mas enfatizando um outro aspecto. De acordo com ele: “O inverno era bem mais rigoroso. O verão está mais quente”.

A população ipeense observa, ora enfatizando o verão e ora o inverno, e, sobretudo, sente as mudanças climáticas em seu cotidiano. Alguns fenômenos, tais como as geadas, ganham destaque na percepção dos moradores, que notam que elas estão ficando cada vez mais raras e fracas. Neste sentido, M. C. alega que: “O clima era muito mais frio. As geadas eram mais intensas e duravam mais”. Concordando com os comentários acima, L. C. M. assevera que: As “geadas têm diminuído de frequência com invernos menos frios e verões mais quentes”. Sendo mais objetiva em suas observações, S. L. destaca o fato de que também as nevascas se tornaram menos frequentes e intensas. De acordo com ela: “A última grande nevasca aconteceu há cerca de 28 anos atrás em 1991”.

A interlocutora I. T. Z. F. apresenta estimativas alarmantes ao observar que o clima local sofreu uma mudança impressionante num ritmo acelerado. De acordo com sua percepção, o clima local sofreu as seguintes alterações: “Ausência de neve. Houve uma elevação da temperatura. Nos últimos 5 ou 6 anos a temperatura aumentou uns 5 graus”. Outro interlocutor que percebe um aumento significativo do calor nos últimos anos é J. R. que comenta que: “Nos últimos cinco anos (de 2013 a 2018) têm mudado muito no sentido de ficar mais quente”.

Distúrbios das Estações do Ano

A oitava pergunta que fiz aos interlocutores era a respeito dos distúrbios das estações do ano, isto é, da presença anormal de dias quentes no inverno e dias frios no verão.

O agricultor A. A. expressa esta questão em poucas palavras: “O clima está bagunçado”. Expressando a mesma situação, mas com mais riqueza de detalhes, I.T. Z. F. assevera que: “Estações indefinidas. As quatro estações estão indefinidas e ocorrem quase que semanalmente. Nos últimos 6 anos (2012-2018) houve uma bagunça nas estações do ano. Não há mais datas definidas para as estações”. Concordando com I.T. Z. F, a interlocutora M. S. declara que: “As estações do ano eram mais discerníveis. A mudança para um regime confuso das estações do ano aconteceu nos últimos dez anos (2008 – 2018)”.

Os últimos dez anos (de 2008 a 2018), principalmente os últimos cinco anos, têm sido apontados como uma época em que os distúrbios das estações do ano ficaram evidentes. Outro interlocutor que, sucintamente, aborda a questão é J. R., que chama a atenção para o fato de que os distúrbios das estações do ano: “Nos últimos cinco anos (2013 -2018) têm aumentado muito”. É importante ressaltar que esses distúrbios constituem uma parte importante de uma questão mais ampla que são as mudanças climáticas.

Fauna Alóctone

Percebendo a presença constante da fauna trazida pelo processo de penetração dos colonos europeus ou fruto de sua presença, destaquei nos questionamentos a situação de sua distribuição na localidade. A nona pergunta que fiz aos interlocutores era a respeito da fauna alóctone, entendida como a fauna que foi transplantada de outros biomas para a Mata Atlântica.

A fauna alóctone é uma das principais representantes do imperialismo ecológico (Crosby 1993) e representa uma das principais evidências do Antropoceno, pois a fauna que atravessa

oceanos em embarcações desde o “descobrimento” da América no final do século XV se tornou a fauna hegemônica em alguns lugares onde antes ela estava completamente ausente. Além disso, é possível dizer que hoje já existe uma “tecnofauna”, isto é, uma fauna desenvolvida a partir de faunas mais antigas com o propósito de melhor atender às necessidades de algumas sociedades humanas. Há numerosos exemplos de tecnofauna tais como os enormes rebanhos bovinos e suínos que servem como fontes alimentícias cada vez mais consumidas em todo o mundo. Além disso, os galináceos também existem numa quantidade impressionante, sendo uma das formas de vida mais comuns do planeta (<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46538653>).

Em Ipê, a fauna alóctone, assim como a “tecnofauna”, é representada por bois, cavalos, porcos, galináceos etc. De acordo com os dados da prefeitura municipal, no ano de 2018 o rebanho bovino era de 25.016 indivíduos. Os ovinos eram representados por 1.694 indivíduos. Os suínos contavam 11.662 indivíduos. Além destas espécies, também existia um número não calculado de galináceos e pequenas populações de caprinos, equinos e bubalinos.

Os números da “tecnofauna” apresentados acima são importantes para este artigo na medida em que demonstram a existência de um padrão de substituição e uniformização faunística que não ocorre apenas em Ipê. Entretanto, mesmo sendo números elevados, é preciso ressaltar que a maior parte dos interlocutores percebeu uma redução deste tipo de fauna nos últimos 50 anos, tal como será apresentado nos comentários a seguir.

O interlocutor J. C. S. observa que: “Houve um aumento expressivo na população de javalis; houve a invasão da espécie da rã boi que apareceu na região por volta de 2008. Estas rãs comem peixes e outras rãs”. Entretanto, também houve interlocutores que afirmaram que a fauna alóctone já foi maior, pois antes havia uma maior proporção de famílias que praticavam a pecuária e que também possuíam outros animais tais como galinhas. De acordo com M. S.: “Várias famílias na sede do município possuíam criações de animais e hoje não possuem mais”. Embora houve uma significativa redução das criações de animais por parte das famílias ipeenses no período analisado, houve o aumento do número de granjas industriais ligadas à indústria de proteína animal. A interlocutora G. Z. M. expressa esta situação em poucas palavras: “há muitos aviários”.

As mudanças nas formas de criação animal de um modelo familiar para um industrial também foram percebidas pelo funcionário público V.P., que aponta que: “Nos últimos 20 anos (1998 – 2018) houve o confinamento do gado, que antes era criado solto; A pecuária tem dado lugar à agricultura”.

Flora Alóctone

A flora alóctone, da mesma forma que a fauna alóctone, também possui uma extensão “tecnológica” caracterizada por organismos vegetais geneticamente modificados que, em conjunto, denomino de “tecnoflora”. A expansão do agronegócio no Brasil se deu, sobretudo, sobre áreas antes ocupadas por florestas, muitas delas territórios de povos indígenas. Essa expansão territorial dos cultivos de organismos geneticamente modificados tais como a soja, milho etc., foi acompanhada por uma retração da biodiversidade tanto vegetal como animal. Em Ipê, cujo território era dominado por araucárias, sofreu um processo de desmatamento em que o padrão vegetacional local foi substituído por plantações de culturas alóctones tais como a macieira, o pessegueiro, as parreiras etc. Neste sentido, I. T. Z. F. destaca que nos últimos 30 anos (1988 – 2018): “Houve o aumento do cultivo de soja e uma diminuição do trigo. Também houve aumento do morango, amora e framboesa. Também aumentou o caqui, kiwi e mirtilo”. Além da introdução de espécies alóctones, a paisagem atual se caracteriza pela introdução de elementos antes completamente inexistentes nos ecossistemas da região pesquisada. Quanto a este fato, J. R. relata que: “O veneno aumentou muito e começou na década de 70 com a plantação de maçã”.

O comentário de J. R. evidencia que o processo de sucessão florística que ocorreu em Ipê foi acompanhado pela introdução de elementos completamente novos não apenas em nível biológico, mas também em nível químico, pois os defensivos agrícolas usados nas plantações comerciais alteram a química ecossistêmica, configurando a presença de mais um desafio ambiental para as espécies nativas.

A presença do *Pinus elliottii* chama a atenção pelos muitos comentários que ouvi a respeito desta espécie exógena na área municipal de Ipê. Esses comentários relatam a rapidez com que os ciclos econômicos se iniciam e, não raras vezes, acabam subitamente, mas sempre deixando um rastro ambiental nocivo à fauna e flora nativas. Deste modo, A. P. de C. informa que: “O *Pinus elliottii* já foi muito valorizado e hoje não é mais”. Relatando a rápida substituição florística da região pesquisada nas últimas três décadas, A. S. observa que: “O *Pinus elliottii* entrou na região entre 25 e 30 anos atrás (em relação ao ano de 2018), assim como o eucalipto. Foram plantados devido à escassez da madeira nativa”.

O comentário de A. S. indica que o processo de sucessão florística foi orientado por uma lógica econômica onde as espécies arbóreas eram vistas em grande parte como fornecedoras de madeira. Concordando com A. P. de C. e muitos outros interlocutores, o microempresário E. M. comenta que: “O *Pinus elliottii* teve um ciclo econômico muito rápido”.

A substituição florística em andamento no território ipeense constitui a face local de uma realidade mais ampla. A devastação da Mata Atlântica em todo o território brasileiro, além do avanço da atividade madeireira, da pecuária extensiva e das monoculturas mantidas pelo agronegócio por outros biomas tais como o cerrado, a caatinga e a floresta amazônica evidenciam um dos aspectos mais marcantes do Antropoceno. O Antropoceno marca então estas inúmeras alterações arroladas pelos interlocutores. Neste sentido, investiguei como estes percebem o Antropoceno.

Considerações Finais: Como o Antropoceno é Percebido em Ipê

A pesquisa com os e junto aos moradores do município de Ipê revela uma população que percebe as rápidas mudanças ambientais que caracterizam o Antropoceno, embora desconheçam o termo e toda a discussão a respeito das novas condições ecológicas que estão afetando todo o planeta e causando uma extinção em massa. Além de perceber estas mudanças, pode-se afirmar que a população ipeense também é parte integrante delas, possuindo papel ativo nas decisões em nível local cujos impactos são percebidos por ela própria. Em outras palavras, a população ipeense é uma população “antropocênica” em todos os sentidos, pois participa ativamente de um mundo interconectado e cujos ambientes são caracterizados pela intensa atividade humana em uma ampla extensão.

A trajetória socioambiental do município de Ipê entre os anos de 1968 e 2018 foi marcada pela rapidez das mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e, sobretudo, ecológicas. Vive-se em tempos rápidos onde as mudanças são repentinas. A fim de finalizar esta exposição de dados etnográficos sobre a percepção das mudanças ambientais dos moradores de Ipê, apresento abaixo um parágrafo síntese, onde expresso sucintamente as mudanças ambientais ocorridas no período analisado.

O aumento da temperatura, assim como a “bagunça” das estações do ano são os aspectos ambientais que mais chamaram a atenção dos interlocutores. O clima mudou, não é mais tão previsível como um dia já foi. O inverno já não produz tantas geadas quanto um dia já produziu. A neve também se tornou mais rara. As chuvas ficaram mais concentradas, mais intensas, porém menos distribuídas pelo ano. Simultaneamente ao aumento da temperatura ocorreu a supressão dos banhados, que foram substituídos por espaços agrícolas ou mesmo urbanos, sendo drenados ou aterrados em larga escala. A oferta de água também foi alterada, a paisagem está perceptivelmente mais seca, pois muitos corpos d’água tiveram o mesmo destino que os banhados, isto é, a supressão.

Muitas fontes foram perdidas, não ocorrem mais como antes. A fauna nativa também diminuiu, mas, devido à concentração da população na área urbana e mesmo à migração da população rural para outros municípios, o que ocasionou a rápida diminuição da população nas áreas rurais, está acontecendo uma recuperação deste tipo de fauna, pois o número de caçadores caiu consideravelmente, mas, mesmo assim, existem menos animais hoje do que havia cinquenta anos atrás. A araucária sofreu destino semelhante, mas foi salva pela legislação ambiental, que nem sempre é cumprida, mas tem funcionado, ajudando a preservar a espécie. A flora hoje também é diferente do que um dia já foi, novas espécies foram agregadas à paisagem, em detrimento das espécies antigas, que perderam espaço. Há mais gente morando em Ipê hoje do que no passado, mas são pessoas diferentes, não os italianos que um dia constituíram a quase totalidade da população no passado. Hoje a população é etnicamente mais heterogênea. Um número menor de famílias se dedica à criação de animais, mas aumentou o número de animais criados em confinamento. Já a mata nativa foi suprimida nos lugares mais planos, sendo substituída por plantações, mas nos lugares íngremes (peraus) ela voltou, crescendo bonita, protegida pelo desinteresse econômico nessas áreas.

Referências

BARNOSKY A., MARTZKE N., TOMIYA S., WOGAN G., BRIAN S., QUENTAL T., MARSHALL C., McGUIRE J., LINDSEY E., McGUIRE K., MERSEY B., FERRER E. Has the Earth's Sixth Mass Extinction Already Arrived? *Revista Nature*, v. 471, n. 3, p. 51–57. 2011.

BBC NEWS BRASIL. Por que estamos vivendo no 'planeta das galinhas', segundo cientistas. Reportagem escrita por Helen Briggs. 12 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46538653>. Acesso em: 06/06/2021

BOND-BUCKUP, G (org). Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra. Editora Libretos. Porto Alegre. 4ª edição. 2010.

CEBALLOS, G; EHRLICH, P; BARNOSKY, A; GARCÍA, A; PRINGLE; PALMER, T. Accelerated modern human-induced species losses: Entering the sixth mass extinction. *Science Advances*. 1. Junho de 2015.

CEBALLOS, G., EHRLICH, P., DIRZO, R. Biological annihilation via the ongoing sixth mass extinction signaled by vertebrate population losses and declines. *Revista PNAS*, pp. E6089–E6096. Maio de 2017.

CROSBY, A. W. *Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa: 900 – 1900*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1993.

CRUTZEN, P. J., STOERMER. E.F. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*. N. 41. Páginas 17 – 18. Maio de 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>.

Acesso em 08/09/2019

CUNNINGHAM, C., BEAZLEY, K. F. Changes in Human Population Density and Protected Areas in Terrestrial Global Biodiversity Hotspots, 1995–2015. *Land*, volume 7 (4). 2018. Disponível em: [Land | Free Full-Text | Changes in Human Population Density and Protected Areas in Terrestrial Global Biodiversity Hotspots, 1995–2015 \(mdpi.com\)](#). Acesso em 07/11/2023.

EDGEWORTH. M., RICHTER. D., WATERS, C., HALF. P., NEAL. C., PRICE. S. J. Diachronous Beginnings of the Anthropocene: The Lower Bounding Surface of Anthropogenic Deposits. *The Anthropocene Review*, p. 1- 26. Volume 2 (1). 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053019614565394>. Acesso em 07/11/2023.

IBGE. Brasil/Rio Grande do Sul/Ipê. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ipe/panorama>. Acesso em 21/10/2021.

KOLBERT. E. *A Sexta Extinção em Massa: uma história não natural*. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca. 2015.

LETTI. N. M. Economia de Ipê: Serrarias. In. Rigon, J. L., Cecatto, R. M. da F., Barroso, V. L. M (organizadores). *Raízes de Ipê*. Editora Evangraf. Porto Alegre, 2012.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Anthropocene. Disponível em: [Anthropocene \(nationalgeographic.org\)](#). Acesso em 07/11/2023.

PÉTONNET. C. Observação Flutuante: O Exemplo de um Cemitério Parisiense. *Revista Antropolítica*. Nº 25, p. 99-111. 2º semestre. 2008

ROBERTSON, R. Globalisation or Glocalisation? *Journal of International Communication*. Volume 18 (2), p. 191-208. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13216597.2012.709925>. Acesso em: 01/11/2023.

Orestes Jayme Mega

Doutor em Antropologia com área de concentração em Arqueologia pela UFPel/Pesquisador do Museu Histórico de Ipê
orestesjaymemega@gmail.com

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br

